



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E  
EDUCAÇÃO - UNAHCE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**MARIANE ROCHA NIEHUES**

**CULTURA ESCOLAR E A LIGA DA BONDADE NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS ESTADUAIS DO SUL DE SANTA CATARINA  
(1953-1970)**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade do  
Extremo Sul Catarinense -  
UNESC, como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre  
em Educação

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Giani  
Rabelo

**CRICIÚMA  
2014**

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

N666c Niehues, Mariane Rocha.

Cultura escolar e a Liga da Bondade nas escolas públicas estaduais do Sul de Santa Catarina (1953-1970) / Mariane Rocha Niehues; orientadora: Giani Rabelo. – Criciúma, SC: Ed. do Autor, 2014.

66 p. : il.; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2014.

1. Educação - Santa Catarina - História. 2. Ambiente escolar - Santa Catarina - História. 3. Liga da Bondade - História. I. Título.

CDD. 22ª ed. 370.9

**MARIANE ROCHA NIEHUES**

**CULTURA ESCOLAR E A LIGA DA BONDADE NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS ESTADUAIS DO SUL DE SANTA CATARINA (1953-  
1970)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 26 de fevereiro de 2014.

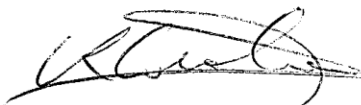
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dra. Giani Rabelo  
(Orientadora - UNESC)



Prof. Dra. Clárcia Otto  
(Membro - UFSC)



Prof. Dr. Carlos Renato Carola  
(Membro - UNESC)

Prof. Dr. André Cechinel  
(Suplente - UNESC)



Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral  
Coordenador do PPGE-UNESC

Mariane Rocha Niehues  
Mestranda





À Deus por sempre me conceder sabedoria nas escolhas da vida,  
coragem para crer, determinação para prosseguir e proteção para me  
amparar nas horas incertas.

Aos meus familiares: meus pais *Jaime e Maria Ivone*, minha irmã  
*Janaina*, meu esposo *Silvio* pelo amor, apoio, confiança e incansáveis  
palavras de incentivo, que me impulsionaram a esta grande conquista!

## AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho delega uma importante conquista em minha vida, além da realização profissional, a realização pessoal, eis a conquista de mais um sonho.

Mas... esse caminho não foi percorrido só. Muitas pessoas estiveram e estão presentes em minha vida. Eis o momento de agradecer-las, ao mesmo tempo um grande desafio...

À *Deus*, pelo dom da vida, pelas competências e habilidades a mim concebidas na realização desse trabalho.

À Professora *Giani Rabelo*, minha mestra nesta caminhada, pela confiança e oportunidades em mim depositadas, pelo incentivo à pesquisa, por oportunizar a participação no Projeto de Iniciação Científica na graduação, por me trazer ao GRUPEHME - Grupo de Pesquisa em História e Memória da Educação, proporcionando-me assim grandes aprendizados.

Às *escolas públicas estaduais participantes do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina - CEMESSC (virtual)*, pela disposição em contribuir na construção do nosso banco de dados virtual. Em especial, às escolas que participaram diretamente de minha pesquisa: Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar (Maracajá/SC), Escola de Educação Básica de Meleiro (Meleiro/SC) e Escola de Educação Básica Professor Lapagesse (Criciúma/SC).

Aos professores *André Cechinel*, *Carlos Renato Carola* e *Clarícia Otto* pelas contribuições na banca de qualificação até a concretização deste trabalho.

Aos *membros do Grupo de Pesquisa em História e Memória da Educação – GRUPEHME*, que juntos trabalhamos para a



consolidação do CEMESSC.

Aos professores do Mestrado em Educação da UNESC, *Alex Sander da Silva, Vidalcir Ortigara, Marli de Oliveira Costa, Giani Rabelo, Antônio Serafim Pereira, Ângela Cristina Di Palma Back, Carlos Renato Carola* pelos aprendizados proporcionados durante as disciplinas realizadas.

Às amigadas construídas durante o período em que cursava as disciplinas do programa, *Cátia, Cida, Daiane, Gislene Camargo, Gislene Salla, Josi, Taise, Tati...* pela troca de experiências.

À Secretária do Programa de Mestrado em Educação, *Vanessa Morona Dias*, pelo acolhimento e dedicação prestados aos mestrandos.

Por fim à minha família... que se faz presente em todos os momentos da minha vida, compartilhando comigo as minhas angústias e as minhas conquistas, a eles a quem amo muito, obrigado pelo apoio, carinho e paciência.

Ao meu esposo *Silvio*, pelas palavras de incentivo nos momentos de aflição, pelo apoio incondicional, pelo seu amor e carinho.

Aos meus pais *Jaime e Maria Ivone*, que não mediram esforços para que eu chegasse até aqui.

À minha irmã *Janaina* por sua atenção e apoio, nos momentos da elaboração desta dissertação, me incentivando sempre a dar o melhor de mim.

A todos, meu eterno reconhecimento!



“A memória é um refazer das experiências passadas exigindo com isso devotamento e trabalho por parte daqueles que se voltam às lembranças de um tempo longínquo e que, com a ajuda dos materiais presentes em seu entorno atual, esforçam-se em um trabalho consciente de rememoração”.

**Ana Lúcia Guedes Pinto**

## RESUMO

A presente dissertação buscou perceber como a Liga da Bondade, implantada nas escolas públicas estaduais do sul de Santa Catarina (1953 – 1970), contribuiu na construção da cultura escolar. Com o intuito de aprofundar este estudo, foram estabelecidos alguns objetivos específicos: Compreender o que levou as escolas a implantarem a Liga da Bondade no Brasil; Identificar com que intuito foi criada Liga da Bondade nas escolas públicas estaduais do sul de Santa Catarina; Investigar sobre as atribuições da Liga da Bondade (objetivos e finalidades); Entender como funcionavam as Ligas da Bondade nas escolas públicas estaduais do sul de Santa Catarina; Identificar quem eram os membros participantes da Liga da Bondade e suas ações. Para isso, foram analisados, por meio de uma pesquisa documental, os relatórios das Ligas da Bondade da EEB de Meleiro (Meleiro), da escola EEB Professor Lapagesse (Criciúma) e da EEB Manoel Gomes Baltazar (Maracajá). A partir desses documentos alguns alunos(as) e professoras, citados(as) nos mesmos, foram entrevistados(as) para contribuírem com suas memórias acerca da Liga da Bondade. Com a realização desta pesquisa é possível afirmar que por meio dos registros da Liga da Bondade e da memória dos(as) alunos(as) e professoras entrevistados(as) houve uma aproximação com a cultura escolar de cada educandário. Entre as atividades mais registradas nas atas está a Campanha do Natal dos Lázarus, o que me leva a afirmar que as escolas intencionavam construir um sujeito com espírito bondoso, caridoso, fazendo com que as atitudes de alunos e alunas participantes fossem úteis à escola, à sociedade e à Igreja Católica. O cultivo do catolicismo enquanto religião ficou evidente, não só nos registros, mas também nas entrevistas. Posso inferir que a Liga da Bondade serviu para atrair mais fiéis e, também, para manter os que já eram.

**Palavras-Chave:** Liga da Bondade. Cultura Escolar. Igreja Católica.



## ABSTRACT

This dissertation sought to understand how the Power of Kindness, located in the public schools of the South of Santa Catarina (1953 - 1970), contributed in building the school culture. In order to deepen this study, some specific objectives were established: Understand what led schools to deploy the Power of Kindness in Brazil; identify with that order was created League of Goodness in public schools in southern Santa Catarina; Investigate assignments League of Kindness (goals and objectives); Understanding how the leagues of Kindness worked in public schools in southern Santa Catarina; Identify who the participants were members of the League of Kindness and their actions. For this, were analyzed by means of desk research, reports Leagues Goodness of EEB de Meleiro (Meleiro), EEB Professor Lapagesse (Criciúma) and EEB Manoel Gomes Baltazar (Maracajá), from some of these documents students (as) and teachers cited (as) in them, were interviewed (as) to contribute their memories about the League of Goodness. With this research we can say that through the records of the League of Goodness and memory of (the) students (as) and interviewed teachers (as) there was an approach to school culture of each breed. Among the activities most frequently recorded in the minutes is the Christmas campaign of Lazarus, which leads me to say that schools subject to imagine that they build a kind, compassionate spirit, making the attitudes of students, male and female were useful to school, society and the Catholic Church. The imposition of Catholicism as a religion was evident not only in the records, but also in the interviews. Can infer that the League of Kindness served to attract more faithful and also to keep those already.

**Keywords:** League of Goodness. School culture. Catholic Church.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b> – Capa do Relatório Liga da Bondade da EEB de Meleiro (1953 a 1970).....	83
<b>Figura 02</b> – Capa do Relatório Liga da Bondade EEB Professor Lapagesse (1962 a 1966).....	84
<b>Figura 03</b> – Detalhe da Capa do Relatório Liga da Bondade EEB Professor Lapagesse (1962 a 1966).....	85
<b>Figura 04</b> – Capa do Relatório Liga da Bondade EEB Manoel Gomes Baltazar (1963).....	86
<b>Figura 05</b> – Capa do Relatório Liga da Bondade EEB Manoel Gomes Baltazar (1967).....	87
<b>Figura 06</b> – Capa do Relatório Liga da Bondade EEB Manoel Gomes Baltazar (1969).....	89
<b>Figura 07</b> – Capa do Relatório Liga da Bondade EEB Manoel Gomes Baltazar (1959).....	90

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Associações Auxiliares em Escolas Primárias no Estado de Santa Catarina em 1938 e 1942.....	51
<b>Tabela 02</b> – Associações Auxiliares da Escola no Sul de Santa Catarina – AMREC.....	56
<b>Tabela 03</b> – Associações Auxiliares da Escola no Sul de Santa Catarina – AMESC.....	60
<b>Tabela 04</b> – Associações Auxiliares da Escola no Sul de Santa Catarina – AMUREL.....	65
<b>Tabela 05</b> – Campanhas desenvolvidas pela Liga da Bondade EEB Manoel Gomes Baltazar.....	99
<b>Tabela 06</b> – Campanhas desenvolvidas pela Liga da Bondade EEB de Meleiro.....	100
<b>Tabela 07</b> – Campanhas desenvolvidas pela Liga da Bondade EEB Professor Lapagesse.....	100



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01– Participantes da Liga da Bondade na Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar (1959-1969).....	125
Gráfico 02 – Participantes da Liga da Bondade na Escola de Educação Básica de Meleiro (1953-1970).....	126
Gráfico 03 – Participantes da Liga da Bondade na Escola de Educação Básica Professor Lapagesse (1962-1966).....	127

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**UNESC** –Universidade do Extremo Sul Catarinense

**CEMESSC** – Centro da Memória do Sul de Santa Catarina

**GRUPEHME** – Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação

**CNPq** –Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**AMREC** – Associação dos Municípios da Região Carbonífera

**AMESC** – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense

**AMUREL** –Associação dos Municípios da Região de Laguna

**Após** – Associação de Pais e Professores

**Assis** – Associações Auxiliares da Escola

**SC** – Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 A EMERGÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO.....</b>	<b>26</b>
2.1 O CENÁRIO DO ESTADO NOVO E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO.....	26
2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.	36
2.3 A OBRIGATORIEDADE E RESISTÊNCIAS: A PRESENÇA DAS ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA EM SANTA CATARINA.....	50
<b>3 LIGA DA BONDADE E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS: VESTÍGIOS DA CULTURA ESCOLAR.....</b>	<b>68</b>
3.1 OS VESTÍGIOS DA CULTURA ESCOLAR: REGISTROS DA LIGA DA BONDADE NAS ESCOLAS DO SUL DE SANTA CATARINA.....	68
3.2 AS CAPAS DOS RELATÓRIOS DAS LIGAS DA BONDADE E AS MARCAS DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA.....	82
3.3 LIGA DA BONDADE: VIGIANDO E PRESCREVENDO COMPORTAMENTOS E FORMANDO SUJEITOS “BONDOSOS” E “CARIDOSOS”.....	93
<b>4 LEMBRANÇAS SOBRE A LIGA DA BONDADE.....</b>	<b>104</b>
4.1 MEMÓRIA DE PROFESSORAS ORIENTADORAS.....	105
4.2 MEMÓRIAS DE EX-ALUNOS E EX-ALUNAS.....	120
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>139</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>147</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde 2009 estou vinculada a projetos de iniciação científica na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), atuando como acadêmica pesquisadora. Participei, também, de parte do processo de implantação do Centro da Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC). Este projeto foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e teve duração de 30 meses, sendo desenvolvido entre o período de 12/03/2009 a 11/03/2012. A organização do CEMESSC vem se dando pelo Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação (GRUPEHME).

De acordo com o projeto apresentado ao CNPq (2008), o interesse em implantar o CEMESSC surgiu em função dos membros do Grupo estar, desde 2001, desenvolvendo inúmeros projetos, buscando alcançar e (re)construir a história das instituições escolares, principalmente daquelas localizadas na região sul do estado de Santa Catarina. Os pesquisadores envolvidos, avaliando todo o trabalho desenvolvido durante esse percurso de mais de dez anos, chegaram à conclusão de que uma das maiores dificuldades encontradas foi a inexistência de documentos textuais e iconográficos referentes ao período de existência dos estabelecimentos escolares, havendo uma forte cultura do descarte, principalmente dos documentos mais antigos. Portanto, na avaliação dos membros do GRUPEHME, há um processo intenso e, ao mesmo tempo, temeroso de destruição dos acervos escolares.

Os principais objetivos com a implantação do CEMESSC foram: inventariar as primeiras escolas estaduais do sul de Santa Catarina; contribuir para o fortalecimento de uma cultura científica

voltada à história da educação junto às comunidades escolares; proporcionar experiências educativas para que as comunidades escolares se sensibilizem sobre a importância da preservação do patrimônio histórico escolar, apoiadas em atividades interativas e lúdicas; oportunizar aos usuários do CEMESSC contato com os novos conhecimentos científicos e tecnológicos, que interagem com a história e a memória; ampliar o número de pesquisas acadêmicas no campo da História da Educação.

Foram envolvidas no CEMESSC as escolas públicas estaduais mais antigas localizadas nas microrregiões da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) e Associação de Municípios da Região de Laguna (AMUREL).

Nessa pesquisa foram encontrados alguns registros, entre eles, atas das Associações Auxiliares da Escola, ou seja, organizações que envolviam o corpo discente, sob supervisão de docentes.

De acordo com Zen (2007), as Associações Auxiliares da Escola constituíam grupos organizados no interior das instituições escolares, fossem elas públicas ou particulares, com um propósito comum de integrar o corpo discente, estimulando uma formação cívica, moral e intelectual através do exercício de atitudes de sociabilidade, responsabilidade e cooperação, contribuindo igualmente com o processo de busca por uma identidade nacional.

Entre as onze associações identificadas a que mais chamou atenção foi a “Liga da Bondade”. Ao manusear e folhear os cadernos e as atas da Liga da Bondade surgiu o interesse em aprofundar meus conhecimentos, a fim de compreender a contribuição da Liga da

Bondade na construção da cultura escolar de cada educandário. A fim de cercar esta problemática, investiguei as seguintes questões: O que levou as escolas a implantarem as Ligas da Bondade no Brasil? Com que intuito foram criadas as Ligas da Bondade nas escolas públicas estaduais do sul de Santa Catarina? Quais eram as atribuições da Liga da Bondade (objetivos e finalidades)? Como funcionavam essas Ligas da Bondade? Como era a composição da Liga da Bondade? Esta pesquisa foi iniciada com o trabalho de conclusão de curso da graduação intitulado *Liga da Bondade nas escolas públicas estaduais do sul de Santa Catarina (1953 – 1970): Prescrevendo Regras de Civilidade*. Foram analisados, por meio de uma pesquisa documental, os relatórios das Ligas da Bondade da EEB de Meleiro (Meleiro), da escola EEB Professor Lapagesse (Criciúma) e da EEB Manoel Gomes Baltazar (Maracajá).

O propósito da pesquisa, para obtenção do título de mestre foi dar continuidade a este estudo, explorando mais as legislações da época, além de identificar as memórias dos docentes e discentes que participaram da Liga da Bondade, entre os anos de 1953-1970. Este período foi definido com base nos registros encontrados das escolas já referidas.

Inicialmente, enquanto procedimento exploratório de coleta de dados fez-se um levantamento acerca dos registros da Liga da Bondade na legislação educacional (decretos, leis, circulares) e documentos da época. A partir da legislação que regulamentava as associações, os registros (atas) encontrados nas escolas estaduais (EEB Professor Lapagesse/Criciúma; EEB de Meleiro/Meleiro; EEB Manoel Gomes Baltazar/Maracajá) foram (re)analisados e cruzados com os depoimentos dos(as) entrevistados(as) a fim de compreender como as

ligas contribuíram para a construção da cultura escolar de cada educandário. Com esta finalidade foi utilizada a metodologia da história oral. Com o seguinte entendimento:

[...] a história oral implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito da história, mas, mais que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e sentir-se parte do contexto em que vivem. (MEIHY, 1998, p. 13).

O critério base utilizado para escolher os sujeitos que participaram das entrevistas foi o maior tempo de participação na Liga da Bondade, privilegiando igualmente os gêneros, masculino e feminino. Desse modo, foram ouvidos um ex-aluno e uma ex-aluna de cada educandário, além de três professoras orientadoras da Liga da Bondade. Nesse sentido o foco da pesquisa foi documental, articulado à história oral. Pois, conforme Meihy (1998) deve-se considerar que a história oral não deve ser usada como única fonte de pesquisa, ela deve ser o complemento de fontes documentais, sejam elas quantitativas ou qualitativas. A história oral se torna relevante para facilitar o entendimento de aspectos subjetivos encontrados ao longo da pesquisa, nas versões documentais.

Ao reforçarem a importância do cruzamento de fontes Lopes e Galvão (2001, p. 90) sugerem que “a utilização de outros documentos, é importante, pois o pesquisador corre menos risco de

considerar as entrevistas como a ‘voz’ daqueles que não podem falar”. A consulta a outras fontes, para elas, auxilia no sentido de “[...] formular as próprias questões das entrevistas e melhor compreender suas respostas” (2001, p. 90). Neste contexto, Lopes e Galvão (2001, p. 93) afirmam ainda que:

O cruzamento e confronto das fontes poderá também ajudar no controle da subjetividade do pesquisador. É uma operação indispensável. Há uma expressão antiga que diz bastante do incansável trabalho que se há de ter com o entretecer do problema, com as questões formuladas e a ida às fontes: “*da bigorna à forja, da forja à bigorna*”.

Nesta mesma esteira, Manuel Jacinto Sarmiento, indica que “o cruzamento da informação recolhida a partir da observação, das entrevistas e dos documentos permite realizar uma *triangulação*”. Esse ato metodológico impede, no seu entendimento, que “[...] a unilateralidade de uma observação, ou de um depoimento, ou ainda de um documento, se possa sobrepor à realidade, em todo seu conjunto e complexidade”, permitindo compreender as divergências e convergências, a partir de outras fontes ou olhares sobre a realidade. Sarmiento ainda afirma que este procedimento metodológico “permite detectar sempre a expressão de um modo singular de ser, ou de pensar e agir [...]” (SARMENTO, 2003, p. 157).

Importante ressaltar que em sentido, a história oral vem contribuir para a história das palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também de seu imaginário (THOMPSON, 1992). É ouvindo esses



sujeitos que participaram da Liga da Bondade na época (1953 – 1970), que busquei uma aproximação com a experiência vivenciada por eles, lembrando que é por meio da história oral que fatos e informações, até então desconhecidas ou encobertas, vem à tona. Os documentos orais, construídos a partir da transcrição das entrevistas, possibilitaram um diálogo com as memórias, em geral ausentes nos documentos considerados oficiais, compreendidos por muito tempo como sendo as únicas fontes legítimas. A história oral permitiu outros olhares sobre o passado, entendendo que cada pessoa tem a sua leitura, a partir da sua própria visão do presente, dando visibilidade às experiências silenciadas durante anos. As entrevistas foram gravadas e transcritas, com a permissão prévia dos(as) entrevistados(as) por meio de um termo de consentimento (em anexo).

Trabalhar com a história oral implica em discutir o conceito de memória. Para Custódio (2012), a memória é um fato individual e psicológico, e também social, construindo um paralelo entre os acontecimentos do passado e a época atual. A partir desse paralelo, os sujeitos constroem suas verdades, o universo em que vivem e a si próprio.

Para Pollak (1989), as memórias do ontem e do hoje são interligadas, existindo uma interação constante entre o que se viveu e o que se aprendeu; entre o que se viveu e o que se transmitiu. Esse tipo de memória existe de todas as formas, na memória pessoal ou coletiva, na memória familiar, de pequenos e grandes grupos.

Segundo Halbwachs (1990), não é necessária a presença de indivíduos que viveram o fato para confirmá-lo, pois para a confirmação seriam necessários outros elementos, assim como registros,

depoimentos, entre outros. O fato se sucede porque muitas pessoas que viveram uma determinada situação ao relatar o fato algum tempo depois, não o farão igualmente. Os fatos relatados não seguirão a mesma sequência e cada sujeito dará sua versão da “sua” história.

A memória é um elemento auxiliador na estruturação das identidades, percepção de si e do mundo. Ela é responsável pela reconstrução mental que representa uma seleção do passado que o indivíduo lembra e também do que ele faz parte. Por esse motivo, a memória é um elemento essencial na estruturação das identidades dos sujeitos, percebendo a si e aos outros como componentes importantes na história (ROUSSO, 2002 apud CUSTÓDIO, 2012).

Nessa perspectiva, Oliveira (2008) complementa ao argumentar que a memória surge do confronto entre a subjetividade do espírito e exterioridade da matéria. A memória é construída pelos quadros sociais em que o sujeito está inserido. Ela é feita com ideias recentes baseadas em vivências passadas, no significado que o sujeito viverá o passado consertando-o, contudo viverá o presente com a experiência vivida, modificando realidades e aproveitando as possibilidades.

Seemann (2003), ao analisar o significado de memória, percebe a importância da mesma, por se tratar de uma fonte rica em impressões, registros, ponto de vista, perspectiva e outros. O autor ainda traz uma problematização sobre memória coletiva nacional, em que essa funciona como um padronizador com caráter opressor, uniforme e de destruição. Essa memória coletiva nacional tende a transformar lembranças individuais em história oficial celebrativa. O fato relevante

foi que se tornou interessante reconstruir memórias para se refazer a história, salvando-a do esquecimento.

A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança. (BOSI, 1994, p. 53).

Pesavento (2005, p 15) designa cultura como sendo um conjunto de significados partilhado e construídos pelos homens para explicar o mundo. Deixando ultrapassada a concepção de que a cultura é a manifestação suprema do espírito humano.

Um dos conceitos centrais neste trabalho foi o da cultura escolar. Ressalta-se que na década de 1980, iniciaram-se os primeiros trabalhos sobre cultura escolar, mas foi a partir dos anos de 1990 que este ganhou maior visibilidade no campo de pesquisa da história da educação.

Os elementos mais importantes dentro da cultura escolar são os atores (pais, corpo docente e discente da escola), a comunicação e os aspectos organizacionais. Os atores são os elementos mais importantes dentro da cultura escolar, por esta razão, se faz necessário conhecer as características que os descrevem tais como formação, associação, *status*, ideias, entre outros. A comunicação se caracteriza como a maneira em que se dá a mesma, sendo ela da maneira que é expressa com palavras, gestos, fórmulas, escrita, entre outros, na sala de aula ou fora dela. Os aspectos organizacionais apresentam um sentido peculiar: a maneira como são ministradas as aulas, assim como métodos e metodologias, seleção e classificação dos alunos, segregação do conhecimento por separação de disciplinas; avaliação e progressão de alunos, comunicação entre professores e alunos; tratamentos formais

entre os elementos da escola, disposição de cargos para o bom funcionamento da escola (VIÑAO FRAGO, 2006).

Viñao Frago (2006) cita Depaepe (2000) para reafirmar o conceito que designa cultura escolar como sendo todos os fatos cotidianos da escola. Ressalta ainda que, para se conceituar e entender a cultura escolar é necessário ter a percepção do dia a dia da vida na escola, fatores temporais e ambientais, todo o espaço utilizado ou não, a hierarquia dentro da escola, o grau de instrução baseado na idade, estímulos e gratificações, forma de avaliação e metodologias aplicadas.

Observa-se, então, a escola como uma instituição ímpar, que se estrutura sobre processos, normas, valores, significados, rituais, formas de pensamento, constituidores da própria cultura, que não é monolítica, nem estática, nem repetível (SILVA, 2006).

Pode-se considerar que a escola é uma das principais instituições da sociedade, sendo responsável pela formação educacional de cada cidadão, se diferenciado das demais organizações sociais. Ela é vista como a base da sociedade moderna instituída de cultura própria.

Conforme Silva (2006), as bases para a compreensão da cultura escolar são os indivíduos e suas práticas. Deste modo, os meios de comunicação, os discursos e as linguagens encontrados no dia-a-dia escolar, compõem um aspecto essencial de sua cultura.

A escola é um estabelecimento edificado ao longo da história com modificações necessárias conforme a modernização, visto como uma ferramenta privilegiada para realizar a função de transmitir cultura, proporcionar as novas gerações o que a humanidade produziu ao longo da história.

As relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois pólos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados. (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 160).

Para investigar a escola utilizando a cultura escolar como referência, Silva (2009) propõe a formação de instrumentos produtivos de pesquisa, além de oferecer novas teorias. Dessa forma, pode-se compreender a ideia de que para estudar a instituição e os movimentos que ela produz precisa-se pesquisar os modos peculiares através dos quais esta se apropria.

O estudo da escola como organização cultural é compreendido por Santo (2008) como um sistema composto por grupos que se relacionam entre si e vivem códigos e ações, com cultura e identidade própria. Deste modo, a escola possui, além de uma estrutura, uma identidade estabelecida diariamente pelas pessoas que a integram e a mantêm.

De acordo com Valdamarin e Souza (2000), busca-se realizar estudos em torno do termo cultura escolar, que se manifesta na literatura educacional, no instante em que a reflexão sobre escola volta-se para suas características internas. A ênfase da pesquisa vai se construindo sobre as práticas utilizadas no dia-a-dia escolar, o desenvolvimento do currículo, a formação do conhecimento, o andamento cotidiano da instituição, o aparelhamento dos alunos e professores e outros objetos que buscam entender o processo de desenvolvem os valores nas crianças. E isso nos remete às palavras de Silva (2009, p. 125):

A cultura enquanto prática de apropriação e de representação conduz ao entendimento que toda prática escolar é cultura, mas uma forma particular de cultura, a cultura em uma forma escolar, o que caracteriza uma cultura escolar. Por cultura escolar, entende-se, portanto, o modo como a escola se institui, se organiza, se apropria de elementos da cultura, faz determinadas representações dela, e produz práticas com vistas à formação humana.

O exemplo de escola que se objetiva é construído por meio da cultura escolar, sendo concebida como produção da história. Esse por sua vez tem características de normas pedagógicas, e dos agentes que atuam nele, através de metodologias e técnicas de saberes socialmente produzidos que constrói a identidade escolar difundindo os valores e comportamentos. (VALDEMARIN; SOUZA; 2000).

Os resultados deste estudo estão organizados em três capítulos. No primeiro capítulo: “A Emergência das Associações Auxiliares da Escola no contexto do estado novo”, é discutida a emergência das Associações Auxiliares da Escola no contexto do Estado Novo (1937-1945). Com esta finalidade são apresentados alguns elementos históricos, tais como: o cenário político e a campanha de nacionalização do ensino. Do mesmo modo é discutida a institucionalização das associações na legislação educacional da época, além da presença de tais organizações nos educandários catarinenses.

No segundo capítulo, “*Liga da Bondade como parte da Cultura Escolar*”, as discussões ficaram em torno do conceito de cultura escolar e as prescrições legais sobre a Liga da Bondade, bem como seus vestígios nas escolas estaduais mais antigas do Sul de Santa Catarina. Neste momento os registros encontrados são problematizados.

No terceiro capítulo: “*Liga da Bondade e as Práticas Educativas*”, foram problematizadas as capas dos relatórios das Ligas da Bondade, assim como as ilustrações. Na sequência, foi discutido, também, o papel da Liga da Bondade na prescrição e na vigilância de comportamentos e virtudes de alunos(as), bem como as memórias das professoras orientadoras e de ex-alunos e alunas que participaram da referida associação, a fim de compreender como a Liga da Bondade interferiu nas práticas e culturas escolares.

## **2 A EMERGÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO**

Neste capítulo é discutida a emergência das Associações Auxiliares da Escola no contexto do Estado Novo (1937-1945). Com esta finalidade são apresentados alguns elementos históricos, tais como: o cenário político e a campanha de nacionalização do ensino. Do mesmo modo é discutida a institucionalização das associações na legislação educacional da época, além da presença de tais organizações nos educandários catarinenses.

### **2.1 O CENÁRIO DO ESTADO NOVO E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO**

Getúlio Vargas se manteve à frente da presidência do Brasil, de forma contínua, durante quinze anos (1930 a 1945), ora democrático, ora ditador. Foi no seu governo que a educação brasileira, especialmente a pública, sofreu intensas modificações. Nessa época o mundo passava por muitas transformações motivadas por movimentos nacionalistas, dentre os quais, pode-se destacar o nazismo e o fascismo. Em contrapartida, o comunismo também estava em plena ascensão.

A fim de reprimir um suposto plano comunista no Brasil – Plano Cohen, Getúlio Vargas deu um golpe de Estado e instituiu o Estado Novo (1937-1945). Este tinha por intuito promover amplas manifestações patrióticas, cívicas e nacionalistas. Com o objetivo de manter-se no poder, não promoveu as eleições presidenciais marcadas para janeiro de 1938, homologando a nova constituição brasileira: a Constituição de 1937.

Nela, o Estado assume seu dever de colaborar, seja direta



ou indiretamente, com o acesso às instituições e a formação dos alunos em arte e ciência, bem como a oferta de ensino primário obrigatório e gratuito a todos. Porém, a gratuidade não eximia a solidariedade, isto é, os mais avantajados deveriam cooperar com os mais necessitados. Este fato deveria ser informado durante a matrícula, e os que não alegassem carência de recursos deveriam contribuir ainda que modestamente, porém mensalmente, com o *caixa escolar*.

Nesta constituição, as unidades federativas, entre outras medidas, foram estimuladas a efetivarem a Campanha de Nacionalização:

Tal projeto visava dar nuances brasileiras às áreas colonizadas por imigrantes europeus que se instalaram em vários estados da confederação. Pretendia-se com a referida Campanha levar esses imigrantes e seus descendentes a incorporarem no seu dia-a-dia, nos seus costumes um *ethos* de nação brasileira, toda uma gama de características ditas brasileiras, mudando alguns hábitos trazidos da terra natal que ainda se mantinham fortes em solo tupiniquim como a língua falada e escrita (ZEN, 2007, p. 24).

Neste cenário, o governo brasileiro passou a se preocupar com as colônias formadas por imigrantes, especialmente no sul do país, pois estas nutriam laços intensos com seu país de origem. Os imigrantes ainda utilizavam seus idiomas de origem, mantinham relações com instituições de seus países, pela igreja e imprensa (OTTO, 2012). Kreutz (2010) afirma que entre 1819 e 1947, o Brasil recebeu aproximadamente 4.900.000 imigrantes das mais distintas etnias.

De acordo com Martinson (2009), as escolas instituídas por iniciativa das famílias de imigrantes atenderam às necessidades de

educação no início do século XX. Estes estabelecimentos escolares eram mantidos e organizados pelos próprios imigrantes, sendo que o professor pertencia ao grupo e este era incumbido do ensino da língua materna, tradições e valores religiosos. Estas instituições possuíam estatutos próprios, comumente registrados em cartório.

A educação, continuamente, foi uma das principais iniciativas dos imigrantes, visto que estes careciam de alfabetização para lerem a Bíblia, as doutrinas e sua história, como forma de conservarem e manterem vivas suas culturas. Deste modo, a ação inicial dos mesmos, na terra nova, foi instituir a escola onde pudessem lecionar e educar as crianças, a fim de garantir a solidificação de sua tradição e para propiciar o desenvolvimento (COSTA, 2005).

É bem provável que neste cenário, a escola foi vista como um estabelecimento disciplinar fundamental e umas das principais fontes de controle social, pois, ao educar, a escola reforça racionalidade e autodisciplinamento das pessoas e certamente, a partir desse entendimento, o governo getulista sentiu a necessidade de criar mais escolas, passando a perseguir toda e qualquer manifestação cultural oposta ao seu projeto.

Com este entendimento, Vargas adotou uma série de providências, com vistas à nacionalização, principalmente pela educação, com intuito de homogeneizar comportamentos através de elementos nacionais. Este momento torna-se um marco na história, pois as escolas particulares, públicas e étnicas passam a sofrer inúmeras medidas repressivas (OTTO, 2012).

A Campanha de Nacionalização, segundo Kreutz (2010) buscava uma universalização do povo e nação, sem levar em

consideração as peculiaridades e as diferenças culturais dos segmentos que formavam o Estado. A escola foi utilizada para transmitir, generalizar os valores de “justiça e igualdade”, com um caráter civilizador de modo a formar uma única tradição cultural. Impôs-se uma homogeneização das pessoas, objetivando-se uma identidade nacional. Ressalta-se que o processo de nacionalização do ensino aconteceu de maneira compulsória.

Durante o Estado Novo, a educação na escola primária foi empregada como instrumento para a edificação da identidade nacional. Esta é vista como uma ferramenta ideológica para exaltar valores e costumes considerados basilares de uma Nação, com a finalidade de constituir um novo país. A metodologia de uniformização e homogeneização objetivou extinguir e abolir as especificidades que distinguiam os grupos de imigrantes, suscitando um clima de conflitos (SANTOS, 2008).

A política de Nacionalização de Getúlio Vargas foi um processo radical que permeou tortuosos caminhos. O governo, com a legislação de 1938, começa oficialmente a fundação de uma campanha de nacionalização designada a abranger toda a sociedade através da atuação das escolas. Porém, esta se deu por meio do emprego da força, atingindo tudo que se contrapunha ou que não se adaptasse ao novo projeto de país; em consequência, escolas foram fechadas, professores presos, material escolar apreendido (FIORI; CARVALHO, 2001). Foi um processo traumático, havendo fortes resistências. Com este processo, Vargas almejava criar, no Brasil, cidadãos patriotas, que servissem sua nação. Em decorrência, as escolas passaram a transmitir aos estudantes valores com o intuito de solidificar a identidade brasileira.

Os três estados do sul do país foram os que apresentaram maiores dificuldades na implantação do processo de nacionalização, em virtude da presença do grande número de núcleos estrangeiros (OTTO, 2012). A “identidade” e a “moralidade” eram as palavras chave muito presentes na sociedade. O intuito era fortalecer e até impor o orgulho da identidade de ser brasileiro e falar português, e a moralidade, com a finalidade e corroborar a imagem do bom brasileiro, aquele que ama sua terra, que coloca sua pátria acima de tudo e, preferencialmente, dominando a língua portuguesa (FIORI; CARVALHO, 2001). A educação foi o retrato mais fiel do que se objetivava com o Estado Novo no Brasil. Este tinha por finalidade formar um novo homem para um novo estado, moldando mentalidades e instituindo o anseio de brasilidade, corroborando a identidade do trabalhador, tecendo uma imagem positiva do mesmo. Estas prerrogativas compunham uma iniciativa cultural e política, que através da educação aspirava socializar e internalizar os valores nos indivíduos (OTTO, 2012).

A abertura de escolas públicas brasileiras neste período almejava fomentar valores, desenvolver a alma nacional, consolidar identidade cultural, criar novas mentalidades, por meio de práticas pedagógicas com o propósito de construir um sentimento de nação a fim de unificar a sociedade brasileira.

Para que a Campanha de Nacionalização se concretizasse, Zen (2007) afirma ter sido indispensável à reorganização dos elementos de divulgação cultural, para que transmitissem os ideais nacionalistas brasileiros. Assim, o governo passou a usar, como forma de “abrasileiramento” dos imigrantes, as associações culturais, religiosas e o estabelecimento escolar.

Em 18 de novembro de 1938, através do decreto-lei nº 868, na figura do Ministro Gustavo Capanema, cria-se a Comissão Nacional de Ensino Primário vinculada ao Ministério da Educação e Saúde. Esta tinha o intuito de organizar o ensino primário e sua propagação. No art. 2º, ficou estabelecido que a Comissão deveria organizar um plano de combate ao analfabetismo, definir ações a fim de nacionalizar totalmente o ensino primário, estruturar o currículo e as diretrizes a serem seguidas pelas escolas primárias (BRASIL, 1938).

Nesse contexto, o processo pedagógico de nacionalização do Ensino tinha explícita intenção de inculcar valores nacionais, ou seja, consolidar as tradições e a cultura brasileira. Monteiro (1983) ressalta que o governo passou a incentivar a criação de grupos ou núcleos que transmitissem ou ensinassem a cultura brasileira.

O processo de nacionalização do ensino ocorreu de forma singular, dependendo das características de cada estado brasileiro. Para reafirmar esta política, o governo catarinense adotou uma sucessão de medidas que objetivavam obrigar os imigrantes e seus descendentes a se inteirar dos valores políticos-culturais da pátria brasileira. O então interventor catarinense Nereu de Oliveira Ramos<sup>1</sup> (1937-1945) fez sua gestão pautada no movimento nacionalista. Em seu governo, priorizou a escola, sendo que este ressaltava que a boa educação e um corpo saudável eram pré-requisitos básicos para a formação da nacionalidade brasileira. Nesta época, a elite pensante viu que a educação desempenhava um papel socializador importante neste processo de construção da identidade nacional, constituindo uma ferramenta efetiva

---

<sup>1</sup>Nereu de Oliveira Ramos já havia assumido o governo estadual em 1935, permanecendo como interventor no Estado Novo.

para abrandar a resistência popular (UNGLAUB, 2008).

Seguindo as determinações do Ministro da Educação Gustavo Capanema, a política estadual de nacionalização iniciou com o Decreto-Lei nº 88, de março de 1938. Neste clima político autoritário, a educação seguia orientações de caráter centralizador, conduzida por uma legislação que buscava assegurar a unidade nacional. Segundo Zen (2007), tal Decreto causou grandes mudanças nas escolas catarinenses, especialmente nas instituições de educação primária, mantidas por sociedades estrangeiras. A proposta do governo modificava os métodos de ensino, a organização, a administração escolar, constituição dos professores, permitindo o uso de materiais impressos oficiais e obrigando o uso do idioma português.

A escola se apresentou como pilar na formação da identidade da Nação, pois era entendida como uma instituição que poderia desenvolver uma nova geração empenhada com a identidade da sociedade e, por conseguinte, diminuir o número de desleais. Neste sentido, acreditava-se que a educação seria capaz de revelar por meio das manifestações cívicas, brincadeiras e práticas esportivas a devoção, desenvolvimento intelectual e a força física que o Estado Novo aspirava incutir na população (UNGLAUB, 2008).

De acordo com Monteiro (1983) a iniciativa do governo era equipar as comunidades com escolas, a fim de integrar os imigrantes à aprendizagem da língua portuguesa, pois na época as primeiras letras, ciências e artes fugiam à ideia de brasilidade. Desta forma, o governo do Estado de Santa Catarina passa a aplicar inúmeras reformas no âmbito da educação primária, impondo restrições a essas instituições.

A Nacionalização do Ensino em 1938 se estabeleceu de

forma repressiva, empreendendo uma política que tinha por intuito a apropriação cultural dos imigrantes. Este processo acarretou o fechamento de inúmeras escolas étnicas. Com o fechamento destas, o Governo utilizou da escola para transmitir os valores nas crianças, para formar a alma nacional, e assim formar “melhores cidadãos” (MARTINSON, 2009).

No estado de Santa Catarina, o Decreto nº 88 de 31 de março de 1938, demarca e reforça a Campanha e Nacionalização, regulamentando inúmeros aspectos das escolas primárias. Desta maneira, as escolas localizadas nos núcleos de imigrantes tiveram diversos problemas para se adequarem às novas normas propostas pelo decreto, sendo que muitas das mesmas não conseguiram se adaptar a estas leis nacionalizadoras (OTTO, 2012).

Neste período, as escolas precisavam lecionar no idioma nacional e ministrar as disciplinas de Linguagem, História do Brasil e Educação Cívica, Geografia do Brasil, Cantos e Hinos Patrióticos Brasileiros. Deste modo, fica explícito que a escola era indispensável para a edificação da sociedade que almejam construir. Cabia ao governo aplicar, nortear e vigiar a educação (COSTA, 2005).

Ainda de acordo com este decreto, é dever do Estado garantir a educação baseada na moral e cívica, com a finalidade de formar pessoas cultas, que preservam suas tradições e valores, que possuem seu idioma, ou seja, que primem pela formação do cidadão brasileiro com seus direitos e deveres, que estes venham a disseminar o sentimento de brasilidade. Contudo, cabe aqui uma breve reflexão da brasilidade que o decreto se refere, visto que os alunos que freqüentavam as escolas não eram apenas brasileiros, mas também

imigrantes de outros países. (BRASIL, 1938).

Entre as resoluções estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 88 (Brasil, 1938), as escolas só poderiam funcionar se estivessem de acordo com as normas instauradas pelo governo. Esse processo exigiu uma série de documentos comprobatórios, burocratizando, sobremaneira, o funcionamento dos estabelecimentos escolares. Ficou definido que os professores e diretores deveriam despertar o sentimento de patriotismo nos alunos. As aulas só poderiam ser ministradas em língua portuguesa, os símbolos patrióticos e a bandeira brasileira deveriam ser homenageados e o hino nacional sempre cantado. Os alunos deveriam usar uniformes e as bibliotecas aparelhadas com títulos nacionais. As escolas eram obrigadas a apresentar relatórios anuais ao Departamento de Educação, a fim de comprovar o cumprimento das determinações.

Este decreto (Brasil, 1938) institui, ainda, que as escolas não poderiam ser mantidas por capitais estrangeiros. Caso a lei fosse infringida, a escola poderia ser fechada e os professores e diretores poderiam ser presos. Sobre esta questão, o artigo 17º declara que o diretor ou professor poderia ser afastado caso:

- 1º - não tiver ensaiado os hinos oficiais em todos os cursos, nem der aos alunos a explicação e a interpretação das respectivas letras;
- 2º - não fizer a escrituração escolar no idioma nacional e de acordo com o modelo oficial;
- 3º - não adotar programas oficiais para o curso primário;
- 4º - não usar a série de livros didáticos adotados pelo Departamento de Educação, para o curso primário;
- 5º - negar informações solicitadas pelas autoridades escolares, ou fornecê-las inverídicas;
- 6º - aplicar castigos físicos aos alunos;



7º - infringir individualmente quaisquer outros dispositivos deste Decreto-Lei (BRASIL, 1938).

No que ainda se refere a este artigo, os incisos 1º e 2º explicitam que o professor ou diretor que for afastado por qualquer um desses motivos, poderá ficar cinco anos sem exercer sua função. Ou ainda, se estes dificultassem o processo de nacionalização não poderiam mais exercer qualquer função pública.

Como resultado deste decreto; aconteceram mudanças significativas no cenário educacional brasileiro. Em 1937 existiam 661 escolas particulares, reduzidas em 1938 para 113, em 1939 passou a 69 e em 1941 existiam 72. Este significativo decréscimo de instituições aconteceu devido às restrições impostas pela legislação para funcionarem, de modo que a maioria destas não atenderia às exigências, levando ao fechamento espontâneo das mesmas. Com o auge da decadência destas escolas, o governo procurou contrapor instituindo escolas públicas estaduais. Em Santa Catarina, no ano de 1950, já existiam 1.698 instituições escolares públicas (OTTO, 2012).

Além das apreensões nacionalizantes, houve um aspecto pedagógico submergido no procedimento de apropriação cultural vivenciado pelos imigrantes. A escola primária teve papel fundamentalmente homogeneizador, estimulando a suposta integração social. O processo de nacionalização do ensino foi bastante abrangente, a ponto de interferir veementemente nas práticas pedagógicas.

Mas deve-se ressaltar que em Santa Catarina, a primeira campanha de nacionalização do ensino foi decretada por Vidal Ramos e direcionada por Orestes Guimarães em 1911. Faziam parte do programa a reorganização do ensino, os cantos cívico-patrióticos, repressão ao

idioma estrangeiro e a presença de simbolismos culturais. Porém, esta campanha político-pedagógica pôde ser eficiente somente no Estado Novo, ao entrar em vigor o Decreto-Lei nº 88, de 31 de março 1938. Isso se deve ao fato de que este decreto-lei interferiu intensamente na vida cotidiana dos imigrantes, buscando transformar comportamentos e sentimentos, este instrumento legal fechou as brechas jurídicas que antes admitiam certa abertura, tornando-se uma política ríspida e fortemente repressiva. Desta forma, as crianças foram levadas a estudar hinos oficiais e canções de cunho patriótico, para assim estabelecer uma cultura nacionalista brasileira e inculcar o “amor e orgulho” pelo país (UNGLAUB, 2008).

Com a Campanha de Nacionalização foram, então, instituídos os elementos de normatização nos educandários, entre os quais estavam as instituições escolares. Nessa perspectiva, o Estado de Santa Catarina e o Departamento de Educação as tornam obrigatórias nos educandários sob a denominação de Associações Auxiliares da Escola.

## 2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

No Estado Novo, com vistas a planejar, reorganizar e propor as bases de organização do ensino, Capanema e Vargas, em 09 de abril de 1942, lavraram o Decreto-Lei nº 4.244, conhecido como Lei Orgânica de Ensino Secundário. Nele, o governo decretou que deveriam compor as rotinas escolares os trabalhos complementares. E, ainda, o art.º 27 definiu que as escolas deveriam seguir processos pedagógicos ativos, com o objetivo de dar aos seus trabalhos o próprio sentido da

vida. Também fica definido, no art.º 46, que os educandários deveriam promover, entre as crianças, a organização e o desenvolvimento de

Instituições escolares de caráter cultural e recreativo, criando, na vida delas, com um regime de autonomia, as condições favoráveis à formação do espírito econômico, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, do gênio desportivo, do gosto artístico e literário. Merecerão especial atenção as instituições que tenham por objetivo despertar entre as escolares o interesse pelos problemas nacionais (BRASIL, 1942).

Já no item sobre organização escolar, o governo tenta fomentar a orientação educacional exposto no art.º 82. Caberia aos orientadores auxiliar os estudantes na realização de trabalhos escolares, objetivando garantir segurança na execução de atividades complementares (BRASIL, 1942).

As Associações Auxiliares da Escola constituíam grupos organizados no interior das instituições escolares, fossem elas públicas ou particulares, com um propósito comum de integrar o corpo discente, estimulando uma formação cívica, moral e intelectual através do exercício de atitudes de sociabilidade, responsabilidade e cooperação, contribuindo igualmente com o processo de busca por uma identidade nacional (ZEN, 2007).

Prates, Oliveira e Teive (2012) ressaltam que as Associações Auxiliares foram práticas idealizadas com a finalidade de dar um novo significado à escola primária. Foram colocadas em práticas nos ambientes escolares e não figuraram exclusivamente nas determinações curriculares do Estado, a fim de proporcionar aos educandos o ensejo de praticar ações sociais, com o intuito de torná-los

responsáveis e colaborativos.

Para que houvesse implantação das ideias nacionalistas e civilizadoras, as Associações Auxiliares da Escola foram instituídas com o propósito de formar o caráter das crianças e moldá-las para o trabalho escolar, tendo como lemas “a alegria, fraternidade, bondade e justiça”. Estas associações deviam suscitar virtudes e um espírito de competência, aumentando o grau de qualificação dos estudantes, formatando-os aos moldes do Estado Novo.

As Associações Auxiliares da Escola objetivavam internalizar conhecimentos necessários que fizessem parte da sociedade moderna e com este intuito Zen (2007, p. 56) argumenta que “as instituições que compunham as Associações Auxiliares da Escola se baseavam justamente na sociedade moderna que já se anunciava, elegendo-a como meta a ser atingida”.

De acordo com Otto (2012) o movimento escolanovista destacou-se nas Associações Auxiliares da Escola, pois estas passaram a primar pelo ativismo do educando. Estas Associações passaram a considerar os potenciais de cada criança, e não somente transmitir os conteúdos determinados. As mesmas davam ênfase à experiência, de modo que o aluno viesse a “praticar o bem” e assim passar a divulgá-lo.

As associações escolares representavam a organização da comunidade escolar com vistas à obtenção de melhores condições de ensino e integração da escola com a comunidade. Partindo deste pressuposto, Zen (2007, p. 98) afirma que “as Associações Auxiliares da Escola visavam formar determinados comportamentos sociais nos estudantes, os instruindo de modo que se tornassem cidadãos brasileiros bons e úteis”.

Segundo Otto (2012), a finalidade principal das Associações era agregar e unificar os estudantes e instigar coletivamente para uma formação que contemplasse a realidade social das quais estes faziam parte, ou seja, as Associações traziam para o ambiente escolar as situações do cotidiano. Ressalta-se que estas eram complementos, não compunham realmente o currículo das escolas, mas as mesmas ajudavam a complementar os objetivos das instituições escolares, nos quais estavam inclusas a socialização das crianças e o desenvolvimento do sentimento de cooperação. Assim, permitiam que os alunos e alunas compreendessem suas responsabilidades diante do projeto de sociedade em construção. Deste modo, pode-se inferir que as Associações auxiliavam na propagação de normas e valores, necessários ao modelo de sociedade almejada, ganhando destaque o caráter moralizante das mesmas.

Estes objetivos nos levam a refletir sobre a impregnação dos valores e a intencionalidade que se tinha ao imprimir valores, ou seja, formar alunos e alunas para serem bons cidadãos, responsáveis, cooperativos e participantes na perspectiva da Escola Nova e das diretrizes de nacionalização, fortemente introduzidas no Estado Novo.

As Associações abrangiam situações cotidianas de seus membros participantes, eram instituições que não apenas estimulavam o intelectual, mas que procuravam desenvolver “novas condutas: autodisciplina, prazer ao trabalho e, além de tudo, patriotismo”. Deste modo, Cunha (2010, p. 14) nos leva a considerar que:

As práticas escolares desenvolvidas no âmbito dessas associações como um produto das exortações cívicas, de cunho nacionalista para promover o revigoramento do amor pátrio em razão da participação, considerada vitoriosa, do Brasil na Segunda Guerra e pode-se constatar que tais iniciativas constituam o cerne dos projetos políticos do Estado traçados especialmente para a educação e cultura.

De acordo com Costa (2005) as Associações Auxiliares da Escola surgiram com a finalidade de desenvolver, polir e aprimorar a aprendizagem dos educandos, estas propiciaram a propagação dos preceitos cívicos e patrióticos, entendidos na época como fundamentais à formação humana e social. Estas Associações, em sentido amplo, tinham por intuito a disciplinarização dos corpos e mentes dos alunos.

Prates, Oliveira e Teive (2012) ressaltam que, à época, acreditava-se que a finalidade primordial e basilar da escola era formar brasileiros “de corpo e alma”. Para que isto se consolidasse, as Associações Auxiliares da Escola vinham ao encontro desse objetivo. As mesmas organizavam festas com recitais e músicas que exaltavam o Brasil, realizavam saudação à Bandeira e Hino Nacional. As Associações buscavam ressaltar e salientar a importância de reverenciar os “heróis da história” e de imprimir nos estudantes o patriotismo. As mesmas, também procuravam incutir na criança costumes e orientá-las na obtenção de conhecimento, inculcar hábitos de saúde, manifestarem-se pelas figuras os preceitos de bondade.

Em parâmetros gerais, as Associações Auxiliares da Escola eram constituídas por grupos dispostos no ensino primário, com o propósito de socializar os educandos, desenvolver exercícios de formação intelectual ligados ao civismo e à moralidade moderna. Para

que as associações fossem implementadas várias leis foram homologadas e disseminadas no âmbito escolar. Em Santa Catarina estadual as leis aprovadas estavam em consonância com a legislação nacional.

Em Santa Catarina, as Associações Auxiliares da Escola foram instituídas pelas seguintes normativas legais: Decreto-Lei nº 88 de março de 1938<sup>2</sup>, Decreto-Lei nº 2.991 de 28 de abril de 1944<sup>3</sup>, Decreto-Lei nº 3.735 de 17 de dezembro de 1946<sup>4</sup> e LEI nº 40, de 12 de dezembro de 1947<sup>5</sup>, vinculados a estes decretos estavam algumas circulares. As Associações foram criadas seguindo determinações nacionais e formavam diversas organizações (instituições) dentro das escolas primárias, com o intuito de socializar os alunos por meio de aprendizados relacionados à civilidade e à moral.

Até ao fim da década de 1940 foram estabelecidas as seguintes Associações: Liga Pró Língua Nacional, Caixa Escolar, Cooperativa Escolar, Clube Agrícola, Pelotão de Saúde, Biblioteca Escolar, Jornal Escolar, Clube de Leitura, Liga da Bondade, Círculo de Pais e Professores, Orfeão Escolar, Museus Escolares e Centros de Interesse.

Embora os Decretos, Leis e Circulares ensinassem como

---

<sup>2</sup>Decreto-Lei Nº 88 de março de 1938, principiou com a Campanha de Nacionalização, cuja proposta era instituir elementos de normatização nos educandários obrigando o uso do idioma português.

<sup>3</sup>Decreto-Lei Nº 2.991 de 28 de abril de 1944, vem para investigar os pormenores de dez das Associações Auxiliares da Escola.

<sup>4</sup>Decreto-Lei Nº 3.735 de 17 de dezembro de 1946, estabelece o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina.

<sup>5</sup>Lei Nº 40 de 12 de dezembro de 1947, cria o cargo no Quadro Único do Estado, de inspetor das Associações Auxiliares da escola, entre outras providências.

organizar e manter as Associações Auxiliares da Escola, a existência de todas não era obrigatória dentro de um mesmo educandário. Era responsabilidade do Diretor da escola instituir e designar um(a) professor(a) orientador(a) para cada classe, este deveria incentivar seus(suas) alunos(as) a serem responsáveis e competentes para administrar a direção das associações. Mas, anterior a estas legislações, há indícios que existiam várias organizações que faziam parte do cotidiano escolar, como jornais escolares, bibliotecas, caixas escolares, clubes agrícolas entre outros. Ao que tudo indica, a Reforma Trindade apresentada pelo professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade no Estado de Santa Catarina em 1935, já visava criar e manter entidades desse gênero, porém ainda não designadas de Associações Auxiliares da Escola, conforme afirma Otto (2012).

A Reforma Trindade (1935) foi uma medida que tinha por intuito remodelar o sistema educacional, reformulando sua estrutura e organização, a fim de propagar uma nova prática pedagógica, pautada nos princípios escolanovistas. Nos princípios da Escola Nova, a escola ativa se coloca acima da tradicional, na qual o educador era a figura principal, primando pela atividade do aluno na aprendizagem e a função do professor como orientador e estimulador, de acordo com os interesses e peculiaridades das crianças. As Associações Auxiliares da Escola aparecem como uma das formas para concretização destas finalidades.

O excerto que segue, retirado do resumo das ações apresentada na Reunião dos Inspetores Escolares de 1943, também reforça a existência anterior das associações:



Organização de bibliotecas, jornais, etc. – Atendendo as inspirações da renovação educacional que vai se processando em nosso Estado, graças a concepção e aplicação da moderna ciência de educação, tem-se como inseparáveis dos aparelhos educativos os órgãos já consagrados como integrantes da eficiência escolar, e referente às bibliotecas, caixas escolares, jornais, clubes agrícolas, etc. Resolve-se, por isso, revigorar a campanha em tão salutar sentido, trabalhando por que se multipliquem essas novas criações, não apenas junto as escolas estaduais e municipais, porém junto as particulares (SANTA CATARINA, 1943, p. 21).

Conforme a Circular nº 32 de 1943, em seus artigos 1º e 2º, os inspetores e diretores dos grupos escolares estavam incumbidos de vários procedimentos entre eles o da escrituração e das reuniões pedagógicas das Associações Auxiliares da Escola. Ainda de acordo com esta Circular, deveria funcionar nas escolas o maior número de Associações Escolares, com funcionamento gradativo, entre elas a Biblioteca, a Liga Pró-Língua Nacional, o Pelotão de Saúde, o Clube de Leitura, o Círculo de Pais e Professores, o Jornal, a Liga da Bondade, o Museu, e, quando possível, o Orfeão e o Clube Agrícola. (SANTA CATARINA, 1943). No mesmo ano, por meio da Circular nº 76, o Departamento de Educação trouxe à tona o assunto junto aos inspetores escolares, auxiliares de inspeção, diretores e professores por meio do discurso do professor inspetor Germano Wangenführ acerca destas instituições:

Quanto a estas, devo dizer que em certo número de grupos se deu perfeito funcionamento às mesmas, mas em grande número não tinha compreendido a finalidade da maioria destas instituições, por isso fiz ver a exigência capital: que os alunos é que deviam realizar todos esses

serviços e que os professores só deviam ser orientadores ou animadores, e só em caso de desconhecimento de um ou outro deviam auxiliá-los. Além disso, nessas instituições o maior número possível de alunos tomasse parte das diretorias, a fim de que esses aprendessem para a vida futura, como se dirige uma sociedade; quais os deveres e trabalhos dos diretores; como se faz uma ata, como se preside uma reunião etc., e que tudo isso seja afinal, a vida social em miniatura. A outra finalidade seria a de fazer os educandos compreenderem a necessidade de cooperação, de amor ao próximo, assistência mútua, do desenvolvimento intelectual, e finalmente a cooperação dos alunos na nacionalização de si próprio, seus colegas e em sua própria família (SANTA CATARINA, 1943, p. 71).

Com o “início do fim” do Estado Novo em 1944, Zen (2007) aponta que surgem novas instruções para as referidas associações. O Decreto-Lei nº 2.991, de 28 de abril de 1944 vem para confirmar isso, apontando os pormenores do funcionamento de dez das Associações Auxiliares da Escola. O documento assinado pelo Sr. Elpídio Barbosa, o então Diretor do Departamento da Educação, traz indícios que revelam a necessidade de formar o cidadão para o mundo moderno e urbano. Sobre isso, Zen (2007, p. 60) comenta:

O diretor aponta que, num primeiro momento, a escola não parecia preocupar-se em educar levando em conta princípios sociais, mas a “evolução que a vida experimentava” passou a exigir mais cuidados na “preparação do homem de amanhã”. Pautado num pensamento evolucionista, acreditava que a escola também deveria trilhar a linha do progresso e, por isso, precisaria preocupar-se igualmente com a formação social dos estudantes. As Associações tornar-se-iam instrumentos capazes de colocar a escola no rumo evolutivo, não deixando essa ‘fonte preparadora

das gerações' indiferente nesse processo.

Desta maneira, o Decreto nº 2.991, de 28 de Abril de 1944, regulamenta e determina as ações e funções da Liga Pró-Língua Nacional, Biblioteca Escolar, Jornal Escolar, Clube Agrícola, Círculo de Pais e Professores, Museus Escolares, Centros de Interesse, Ligas da Bondade, Clube de Leitura e Pelotão de Saúde.

As Associações Auxiliares da Escola ganharam novos rumos a partir de 1946. Renovava-se o direito do Estado de reger a graduação cívica e moral da população, manifestado no projeto de Constituição de um ensino de aspecto nacional.

O Decreto-Lei nº 298 de 18 de novembro de 1946 procura reformular e expedir a Lei Orgânica do Ensino Primário em Santa Catarina. Cabe ressaltar o art.º 44 do mesmo, cuja redação salienta que a escolas devem, por meio de “instituições complementares da escola”, promover e organizar atividades educativas que abarquem tanto os alunos quanto seus familiares, a fim de formar cidadãos de boa vontade. Complementando este último decreto, o governo lavrou o Decreto Estadual n. 3.674 de 23 de novembro de 1946, no qual advertiu que as Associações Auxiliares da Escola deveriam estimular a autonomia, a formação dos sentimentos de sociabilidade, solidariedade, cooperação e despertar o interesse pelas questões nacionais.

O Decreto Estadual 3.733, de 12 de dezembro de 1946, expediu o regulamento para o serviço de Inspeção Escolar. De acordo com este, era incumbência do inspetor fiscalizar as associações referidas nos decretos anteriores, orientar os trabalhos, dar parecer sobre as consultas, promover reuniões e festas populares, indicar a obtenção de livros e revistas, organizar relatório sobre as obras sociais escolares,

entregar relatório anual ao Inspetor Geral do Ensino e, em especial, colaborar ativamente no desenvolvimento das Associações Auxiliares da Escola. Os inspetores devem promover a educação, seja ela cívica, intelectual, físico, moral e social.

Estes pressupostos são reforçados por meio da publicação oficial do Regulamento para os Estabelecimentos de Ensino Primário, Decreto-Lei nº 3.735 de 17 de dezembro de 1946, que apresentava as instruções para a organização dessas associações (CUNHA, 2010). Andrade (2004) ao comentar o referido decreto comenta:

[...] regulamentar o funcionamento do ensino primário em Santa Catarina, foi criado num cenário político e cultural marcado pelo patriotismo. Produto das exortações cívicas, de cunho nacionalista, promovidas pelo Estado Novo, então no fim, e decorrente do revigoramento do amor pátrio em razão da participação, considerada vitoriosa, do Brasil na Segunda Grande Guerra, o Decreto é exemplar como instrumento legal de normatização do ensino. [...] Além de regulamentar a estrutura e funcionamento da escola, o Decreto cria uma rede de instituições nomeadas de “complementares da escola”, quais sejam, Liga de Bondade, Pelotão de Saúde, Liga Pró Língua Nacional, Clube Agrícola, Círculo de Pais e Professores, Clube de Leitura, entre outras. Um dos principais objetivos dessas instituições era “oferecer aos alunos a oportunidade de exercitar atitudes de sociabilidades, responsabilidade e cooperação” (ANDRADE, 2004, p. 03).

Analisando as legislações pode-se inferir que o Decreto-Lei 3.735, de 17 de dezembro de 1946, seria uma versão reformulada do Decreto-Lei 2.991, de 28 de abril de 1944. Ambos apresentam as

mesmas regras para as associações, no entanto, houve “inserções ou alterações de termos que mudam significativamente a proposta de uma ou outra Associação”. (ZEN, 2007, p. 61).

Posteriormente, em 12 de dezembro de 1947, o Secretário da Justiça, Educação e Saúde cria, por meio da Lei Nº 40, o cargo, no Quadro Único do Estado, de inspetor das Associações Auxiliares da escola, entre outras providências. A legislação, assinada por Aderbal Ramos da Silva - Governador do estado de Santa Catarina, estabelece no Art. 2º as competências do inspetor:

- 1 - Propor ao Departamento de Educação um plano de conjunto para orientação dos trabalhos;
- 2 - Estudar as condições de cada associação auxiliar da escola, dar parecer sobre as consultas que lhe foram apresentadas e decidir os casos que forem de sua alçada;
- 3 - Promover reuniões, conferências e festas de caráter popular, a fim de reavivar o interesse por essas instituições;
- 4 - Propor a aquisição de livros, revistas, monografias, e outras publicações que interessam o serviço;
- 5 - Pôr-se em contacto com a direção de associações congêneres, dentro e fora do país a fim de colher dados e informações sobre as diversas organizações existentes;
- 6 - Organizar um sistema de fichário, de maneira a estar o Serviço em condições de conhecer do movimento e das particularidades de cada obra social escolar;
- 7 - Entregar relatório anual ao Diretor do Departamento de Educação, em que figurem dados precisos sobre a ação das obras sociais fundadas e mantidas (SANTA CATARINA, 1947, p 01).

Conforme Fiori e Carvalho (2001), em Santa Catarina os

principais órgãos que inspecionavam as escolas e os alunos eram o Departamento de Educação, a Inspeção da Nacionalização do Ensino, as Inspetorias de Educação, a partir da autoridade que lhes era confiada. O inspetor realizava visitas mensais às escolas, onde o objetivo era avaliar o trabalho do professor, examinar o diário, a aprendizagem dos alunos, as dificuldades encontradas pelos professores e analisar o programa de ensino. A presença do inspetor causava insegurança e medo a todos da escola (MORAES, 2008).

Cada Associação Auxiliar da Escola deveria elaborar anualmente os Relatórios de Trabalho, onde deveria constar um parecer descritivo detalhado sobre as atividades exercidas na escola, dispondo à Inspeção de Ensino informações que pudessem propiciar o cumprimento das legislações em vigor. “De posse dessas informações, o Departamento as compilava de modo que se fosse possível elaborar um Relatório, principalmente com dados estatísticos, a respeito da educação primária no Estado” (ZEN, 2007, p. 57). Estas informações eram, posteriormente, repassadas ao Ministério da Educação e Saúde.

De modo a garantir que a nacionalização do ensino fosse concretizada, os inspetores escolares realizavam um papel fundamental neste processo. Estes orientavam e aplicavam punições (quando preciso), fiscalizavam a escola, a matrícula, a frequência, as provas, o plano de ensino, controlando e padronizando a escola pública de forma a garantir a centralização do ensino, ou seja, o papel do inspetor era mais de caráter administrativo do que pedagógico (MARTINSON, 2009).

A Lei nº 40 de 12 de dezembro de 1947 também deixa claro em seus artigos 4º, 5º e 6º os serviços que estas associações deveriam desenvolver dentro dos ambientes escolares:

Art.4º O serviço das associações auxiliares da escola, terá em vista as obras sociais de maior importância, tais como círculos de pais e professores, caixas e cooperativas escolares de consumo, bibliotecas escolares, pelotão de saúde, clube agrícola, jornal, clube de leitura, liga pró-língua nacional e liga da bondade.

Art.5º O serviço desenvolverá especialmente obras pré-escolares, como caixas escolares e cooperativas de consumo, e outras que, correspondendo às diversas exigências da vida atual, se destinam a iniciação dos alunos na vida econômica e social, de que deverão participar diretamente.

Art.6º A ação educativa extraescolar, que construirá parte integrante na vida escolar será amplamente desenvolvida, entre crianças e adolescentes, com participação ativa do público em geral, e especialmente dos pais com os seguintes objetivos principais:

- 1) Responder aos problemas que surjam às crianças e adolescentes na vida escolar ou doméstica e às diversas questões que os preocupam, como a escolha da profissão;
- 2) Inculcar o gosto e hábito de trabalho e de ação, por meio de clubes, concursos exposições e demonstrações práticas;
- 3) Organizar excursões escolares e diversões ao ar livre e em teatros especiais, que satisfazendo aos fins recreativos, possam desempenhar função educativa (SANTA CATARINA, 1947, p. 2).

Percebe-se por meio das legislações aqui comentadas que às Associações Auxiliares da Escola foi atribuído funções primordiais ao novo projeto de sociedade em curso, pois estas deveriam reorganizar a escola em bases sociais de trabalho e cooperação, tendo como intuito expandir sua atividade educativa e estreitar as relações entre escola, família e entidades sociais.

### 2.3 A OBRIGATORIEDADE E RESISTÊNCIAS: A PRESENÇA DAS ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA EM SANTA CATARINA

Muitos foram os decretos aprovados com o objetivo de definir as associações e de regulamentar as atribuições das mesmas, para tanto, além dos decretos, os diretores recebiam circulares com orientações. Com o decorrer dos anos, as diretrizes passaram por alterações e ganharam novos olhares de acordo com os interesses da política em vigor.

Como já anunciado anteriormente, em 1943, por meio da Circular nº 32, emitida pelo Departamento de Educação da Secretaria de Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina, fica oficializado o funcionamento, de forma gradativa, das seguintes associações: Biblioteca, Liga Pró-Língua Nacional, Pelotão de Saúde, Clube de Leitura, Círculo de Pais e Professores, Jornal, Liga da Bondade, Orfeão (quando possível), Museu e Clube Agrícola (quando possível).

Já em 1944, com a publicação do Decreto nº 2.994, são fornecidas instruções para o funcionamento de 10 (dez) Associações Auxiliares da Escola, são elas: Liga Pró-Língua Nacional, Biblioteca Escolar, Jornal Escolar, Clube Agrícola, Círculo de Pais e Professores, Museu Escolar, Centros de Interesse, Liga da Bondade, Clube de Leitura e Pelotão de Saúde. Ao confrontar os dois documentos, percebe-se que o Orfeão deixa de ser mencionado e uma nova associação é apontada, ou seja, os Centros de Interesse. Em 1946, com o Decreto nº 3.733, duas novas associações aparecem na legislação, com a alcunha de instituições Peri-escolares, são elas: Cooperativa e Caixa Escolar.

Ao todo são 14 associações conhecidas. Em Santa



Catarina, os registros obtidos nas pesquisas levam a crer que algumas escolas guardaram os documentos da existência das instituições, conforme o que está demonstrado no quadro que segue, com dados obtidos através de um dos Relatórios apresentados por Nereu Ramos ao governo federal. Os dados mostram que há um crescimento significativo do número de associações nos estabelecimentos escolares. Em 1938 existiam 1426 associações, já em 1942 este número sobe para 5.605. Entre as Assis, as que mais cresceram foram: Pelotão de Saúde, de 13 para 808 (795 a mais); Clube Agrícola, de 143 para 624 (481 a mais); Caixa Escolar, de 757 para 1.231 (474 a mais) e Jornal Escolar, de 79 para 539 (460 a mais).

**Tabela 01** – Associações Auxiliares em Escolas Primárias no Estado de Santa Catarina em 1938 e 1942

<b>Associações Auxiliares da Escola</b>	<b>1938</b>	<b>1942</b>
Biblioteca	330	530
Caixa Escolar	757	1.231
Círculo de Pais e Professores	----	235
Clube Agrícola	143	624
Clube de Leitura	19	180
Conselhos Escolares	11	----
Cooperativa	----	90
Jornal	79	539
Liga da Bondade	03	261
Liga Pró-Língua Nacional	-----	829
Museu	71	205
Orfeão	----	40

Pelotão de Saúde	13	808
Sopa Escolar	----	33
<b>Total</b>	<b>1426</b>	<b>5.605</b>

\*Foram somados os totais de bibliotecas para alunos e professores.

**Fonte:** ZEN (2007), Relatórios apresentados ao Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal do Estado de Santa Catarina, em outubro de 1942 e 1943, p. 59 e 67 respectivamente.

Apesar de todo o esforço dos governos estadual e federal em tornar as Associações Auxiliares da Escola uma ferramenta importante no processo de nacionalização do ensino e do país, há indícios de que muitos professores reclamavam da sobrecarga de trabalho advinda da implantação destas instituições.

Na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nº 61, publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em 1956, vinculado ao Ministério de Educação (MEC), em um dos artigos escritos por Orlando Ferreira de Melo, ficam evidentes as reações contrárias dos docentes, que segundo o autor eram resultantes da sobrecarga imposta aos mesmos.

No relatório da Reunião dos Inspetores Escolares e Diretores de Grupos Escolares de 1945, no qual constava o Decreto nº 3.090 de 31 de janeiro do mesmo ano, ressaltou-se a excelência educacional das Associações Auxiliares da Escola, fazendo uso de depoimentos para que não sejam corrompidos os verdadeiros objetivos das mesmas:

As instituições escolares têm produzido ótimos resultados no ensino, principalmente nos estabelecimentos onde docentes e discentes bem compreenderam a utilidade das mesmas. Há

grupo, porém, em que o diretor fundou instituições e exige o trabalho só do professor e o nome do aluno figura somente para satisfação dos regulamentos. Não trabalhando o aluno não haverá produção nem tão pouco proveito. As instituições não foram feitas para os professores e sim para a criança, preparando-a, como é o lema desse Departamento, “para a vida e pela vida”, e daí a reclamação de alguns diretores e mesmo professores de se acharem sobrecarregados. Alguns, até, e objetivaram, quando lhes apresentava, em reunião o erro acima apontado, dizendo: nós não temos confiança no serviço dos alunos [...] (SANTA CATARINA, 1945, S/P).

Conforme análise apresentada por Orlando Ferreira de Melo (1956) no referido periódico, o Departamento de Educação tinha conhecimento das queixas sobre excesso de trabalho dos professores em decorrência das associações auxiliares. Os docentes argumentavam que estas associações aumentavam seus serviços, acabavam com suas forças e invadiam seus períodos de lazer. Os mesmos ainda expunham que a sobrecarga os deixava extraordinariamente desanimados. O Departamento, por meio de circular, registrou o seguinte:

[...] 1) que as associações auxiliares da escola vêm, na sua maior parte, sendo dirigidas e executadas, em tudo e por tudo, pelo professor; 2) que a colaboração dos alunos tem sido nula; 3) que o professor executa todo o serviço, aparecendo somente o aluno, “in nomine”; 4) que há jornal escolar feito exclusivamente pelo professor (redação, etc., e até a feitura (escrever do jornal)); 5) que os recortes para os alunos são feitos pelo professor; 6) que o colar os recortes nos álbuns também é feito pelo professor, e assim por diante. Tudo é feito pelo professor e o aluno assina como se fosse seu trabalho [...] (CIRCULAR nº 76, de 16-3-43, SANTA CATARINA, 1943).

Percebe-se que havia muitos pontos que precisavam ser revistos para que o professor efetuasse um trabalho prescrito pelos órgãos superiores, afinal, o próprio Ministério da Educação tinha conhecimento das dificuldades, no entanto, o mesmo salientava apenas o desejo de que o trabalho fosse realizado pelas crianças. Como se pode observar, o Ministério assegura que:

Desejamos o trabalho da criança: com os seus mal traçados primeiros passos (maus recortes, álbum, às vezes, lambuzado de goma, artigos e notícias feitos com a graça de quem está engatinhando, etc.), e, através deles, no tempo e no espaço, poderemos ver sua evolução. Não pode haver professor sacrificado em virtude das associações auxiliares da escola. O professor é orientador, supervisor, e a criança é a executora. (CIRCULAR nº 76, de 16-3-43, SANTA CATARINA, 1943).

Apesar das falhas ocorridas, Melo (1956) diz que isso não desmerecia o valor e a importância educativa das associações escolares e o empenho do Departamento de Educação em promovê-las, pois quando bem orientadas e processadas poderiam trazer alguns resultados.

Entre os números apresentados pelo Interventor do Estado, Nereu Ramos, certamente estavam às associações que funcionaram nas escolas localizadas no sul de Santa Catarina. Em levantamento realizado no acervo do CEMESSC, das 27 escolas contempladas, 19 delas oferecem registros destas instituições escolares, entre os anos de 1938 a 1989. O referido centro engloba 11 (onze) escolas localizadas nos municípios que fazem parte da Associação dos Municípios da Região

Carbonífera - AMREC<sup>6</sup>, 11 (onze) da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC<sup>7</sup> e 5 (cinco) da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL<sup>8</sup>.

Na Região da AMREC temos a presença de 10 associações: Círculo de Pais e Mestres, Caixa Escolar, Biblioteca Escolar, Clube Agrícola, Jornal Escolar, Liga Pró Língua Nacional, Pelotão de Saúde, Clube de Leitura, Liga da Bondade, Museu Escolar. Na Região da AMESC aparecem nove associações: Biblioteca Escolar, Clube de Leitura, Clube Agrícola, Caixa Escolar, Liga Pró Língua Nacional, Jornal do Estudante, Museu Escolar, Liga da Bondade. Na Região da AMUREL três associações foram identificadas: Pelotão de Saúde, Círculo de Pais e Professores, Biblioteca Escolar. Diante dessas informações é possível inferir que nem todas as escolas preservaram as atas das Associações Auxiliares da Escola.

No quadro que segue constam informações sobre o funcionamento das instituições, incluindo o nome das escolas, o período de funcionamento ou registros, bem como as atribuições. O quadro em questão traz as informações colhidas a partir de registros encontrados, contudo há lacunas o que dificulta um parecer mais preciso quanto ao tempo exato em que as associações auxiliares funcionaram.

---

<sup>6</sup>Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

<sup>7</sup>Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

<sup>8</sup>Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão.

**Tabela 02:** Associações Auxiliares da Escola no Sul de Santa Catarina – AMREC

AMREC			
ESCOLAS	ASSOCIAÇÕES	PERÍODO	ATRIBUIÇÕES
EEB. UDO DEEKE – TREVISÓ	Círculo de Pais e Mestres	1948 a 1954; 1961; 1964; 1967 a 1974; 1976; 1977;	Estabelecer ligação entre família e escola. Colaborar nas melhorias a serem realizadas no estabelecimento escolar, merenda escolar, reformas em geral.
	Caixa Escolar	1938 a 1941; 1943 a 1945; 1947 a 1958;	Arrecadar verbas advinda dos sócios (pais/família) em auxílio aos alunos necessitados entre outros.
	Biblioteca Escolar	1940 a 1947;	Somente atas das eleições da diretoria.
	Clube Agrícola	1941; 1943 a 1947;	Somente atas das eleições da diretoria.
	Jornal Escolar	1942 a 1945;	Somente atas das eleições da diretoria.
	Liga Pró-Língua Nacional	1942 a 1947;	Somente atas das eleições da diretoria.
	Pelotão de Saúde	1942 a 1947;	Somente atas das eleições da diretoria.
	Clube de Leitura	1943 a 1947;	Somente atas das eleições da diretoria.
EEB. BARÃO DO RIO BRANCO – URUSSANGA	Caixa Escolar	1967 a 1972; 1974; 1975;	Prestar auxílio aos alunos necessitados do estabelecimento escolar.
EEB. JOSÉ DO PATROCÍNIO	Caixa Escolar	1950 a 1960;	Beneficiar os alunos do estabelecimento escolar com a distribuição de material didático, roupas

SIDERÓPOLIS			e calçados, médico e farmácia, prêmios escolares.
EEB. JULIETA TORRES GONÇALVES NOVA VENEZA	Círculo de Pais e Mestres	1955 a 1977;	Estabelecer ligação entre família e escola. Colaborar nas melhorias a serem realizadas no estabelecimento escolar, merenda escolar, reformas em geral.
EEB. SALETE SCOTT DOS SANTOS – IÇARA	Jornal Escolar	1956 a 1962; 1964 a 1967; 1969; 1970;	Fornecer aos alunos a oportunidade de descobrirem seus talentos na escrita. Servir de fonte aos alunos futuros, possibilitando o conhecimento das realizações passadas.
	Círculo de Pais e Mestres	1956 a 1958; 1965 a 1967; 1969 a 1973;	Estabelecer ligação entre família e escola. Colaborar nas melhorias a serem realizadas no estabelecimento escolar, merenda escolar, reformas em geral.
	Caixa Escolar		Livro de Controle de sócios da Caixa Escolar.
EEB. PROF. LAPAGES SE	Biblioteca Escolar	1962 a 1964;	Organizar a biblioteca da escola. Zelar pela conservação dos livros e pela devolução quando emprestados. Trabalhar para arrecadar novos livros. Realizar campanhas para arrecadar fundos para as despesas da biblioteca
	Caixa Escolar	1954;	Não consta
	Clube Agrícola	1964; 1965; 1967; 1969;	Propagar o amor a natureza, através do

			plantio de verduras, legumes, flores e folhagens.
	Clube de Leitura	1967 a 1969;	Incentivar a prática da boa leitura, e o amor pelos livros.
	Jornal Escolar	1963 a 1969;	Incentivar a escrita de artigos para a publicação no Jornal.
	Liga da Bondade	1962 a 1966;	Encaminhar os colegas rebeldes para o caminho do bem. Cooperar para a manutenção da ordem e da disciplina. Ajudar os alunos mais necessitados do estabelecimento escolar. Propagar a bondade.
	Liga Pró - Língua Nacional	1961 a 1965;	Corrigir a maneira de falar. Colaborar no emprego correto do português. Incentivar a boa leitura, pois, através dela aperfeiçoa-se a língua pátria
	Museu Escolar	1962 a 1965;	Trabalhar na arrecadação de novos objetos para o museu. Proporcionar aos alunos o contato com objetos desconhecidos.
	Pelotão da Saúde	1965; 1966;	Colaborar com a limpeza das salas de aula e pátio. Incentivar os colegas a irem limpos para a escola. Cuidar dos medicamentos do Pelotão de saúde, organizando campanhas para arrecadar medicamentos sempre que necessário. Fazer



			curativos.
E.E.B. ANGELO IZÉ	Caixa Escolar	1975; 1978 a 1989;	Arrecadar fundos para serem investidos na compra de uniformes, merenda escolar e material escolar.
E.E.B. COSTA CARNEIR O	Biblioteca Escolar	1945 a 1972;	Organizar a biblioteca da escola. Zelar pela conservação dos livros e pela devolução quando emprestados. Trabalhar para arrecadar novos livros. Realizar campanhas para arrecadar fundos para as despesas da biblioteca.
	Clube Agrícola	1937;1941; 1942; 1944; 1945;	Realizar o plantio de hortaliças, cuidando para o bom desenvolvimento das mesmas
	Clube de Leitura	1959 a 1972;	Inculir no espírito da criança o gosto pela boa leitura
	Jornal Escolar	1949 a 1951; 1955 a 1972;	Publicação de artigos escritos pelos alunos. Proporcionar aos alunos do estabelecimento escolar um veículo de novos conhecimentos.
	Liga Pró – Língua Nacional	1969 a 1972;	Colaboração nas festas escolares.
	Museu Escolar	1955 a 1969;	Proporcionar aos alunos um ambiente de estudos que facilite a aprendizagem.
	Pelotão de Saúde	1957 a 1972;	Socorrer as crianças acidentadas. Não permitir que as crianças corram, prevenindo assim acidentes. Ensinar a cuidar da limpeza da

			escola.
EEB. PRINCES A ISABEL	Círculo de Pais e Mestres	1953 a 1957; 1959; 1966; 1969 a 1974; 1978;	Estabelecer relações entre pais e professores/escola, colaborando em tudo que diz respeito aos estudos dos filhos. E propor melhorias a serem realizadas no estabelecimento escolar, merenda escolar, reformas em geral.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina

Nota: Quadro elaborado pela pesquisadora Mariane Rocha Niehues em parceria com Vanessa Massioli (Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNESC e bolsista de Iniciação Científica da UNESC/CNPq)

**Tabela 03:** Associações Auxiliares da Escola no Sul de Santa Catarina – AMESC

AMESC			
ESCOLAS	ASSOCIAÇÕES	PERÍODO	ATRIBUIÇÕES
EEB. BULÇÃO VIANA – PRAIA GRANDE	Clube de Leitura	1955 a 1957;	Organização de campanhas para arrecadação de fundos destinados a biblioteca; Cuidar dos livros.
EEB. JACINTO MACHADO	Clube Agrícola	1971; 1973 a 1975;	Cultivo da Horta e controle de pragas. Venda de produtos cultivados. Utilização dos produtos cultivados na merenda escolar.
	Caixa Escolar	1944 a 1960; 1972;	Arrecadação da verba vinda do desconto do vencimento dos professores, verba destinada pelo regulamento e verba arrecadada nas festas

			escolares. Melhorias no prédio escolar.
	Liga Pró-Língua Nacional	1948 a 1963;	Corrigir os erros de pronúncia dos colegas. Distribuir poesias. Realizar intercâmbio escolar enviando e recebendo correspondências de outros estabelecimentos escolares.
	Jornal Estudante	1964 a 1975;	Construção do jornal. Elaboração de trabalhos para publicação.
	Museu Escolar	1964 a 1970;	Organização e arrecadação de objetos para o museu.
	Círculo de Pais e Mestres	1971; 1972;	Estabelecer ligação entre família e escola. Solicitar aos pais o auxílio em relação a vigiar a vida escolar de seus filhos quanto: chegar na hora certa, limpeza do material e uniforme, evitar faltas e justificá-las quando houver, estímulo aos estudos. Contribuição (verba) das famílias para serem empregadas em melhorias no estabelecimento escolar.
	Liga da Bondade	1971;	Colaborar nos intervalos de aula para que não haja desentendimentos entre os colegas. Trabalhar na campanha de arrecadação de donativos para o Natal dos Lázaros.

	Pelotão de Saúde	1971;	Cuidar da limpeza das salas de aula, pátio e limpeza dos próprios colegas. Ser responsável pela ordem e compra dos remédios do pelotão.
	Biblioteca Escolar	1971;	Manter em ordem os livros da biblioteca.
EEB. MELEIRO	Clube Agrícola	1953 a 1963;	Propagar o amor a natureza e ensinar rudimentos das atividades agrícolas. Desenvolver entre os alunos o verdadeiro espírito de cooperação. Proporcionar as crianças uma miniatura da sociedade que as espera, onde aprenderão seus direitos e o respeito às pessoas e as causas. Proteger os animais e as plantas. Conquistar o hábito da boa alimentação proporcionado pelas verduras. Trabalhar pelo reflorestamento. Exercitar o sentido econômico, vendendo os produtos do clube. Mostrar o valor das autoridades, e o zelo pela palavra assumida.
	Liga da Bondade	1953 a 1970;	Incutir no ânimo dos colegas a prática das boas ações e da boa conduta. Realizar campanhas em prol ao natal dos Lazáros. Tornar-se melhor aluno, melhor filho, melhor

			amigo dos colegas. Respeitar os mais velhos, zelar pelos bens públicos, proteger os animais.
EEB. TIMBÉ DO SUL	Biblioteca Escolar	1959; 1960; 1963; 1965; 1966; 1967; 1968; 1969; 1970; 1971; 1972; 1973; 1975;	Zelar pelos livros da Biblioteca, cuidar da sua conservação, colocando capas, e também cuidando para não serem extraviados cobrando suas devoluções em dia. Incentivar a prática da boa leitura.
	Círculo de Pais e Mestres	1959; 1960; 1965; 1966; 1968 a 1975; 1977 a 1987;	Estabelecer ligação entre família e escola. Colaboram com os mais diversos acontecimentos que envolvem a rotina escolar. (rendimento escolar, higiene, alimentação, reformas, faltas, entre outros).
	Liga Pró-Língua Nacional	1959; 1960; 1965; 1966;	Apresentada no termo de visita dos Inspectores Escolares como associação em atividade.
	Caixa Escolar	1959; 1960; 1965; 1966;	Apresentada no termo de visita dos Inspectores Escolares como associação em atividade.
	Pelotão de Saúde	1959; 1960; 1965; 1966;	Apresentada no termo de visita dos Inspectores Escolares como associação em atividade.
	Clube Agrícola	1965; 1966;	Apresentada no termo de visita dos Inspectores Escolares como associação em atividade.
	Jornal Escolar	1965; 1966;	Apresentada no termo de

			visita dos Inspetores Escolares como associação em atividade.
E.E.B. Governador Hildo Meneghetti – Passo de Torres	Biblioteca Escolar	1966; 1967; 1968; 1969; 1970; 1973; 1974; 1975;	Organizar campanhas para a compra de novos livros. Encapar organizar e catalogar os livros da Biblioteca. Suceder aulas de leitura uma ou duas vezes por semana nas diversas classes.
E.E.B. Manoel Gomes Baltazar – Maracajá	Clube Agrícola	1964;	Intercambio de sementes e mudas de flores e folhagens como: roseiras, cravos, lírios, brincos de princesa, margaridas, etc. Preparação de canteiros (Adubação e capinação).
	Liga da Bondade	1959; 1963; 1967; 1968; 1969;	Colaboração em benefício da própria associação, dos Lázarus e das Missões, com a organização de bingos, rifas e teatros. Resultado em caráter numérico das boas ações praticadas durante o ano letivo. São exemplos de boas ações: Distribuição de roupas, material escolar aos alunos necessitados; contribuição na merenda e festas escolares; colaboração na arrecadação de verbas para o natal dos Lázarus e para as Missões.

	Jornal Escolar	1968; 1969;	Além da elaboração do Jornal Escolar, tinham como propósito inspirar no ânimo do educando o amor à pátria, a letra e a ser conhecedor dos acontecimentos ocorridos.
E.E.B. Ângelo Scarpa	Círculo de Pais e Mestres	1966;	Esclarecimentos sobre a importância do Círculo de Pais e Mestres e reorganização do mesmo que se encontrava desprezado.
E.E.B. Catulo da Paixão Cearense	Associação de Pais e Professores	1971; 1981; 1991;	Estabelecer ligação entre família e escola a favor da melhoria da vida escolar em geral.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina

Nota: Quadro elaborado pela pesquisadora Mariane Rocha Niehues em parceria com Vanessa Massiroli (Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNESC e bolsista de Iniciação Científica da UNESC/CNPq)

**Tabela 04:** Associações Auxiliares da Escola no Sul de Santa Catarina – AMUREL

AMUREL			
ESCOLAS	ASSOCIAÇÕES	PERÍODO	ATRIBUIÇÕES
E.E.B. PROF. EULINA HELEODO RO BARRETO	Pelotão de Saúde	1966 a 1974; 1985;	Atender e cuidar dos alunos machucados ou com dor, para que os mesmos pudessem assistir às aulas sem ir embora.
	Círculo de Pais e Mestres	1956 a 1971;	Entre os sócios era arrecadada uma mensalidade

			destinada à compra de medicamentos para o Pelotão de Saúde. Em todas as atas estão registrados os mesmos assuntos, bastante resumidos e sem especificações.
	Biblioteca Escolar	1968;	Cuidar dos livros da biblioteca.
	Jornal Escolar	1966 a 1974;	Estimular os alunos na seleção de bons artigos para o jornal, que com gosto publicam suas ideias e opiniões, suas histórias e composições.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina

Nota: Quadro elaborado pela pesquisadora Mariane Rocha Niehues em parceria com Vanessa Massiroli (Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNESC e bolsista de Iniciação Científica da UNESC/CNPq)

Percebe-se ao analisar o quadro das atividades realizadas pelas associações que estas tinham como objetivo preparar as crianças e adolescentes à vida em sociedade. Todas as atividades desenvolvidas pelas associações tinham o intuito de formar um “cidadão consciente de seus direitos”, mas acima de tudo focado em seus deveres morais e cívicos.

Como percebido nos quadros, a Lei que instaura as associações data de 1944, entretanto as escolas apresentam documentações com datas variadas entre 1944 e 1992. Algumas escolas



apresentam registros apenas muitos anos depois do início, o que sugere que não existiam até o então, apesar de ser obrigatório.

Conforme a Circular nº 42 de 1944 (Santa Catarina, 1944) as associações procuravam desenvolver numerosas situações que os alunos pudessem vivenciar no cotidiano, estas não apenas desejavam educar intelectualmente, mas buscavam desenvolver novas condutas que se esperava de um cidadão brasileiro. Uma pessoa “regrada”, “civilizada”, com um “bom comportamento”, mas que, acima de tudo, fosse patriota, e buscasse cada vez mais valorizar o país em que mora, sua cultura e sua história.

As Associações Auxiliares da Escola foram ferramentas para impor a memória nacional na população. Este processo ia além da legislação, perpassava também pelas práticas pedagógicas. Estas eram fundamentais na assimilação de valores e na construção da identidade, sendo que as mesmas são importantes fontes de cultura escolar (MARTINSON, 2009).

Entre as Associações Auxiliares da Escola encontradas nos registros das escolas do sul do estado de Santa Catarina está a Liga da Bondade, foco deste trabalho. Esta será analisada mais criteriosamente no próximo capítulo, quando contextualizo sua emergência, seus objetivos e finalidades, bem como sua organização e funcionamento, dando visibilidade às práticas educativas e às culturas escolares reconstruídas a partir dos vestígios encontrados que almejavam formar sujeitos “bondosos” e “caridosos”.

### **3 LIGA DA BONDAD E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS: VESTÍGIOS DA CULTURA ESCOLAR**

Com o objetivo de debater sobre as práticas educativas construídas pela Liga da Bondade, primeiramente será discutido sobre o surgimento da Liga da Bondade no ambiente escolar, bem como os registros encontrados. Enquanto fontes de pesquisa estes documentos revelam ações educativas, vestígios das culturas escolares construídas no cotidiano destes estabelecimentos.

Num segundo momento, serão problematizadas as capas dos relatórios das Ligas da Bondade com base nas ilustrações com o intuito de perceber as marcas da educação religiosa. Na sequência, será discutido, também, o papel da Liga da Bondade na prescrição e na vigilância de comportamentos e virtudes de alunos e alunas. Por fim, serão analisadas as atividades e campanhas realizadas por tal associação, enquanto estratégias para formar sujeitos “bondosos” e “caridosos”, marcando a educação de forma religiosa.

Assim, busca-se nesse capítulo entender os processos e estratégias da Liga da Bondade como prática educativa, sabendo que a mesma produzia conhecimentos que atravessavam, não só a vida escolar, mas a vida familiar e social.

#### **3.1 OS VESTÍGIOS DA CULTURA ESCOLAR: REGISTROS DA LIGA DA BONDAD E NAS ESCOLAS DO SUL DE SANTA CATARINA**

Segundo Lousada (2010), a primeira referência sobre a Liga da Bondade foi apresentada em 1912, no Congresso de Educação Moral de La Haya. Em 1917, a mesma foi instituída em Portugal,

visando promover o “progresso moral e político da raça portuguesa”, onde se almejava educar as crianças dos cinco aos 12 anos, no quadro da escola primária. Tinha por objetivo principal “fortalecer a educação moral das crianças e formar o bom patriota e o bom cidadão”. O artigo 2º do regulamento da Liga da Bondade estabelecia:

Os fins destas Ligas são: promover a proteção e o amor pelos nossos semelhantes, qualquer que seja o seu sexo, raça ou classe, pelos animais e pelas plantas, comprometendo-se todos os sócios não só a cumprirem estes preceitos como também a não destruírem e sujarem o material escolar, não escrever nem estragar as paredes, e em geral a não praticarem qualquer ato que mereça censura ou repreensão (LOUSADA, 2010, p. 01).

Na legislação educacional brasileira, ao que tudo indica, a Liga da Bondade aparece somente a partir dos anos de 1930. Nas instruções prescritas pelo Departamento de Educação de Santa Catarina, mais especificamente pelo Decreto nº 2.991, 28 de Abril de 1944, emitido com a Circular nº 42, 10 de maio de 1944 destinada aos inspetores escolares, auxiliares de inspeção, diretores e professores de estabelecimentos de ensino, tendo como assunto primordial as associações auxiliares da escola, consta que “na organização da Liga de Bondade, devemos ter por objetivo levantar a moral de nossos alunos, baseados nos princípio de que se os caracteres se não se plasmam, modificam-se com a prática dos bons hábitos, transformando gradativamente, os pequenos costumes em virtudes permanentes”(SANTA CATARINA, 1944).

Ainda no item “Instruções Gerais”, do mesmo decreto, é assinalado que “as cópias das atas das reuniões mensais, onde estarão

condensadas todas as atividades deste período, serão remetidas ao Departamento de Educação”(SANTA CATARINA, 1944). Nos registros localizados encontrei vários vestígios, fragmentos da cultura escolar dos três estabelecimentos envolvidos na pesquisa. Ao tomar como referência Carlo Ginzburg (1989) ressalto a importância das pistas, dos indícios, dos vestígios na construção de uma análise mais densa da realidade vivenciada, pois o conhecimento do historiador é indireto e mediado pelo documento. Os documentos permitem que inúmeras versões do passado possam ser elaboradas à luz do presente.

A partir destas pistas foi possível fazer uma aproximação em relação às práticas educativas nelas produzidas e vivenciadas por alunos, alunas e docentes dentro da perspectiva da História Cultural, a fim de “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo”, como afirma Pesavento (2005, p. 42), com o entendimento de que o relato aqui apresentado parte de um determinado ponto de vista sem a pretensão de apresentar uma verdade absoluta, visto que são possíveis inúmeras interpretações sobre o mesmo objeto, ou seja, a Liga da Bondade.

No processo de coleta de documentos nas escolas estaduais mais antigas do Sul de Santa Catarina, foram encontradas atas de fundação e das reuniões da Liga da Bondade nos seguintes estabelecimentos: Em Maracajá na EEB Manoel Gomes Baltazar, em Meleiro na EEB de Meleiro, em Criciúma na escola EEB Professor Lapagesse. Os referidos documentos estão datados de 1953 a 1970. Também foram encontrados registros sobre a existência da Liga da

Bondade na EEB Jacinto Machado, entretanto, não foram encontradas as atas das reuniões, impossibilitando a inserção do referido estabelecimento nesta investigação.

No acervo da E.E.B. Manoel Gomes Baltazar foram encontrados cinco relatórios da Liga da Bondade, datados de 1959 a 1969, com algumas lacunas. A referida associação foi constituída no dia 20 de junho de 1959, tendo uma diretoria formada por um presidente, secretária, monitores e professora orientadora, e ainda os alunos e alunas considerados(as) sócios(as). A diretoria organizava anualmente relatórios com o objetivo de mostrar à Irmã Leonis, a então diretora da escola, todas as atividades praticadas durante o ano letivo. Cada ano uma professora ficava responsável pelas atividades a serem desenvolvidas. Convém ressaltar que os registros das reuniões ocorridas durante os anos de existência da Liga da Bondade foram reunidos em atas anuais, não contendo detalhamentos da pauta discutida e como se davam as reuniões, portanto os cinco relatórios anuais encontrados são bem sucintos.

De acordo com os registros, no ano de 1959 ocorreram cinco reuniões orientadas pela professora Beatriz Machado, que “*foram feitas com entusiasmo e interesse dos membros*” (E.E.B. MANOEL GOMES BALTAZAR, 1959, p. 02). Todas as reuniões contaram com a presença da Irmã Leonis, diretora da escola. No decorrer deste mesmo ano, a partir da Campanha das Santas Missões e do Natal dos Lázarus, realizados pela Liga da Bondade, foram “arrecadadas 4.281 boas ações” e distribuídas entre as pessoas “mais necessitadas”. As boas ações referidas eram anotadas, resultantes das práticas dos(as) integrantes da liga, estas eram computadas ao final de determinado período.

Fica evidente nos registros que muitas destas “boas ações” realizadas pelas crianças não eram espontâneas, mas pré-estabelecidas. No início do ano o calendário já incluía os eventos que deveriam ser realizados pela Liga da Bondade.

No ano de 1963 foram efetuadas nove reuniões, sendo que seis com a presença da diretora e as outras três somente entre os(as) sócios(as) alunos(as). As reuniões deste ano foram coordenadas pela orientadora Mari Arlete Sandrini.

No ano de 1963, as mesmas campanhas foram organizadas e sobre estas atividades ficou registrado que “*com muito entusiasmo da parte de alunos e professores foi feita a Campanha Missionária e Natal dos Lázaros*” (E.E.B. MANOEL GOMES BALTAZAR, 1963, p. 03). Neste ano, as crianças ainda conseguiram coletar fundos para comprarem os brinquedos a serem usados no recreio escolar.

No ano letivo de 1967 aconteceram nove reuniões, sendo que na nona reunião, sob orientação da professora Avetti Paladini Zilli, foi apontado que a Liga da Bondade havia angariado “16.300 boas ações”, havendo destaque sobre o auxílio mútuo entre os professores e alunos, merecendo evidência a atitude da professora Marília Machado que “caridosamente levou uma criança ao médico” (E.E.B. MANOEL GOMES BALTAZAR, 1967). Foram também destacadas: a ajuda de alunos e professores para a merenda escolar, a colaboração em prol da Associação da Liga da Bondade por meio de rifas, teatros, a arrecadação para as Missões, para o Natal dos Lázaros e para a escola. A professora Avetti Paladini Zilli destacou que “A bondade é uma das principais virtudes da pessoa” (E.E.B. MANOEL GOMES BALTAZAR, 1967, p. 03).

Com a participação dos(as) sócios(as), professora orientadora e da diretora do educandário ocorreu a última reunião da Liga da Bondade no ano de 1968. Foi lida a ata anterior, juntamente com o relatório das atividades anuais. Na ocasião, a professora Rutinaque Quadros Arcari ressaltou que:

Num espírito de amor ao próximo nossas professoras, alunos e colaboradores que muito contribuíram nas seguintes boas ações:

1º Roupas aos alunos necessitados;

2º Para a merenda e festas escolares recebemos a máxima contribuição;

3º Total arrecadado foi de 355, sendo assim distribuídos: 100 para o seminário, 200 para as missões, 55 para o Natal dos Lázarus e a despesa dos tambores (E.E.B. MANOEL GOMES BALTAZAR, 1968, p. 02).

Ao término da reunião, a professora Rutinaque finalizou agradecendo e destacando a importância de continuar cotidianamente servindo todas as pessoas como irmãos.

No ano de 1969, foram realizadas oito reuniões sendo que na última, a professora orientadora Maria Elizabete Mastella salienta todas as boas ações ocorridas no ano: a doação de material escolar e roupas para os mais necessitados, as contribuições para a merenda e as festas, o recolhimento de arrecadações para as missões, a campanha para o dia das mães com a realização de uma bela festa para homenageá-las, além da distribuição de balas e doces no Dia da Criança.

Já a Associação Liga da Bondade da EEB de Meleiro foi fundada no dia 15 de março de 1952<sup>9</sup>. Os registros localizados dizem

---

<sup>9</sup>Nesta época a cidade de Meleiro ainda era distrito do Município de Turvo/SC.

respeito a quase duas décadas, entre os anos de 1953 a 1970, concentrados em um único relatório. No início de cada ano era apresentado pela orientadora da escola, o plano anual de trabalho da Liga da Bondade, que continha o rol de todas as atividades que deveriam ser desenvolvidas. Na mesma ocasião eram, também, dadas as instruções e orientações sobre a referida associação.

A Liga da Bondade da EEB de Meleiro organizava, anualmente, de três a quatro reuniões, geralmente realizadas nos meses de março, junho, setembro e novembro, sendo que na última reunião de cada ano era apresentado o relatório anual com as atividades mais importantes desenvolvidas durante o ano letivo.

Constituíam-se como assunto central das primeiras reuniões a elaboração do plano anual de trabalho, para que todos os envolvidos estivessem a par de seus direitos e deveres.

- a) Serão considerados sócios todos os alunos que satisfizerem as condições exigidas, quando no ato da posse assumem o compromisso da Liga;
  - b) Os sócios que incorreram faltas serão punidos;
  - c) Os monitores terão um em cada classe, que estes terão uma caderneta no qual serão registrados os fatos do dia: como as boas ações praticadas pelos colegas;
  - d) Será destinado um dos monitores para se encarregar da tesouraria, caso houver necessidade;
  - e) Serão feitas diversas campanhas como: a da garrafa, rifas, resultado este para o Natal dos Lázarus;
  - f) Serão feitos centros de interesse ou álbuns instrutivos;
- (E.E.B. DE MELEIRO, 1954).
-



A Liga da Bondade da EEB Professor Lapagesse foi fundada no dia 15 de maio de 1944. Os registros encontrados sobre esta associação escolar dizem respeito aos anos de 1962 a 1966.

Os estudantes que almejassem serem sócios, além de possuírem um bom comportamento, deveriam pagar uma quantia mensal de dois cruzeiros, dinheiro a ser revertido na compra do que fosse necessário para as pessoas “mais necessitadas” do educandário.

Para acompanhar o desenvolvimento da Liga, havia em cada classe um monitor responsável por registrar em uma caderneta os fatos diários, juntamente com as “boas ações” praticadas pelos(as) sócios(as). De forma que, quem não cumprisse com as normas seria punido.

No início de cada ano era apresentado, pela professora orientadora, o plano de trabalho da Liga da Bondade, que continha o planejamento das atividades a serem desenvolvidas durante o período letivo. Eram organizadas anualmente de sete a oito reuniões, sendo que na última reunião eram relacionadas às atividades mais relevantes. Convém ressaltar que os materiais encontrados estavam descritos em um único caderno, com diversos registros do período datado.

Os registros da Liga da Bondade desta instituição iniciavam com a apresentação do plano de trabalho estabelecido para o ano, juntamente com a nomeação da diretoria. Na abertura das atividades eram dadas as instruções e orientações sobre a Liga da Bondade:

**Março:** Eleição da nova diretoria, finalidade da Liga, solicitação de cooperação e propaganda da referida associação;

**Abril:** Admissão dos sócios da Liga da Bondade, assumindo o compromisso da referida Liga;  
**Mai e Junho:** Campanha de agasalhos, distribuindo para os alunos necessitados;  
**Julho e Agosto:** Rifa para comprar uniformes aos alunos pobres, para o desfile sete de setembro;  
**Setembro e Outubro:** Novas campanhas de roupas e distribuição das mesmas (Natal dos Lázaros);  
**Novembro:** Prestação de contas dos sócios, recomendando que estes continuassem seu trabalho mesmo nas férias;  
(E.E.B. PROFESSOR LAPAGESSE, 1962).

Pelo Decreto nº 2.991 as reuniões deveriam ocorrer, no mínimo, uma vez por mês, sendo que os trabalhos da Liga da Bondade eram dirigidos pela figura do presidente, com a participação do secretário e monitores. Sobre os registros, entre as várias atribuições do presidente, este deveria apresentar um relatório com as principais ocorrências verificadas durante o período escolar e estudar com o professor orientador o plano para nortear as ações da Liga da Bondade. Ao secretário competia lavrar a ata das sessões, lê-las nas sessões seguintes para a devida aprovação ou emendas; manter intercâmbio por correspondência com as demais Ligas e ter, sob sua guarda, os livros de ata e correspondência a serem mantidos na escola estabelecimento. Quanto à formação da Liga da Bondade, o presidente deveria incutir nos demais alunos a prática das boas ações e boa conduta para que fossem aceitos na Liga, o secretário deveria fazer propaganda da instituição com o objetivo de conseguir novos sócios e aos monitores caberia cuidar do ingresso de novos membros. (SANTA CATARINA, 1944).

Em relação aos cuidados com os membros e com a inserção e novos sócios ao presidente caberia contribuir, com esforço,

para a manutenção do bom nível de conduta dos mesmos. O Secretário deveria, de forma cordial, contribuir junto aos demais membros para a manutenção dos princípios da Liga. Aos monitores competia observar os atos de seus colegas para, quando necessário, apresentar seu voto em relação à aceitação dos novos ingressantes e, também, colaborar para manter o espírito da Liga, ou seja, a Bondade, se relacionando com todos os membros como irmãos. (SANTA CATARINA, 1944).

A Liga da Bondade foi uma das Associações Auxiliares da Escola que contribuiu, sobremaneira, para as práticas escolares. Estas práticas interferiram profundamente nas culturas escolares destes educandários. Sendo assim, pode-se afirmar que um elemento está sempre presente quando o objeto de estudo é a escola, qual seja: o reconhecimento da existência de uma cultura própria dessa instituição. Cultura que a conforma de uma maneira muito específica, com uma prática social própria e única, uma vez que:

Conduzir um estudo que tome a cultura escolar como objeto de investigação e se sensibilize pela análise das práticas escolares, enquanto práticas culturais, impõe um duplo investimento. Por outro lado, ocupar-se do mapeamento dos lugares de poder constituídos, inventariando estratégias. Por outro, conferir atenção às ações dos indivíduos, nas relações que estabelecem com os objetos culturais que circulam no interior das escolas, esmiuçando astúcias e atentando à formalidade das práticas. (VALDEMARIN; SOUZA, 2005, p. 15).

Neste sentido é possível compreender a Liga da Bondade como um lugar de poder que nele foram colocadas em prática inúmeras estratégias por meio de ações dos estudantes e docentes que dela fizeram

parte com suas astúcias, burlando ou atendendo às prescrições legais. Julia (2001, p. 10) descreve a cultura escolar como:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). No entanto, não se pode designar cultura escolar como sendo a decorrência ou ainda um procedimento de conformação de elemento específico dos sistemas de ensino.

Segundo Moreira e Candau (2003), o cotidiano de um grupo de pessoas é uma das circunstâncias indispensáveis para que toda prática social possua uma dimensão cultural. Portanto, não há como contestar a íntima relação entre as práticas escolares e a cultura. Desta maneira, a discussão sobre as relações entre escola e cultura é pertinente ao processo educacional. Todavia, não há processo educativo que não esteja ligado à cultura. O debate sobre esse tema pode ser estendido ao desenvolvimento do seguinte pensamento: não se pode considerar uma experiência educacional “desculturizada”, ou seja, em que não há a cultura presente.

Para Viñao Frago (2006), cultura escolar é um grupo de teorias, ideias, princípios, normas, diretrizes, rituais, ou seja, maneiras de fazer e pensar, ações e comportamentos sedimentados ao longo do tempo, regularidade e regras impostas pelo cotidiano, acometidos por sujeitos, dentro das escolas. Essas são regularidades e regras, ou ainda

tradições que são passadas ao longo dos tempos, fornecendo algumas estratégias, assim como: integração e interação entre instituições; capacidade de realização de cada um nas atividades cotidianas e capacidade de suportar as existências e limitações que envolvem essas atividades, sobrevivência aos consecutivos aperfeiçoamentos, reinterpretando e adequando-os a nova cultura com outros contextos e outras necessidades. As características mais marcantes da cultura escolar seriam a continuidade e a resiliência ao longo do tempo, sua organização, e de certa forma, sua autonomia que gera alguns elementos únicos. Portanto para se conhecer o cotidiano escolar e sua práxis deve-se pesquisar a história da cultura escolar.

Mas, a cultura escolar é algo que é inacessível fora da escola, criada na escola e pela escola, como um ambiente que não se limita apenas a passar conhecimento, mas comportamentos e concepções que levam a marca da cultura de determinada escola. De tal modo, na escola a natureza da cultura escolar é autônoma, não se limitando a reproduzir o que foi determinado, adaptando, transformando e criando um conhecimento, uma cultura exclusiva e entender as disciplinas escolares como elemento produzido especificamente pela cultura escolar, resultando em mediação pedagógica dentro da escola.

*El poder generador de la cultura escolar y su carácter relativamente autónomo en relación con las disciplinas escolares. La noción de cultura escolar, en este caso, no alude a la cultura que se adquiere en la escuela, sino a la cultura que no se adquiere más que en la escuela. No es, pues, aquella parte de la cultura global que se difunde por la escuela a las nuevas generaciones, sino una cultura específicamente escolar en sus modos de difusión, desde luego, pero también en su*

*origen, en su génesis y en su configuración. Sería una forma de cultura sólo accesible por mediación de la escuela, una creación específica de la escuela que, vista así, deja de ser considerada un medio que se limita a transmitir saberes o conductas generados en el exterior de ella, sino saberes y conductas que nacen en su interior y llevan las marcas características de dicha cultura (CHERVEL, 1998, apud VIÑAO FRAGO, 2006, p. 57).*

Neste sentido, a escola produz um ambiente próprio, concebido por uma cultura interna que é consolidada com o tempo, fixando modos de agir e pensar nos indivíduos envolvidos com o processo educacional. Santos (2008) lembra que ressaltar a cultura como conceito para analisar a escola implica procurar as práticas culturais dos envolvidos, suas formas de organização e de administração.

Nessa mesma perspectiva, Santos (2008) diz que a escola é formada por grupos que vivenciam crenças, valores, tabus e regras compostas no planejamento dessa organização. Deste modo, a maneira como é administrada, seu processo avaliativo, a relação de poder, como se verifica a comunicação, o modo que acontece o processo de ensino aprendizagem e, principalmente, como se concretiza a democracia na gestão escolar, são informações que formam a identidade da escola, ou seja, que compõem a sua cultura.

Mas, é importante sinalizar que cada escola tem sua própria cultura escolar, com características peculiares, contudo algumas escolas, instituições, universidades, enfim, possuem semelhanças em suas culturas (VIÑAO FRAGO, 2006).

Sendo assim, é possível afirmar que por meio dos registros da Liga da Bondade, encontrados nos estabelecimentos lócus deste

estudo, foi possível uma aproximação da pesquisadora com as culturas escolares ali produzidas entre os anos de 1953 a 1970.

Em princípio, é possível inferir que uma das marcas deixadas pela Liga da Bondade na cultura escolar destes estabelecimentos é a doutrina da Igreja Católica. Chama atenção as diversas campanhas que eram realizadas pela Liga da Bondade: Muitas delas eram realizadas para manter o próprio funcionamento da escola, tanto na parte física quanto pedagógica, mas ganham destaque as campanhas que almejavam atender os “alunos pobres”. Para isso campanhas para arrecadar donativos, para adquirir uniformes eram realizadas pelos seus membros. Além disso, merece destaque o “Natal dos Lázaros” e participação nas “Santas Missões”, denunciando uma presença intensa da doutrina da Igreja Católica. Os registros sobre a fala da professora orientadora Júlia Maria Nazário confirma essa impressão.

Dignos são de elogios, todos os alunos que fizeram parte nesta associação, pois não mediram esforços em trabalhar na campanha dos lápis, dos agasalhos, das missões, nos bons exemplos, na higiene da sala de aula, também se dedicaram para o bom comportamento, união entre os escolares e esforçando-se em prol do Natal dos Lázaros (E.E.B. DE MELEIRO, 1968, p. 47).

É importante lembrar que no tempo pesquisado padres e freiras eram muito presentes nas escolas, exercendo o papel de professores de religião, ou ainda na direção das escolas, mesmo sabendo que Igreja Católica foi desmembrada do Estado brasileiro, deixando de ser a religião oficial do país desde a Constituição de 1891. À época e até recentemente, praticamente todas as escolas possuíam crucifixos nas salas de aula, momento da oração e capelas com imagens sacras

católicas. No próximo item, serão discutidas as marcas da religião católica a partir das capas dos relatórios tendo como foco as capas dos relatórios das Ligas da Bondade.

### 3.2 AS CAPAS DOS RELATÓRIOS DAS LIGAS DA BONDADE E AS MARCAS DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Chartier (1992, p. 220) em um de seus estudos expõe que “nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo depende das formas com as quais ele chega até seu leitor”. Partindo desse pressuposto, serão analisadas as capas dos livros de atas que abrigaram os registros das experiências construídas pelos alunos e alunas, e professoras orientadoras no interior das Ligas da Bondade. Para Chartier (1992) a imagem representa sua verdade dos fatos, trazendo a interpretação de quem a observa, exprime mais do que o texto que a acompanha. A imagem traz junto consigo a carga emocional e o valor existente tornando-a única. Além disso, é importante lembrar que:

Tal como ocorreu em outros domínios da História os historiadores da educação incorporaram a ideia de que a História se faz a partir de qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas e que, em muitos casos, as fontes oficiais não são suficientes para compreender aspectos fundamentais: é difícil, por exemplo, senão impossível, penetrar no cotidiano da escola de outras épocas somente através da legislação ou de relatórios escritos por autoridades do ensino. (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 81).

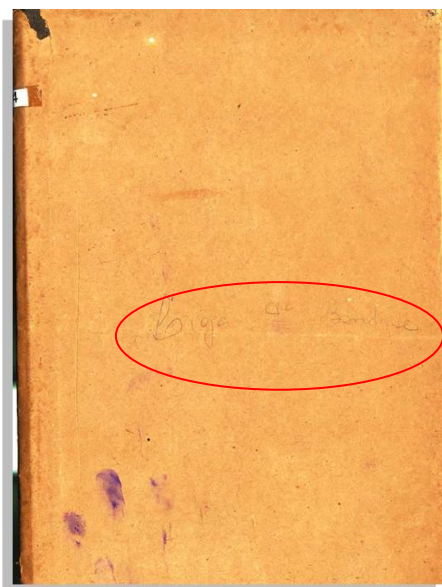
Dentre o conjunto das capas dos relatórios, ao todo seis capas, algumas delas são bastante enigmáticas, trazendo imagens que



podem inferir várias interpretações. Enquanto que na E.E.B. de Meleiro não foi criada nenhuma representação gráfica para as capas, na E.E.B. Professor Lapagesse e na E.E.B. Manoel Gomes Baltazar aparecem capas decoradas com desenhos e recortes, os quais, de algum modo, trazem implícitos os objetivos e finalidades da Liga da Bondade.

A capa do relatório da Liga da Bondade da E.E.B. de Meleiro não apresenta qualquer citação, figura ou desenho. Traz apenas os dizeres “Liga da Bondade”, conforme imagem que segue. O que pode ser deduzido é que as atas devem ter sido unidas em apenas um arquivo, para assim ser identificado do que se tratava tal documento. A descrição da capa remete ao seguinte questionamento: qual a importância dada à Liga da Bondade neste estabelecimento?

**Figura 01** – Capa do Relatório Liga da Bondade da E.E.B. de Meleiro (1953 a 1970)



**Fonte:** Arquivo da E.E.B. de Meleiro

A capa do relatório da Liga da Bondade da E.E.B. Professor Lapagesse foi confeccionada com papel almaço branco, amarelado e manchado pelo tempo. As letras são “desenhadas” e coloridas, constando no centro a figura de um caminho ladeado de vegetação, tendo ao lado esquerdo um ramo de rosas (em forma de gravura). Encontra-se escrito, ainda, no topo da folha o ano corrente (1962) e na base da folha o dia, mês e ano da fundação da Liga da Bondade (15-05-1944). Essa descrição pode ser visualizada na figura a seguir:

**Figura 02** – Capa do Relatório Liga da Bondade E.E.B. Professor Lapagesse (1962 a 1966)



**Fonte:** Arquivo da escola E.E.B. Professor Lapagesse

É possível supor que esta imagem representa a ideia de que quando o estudante, sócio da Liga da Bondade, percorresse o caminho da bondade, colheria, conseqüentemente, bons frutos e teria uma vida feliz (associação da rosa com felicidade).

**Figura 03** – Detalhe da Capa do Relatório Liga da Bondade E.E.B. Professor Lapagesse (1962 a 1966)



**Fonte:** Arquivo da escola E.E.B. Professor Lapagesse

A capa do Relatório de 1963, da escola EEB. Manoel Gomes Baltazar, traz o desenho de uma menina e um menino, ambos sorridentes e felizes, segurando um coração cercado por flores. Dentro do coração pode ser lida a seguinte inscrição: “boas ações”, conforme a Figura 04 que segue:

**Figura 04** – Capa do Relatório Liga da Bondade E.E.B. Manoel Gomes Baltazar (1963)



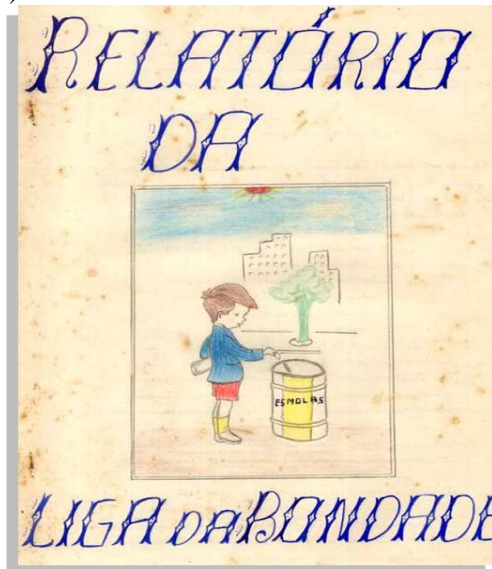
**Fonte:** Arquivo da escola E.E.B. Manoel Gomes Baltazar

O fato intrigante nestas duas capas é a subjetividade do ser bondoso. O que significava “ser bom”? O que a escola pregava aos alunos e alunas sobre a bondade? Obediência e submissão? Auxílio aos “alunos necessitados” ou um escambo “por um lugar no céu”? Partindo da ideia que os preceitos da religião católica tinham forte influência nas ações dos estudantes, não seria o “pecado” o regulador, ou seja, motivo de medo e desencadeador de “ações bondosas”? As imagens remetem para uma reflexão sobre o forte intuito que a Liga da Bondade tinha em aguçar, em seus sócios e sócias, o sentimento de piedade, caridade aos “alunos necessitados”. Além disso, a capa demonstrando duas crianças sorridentes por praticarem “boas ações” parece pretender transmitir a

mensagem de que se os(as) participantes da Liga da Bondade praticassem boas ações seriam mais felizes.

Diferente da capa de 1963, a capa do Relatório da Liga da Bondade de 1967, do mesmo estabelecimento escolar, traz uma criança colocando esmolas em um cesto, ou seja, materializando uma “boa ação”. Certamente com o objetivo de reforçar a importância da caridade em relação aos “alunos necessitados”, lema central e basilar da Liga da Bondade.

**Figura 05** – Capa do Relatório Liga da Bondade E.E.B. Manoel Gomes Baltazar (1967)



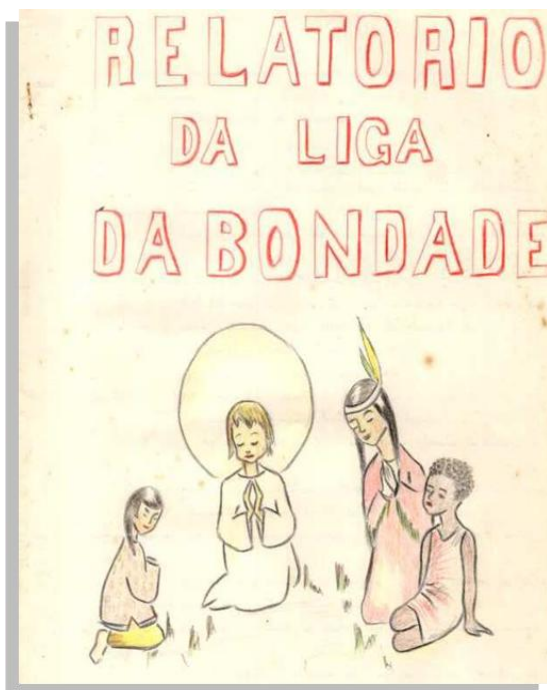
**Fonte:** Arquivo da E.E.B. Manoel Gomes Baltazar

É válido aqui ressaltar que estas capas, além de fazerem alusão à “bondade” também o fazem em relação ao “bom comportamento”, talvez pelo fato de se almejar, por meio da bondade, alunos e alunas mais obedientes no cotidiano escolar e social.

O Relatório de 1969, também da E.E.B. Manoel Gomes Baltazar, traz em sua capa a imagem de crianças rezando. O que mais chama a atenção é a diversidade étnica ali representada. Uma criança afrodescendente (sendo essa colorida de cor marrom), uma segunda com cocar na cabeça representando os povos indígenas, uma terceira com traços orientais representando os asiáticos. O fato mais curioso da capa é que nenhuma criança de pele branca é desenhada; contudo há também uma imagem de um anjo, com uma auréola sobre a cabeça e as mãos em posição de oração. Esta, por sua vez, é loira e de pele branca. Tal imagem suscita algumas questões, como: O anjo estaria ali para proteger os participantes da Liga da Bondade? Ele estaria representando os(as) sócios(as)? O anjo estaria representando a criança branca? As crianças ali pintadas seriam meninos e meninas pobres? O anjo estaria representando a Igreja Católica? As crianças pertencentes a outras religiões eram aceitas como sócias?

A imagem do anjo inserida na figura remete para a influência do catolicismo na cultura escolar vivida à época. O anjo ali representava a face “dócil” e “bondosa” que deveria existir em todas as crianças, generalizando a ideia de caridade cristã, desrespeitando a pluralidade religiosa existente nas escolas.

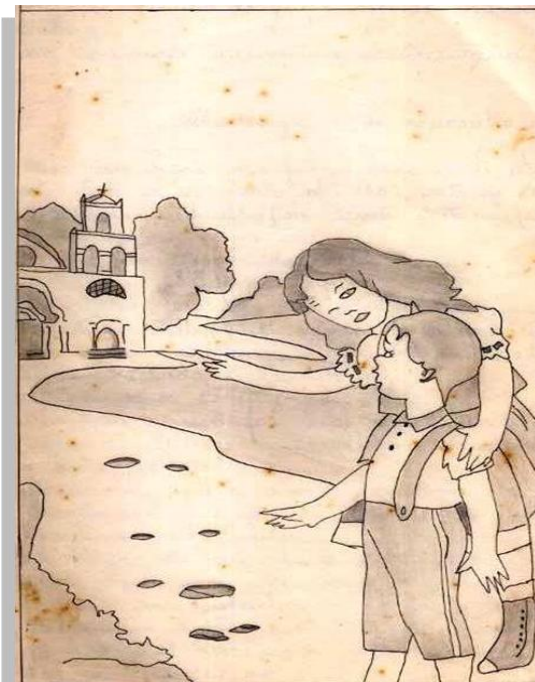
**Figura 06** – Capa do Relatório Liga da Bondade E.E.B. Manoel Gomes Baltazar (1969)



**Fonte:** Arquivo da E.E.B. Manoel Gomes Baltazar

A capa do Relatório de 1959 da E.E.B. Manoel Gomes Baltazar traz a imagem de uma moça apontando o caminho da igreja para uma criança. Diante disso, pode-se inferir que a religião “indicada” para os(as) sócios(as) da Liga da Bondade era o catolicismo, sugerindo que a Liga da Bondade era um instrumento importante na conquista de novos fiéis ou evitar “desvios” das famílias para outras religiões.

**Figura 07** – Capa do Relatório Liga da Bondade E.E.B. Manoel Gomes Baltazar (1959)



**Fonte:** Arquivo da E.E.B. Manoel Gomes Baltazar

Moraes (2008) em seu trabalho discute a influência da Igreja Católica na localidade de Maracajá, onde uma das escolas está localizada, afirmando que apesar de existir outra religião (Assembleia de Deus), o catolicismo era muito forte e possuía autoridade na comunidade.

Importante ressaltar que nesse período a mentalidade católica era marcada pelo anticomunismo, ela foi uma das instituições que mais se empenhou no combate aos comunistas em nosso país. De acordo com Rabelo (2008), historicamente o anticomunismo católico



esteve presente na sociedade, em boa parte, no século XX. Ele foi veiculado por meio de discursos das autoridades católicas através de vários instrumentos, dentre eles a educação, ou seja, as instituições escolares. Carla Simone Rodeghero (2002, p. 466) destaca que o discurso católico anticomunista:

Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos de Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas. Foi muitas vezes, canalizado através do trabalho de entidades como a Leiga Editorial Católica (LEC), os Círculos Operários (COs) e as Frentes Agrárias.

Assim, é possível afirmar que as atividades realizadas por esta associação tinham por finalidade atingir e abranger todos os(as) alunos(as) nos assuntos relacionados ao “bom comportamento” e à “boa ação”, tendo o conceito de “bondade” e “caridade” como âncora para todos os trabalhos.

Fica perceptível a forte influência da Igreja Católica no ambiente escolar, principalmente na E.E.B. Manoel Gomes Baltazar, onde a coordenação estava a cargo de religiosas da Congregação de Santa Catarina, com forte influência do Frei Eusébio Ferreto<sup>10</sup>. Esta situação nos faz pensar sobre a secularização e a religiosidade no campo

---

<sup>10</sup>Frei Eusébio Ferreto (1956 a 1973): primeiro padre da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Maracajá era pertencente à Ordem dos Freis Capuchinhos, envolveu-se veementemente com os inúmeros problemas da comunidade, especialmente na área da educação (MORAES, 2008, p.124).

do ensino público que, por sua vez, tem raízes históricas. Basta pensar que, de acordo com Fischaman (1996, s/p):

As escolas criadas pelos jesuítas eram financiadas por contribuição da Coroa portuguesa, de acordo com o regime de Padroado. Tratava-se já de escolas públicas. No que tange aos demais critérios, como diretrizes pedagógicas e infraestrutura, a escola estava sob o domínio privado da ordem religiosa. Essa combinação de fatores estruturais mais amplos acabou por marcar a própria estrutura da escola, levando à combinação da tríade doutrina-dogma-disciplina, com certa mentalidade de apropriação do público, como se fosse privado.

As marcas dessa educação religiosa remetem para uma reflexão proposta por Moraes (2008) que realizou sua dissertação de mestrado intitulada “Memória escolar e campo religioso: Identidade e Imaginário católico na escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar em Maracajá – SC (1959-1976)”. Para ele, a Igreja, para conservar a identidade e a legitimidade católica na sociedade usou-se da educação para produzir bens simbólicos. Deste modo, a escola tornou-se um local onde a prática pedagógica ensinava os símbolos católicos, práticas e reflexões de devoção ao catolicismo. Ainda para o autor, os relatórios e atas da Liga da Bondade expressam o desejo das religiosas em trazer para a Igreja Católica mais seguidores, trabalhando para converter crianças de outras religiões e, também, com o intuito de assegurar a permanência de seus pequenos fiéis. Os registros das reuniões dão mais elementos para compreender as ações realizadas pelos sócios e sócias da Liga da Bondade na interface com as prescrições legais.

### 3.3 LIGA DA BONDADDE: VIGIANDO E PRESCREVENDO COMPORTAMENTOS E FORMANDO SUJEITOS “BONDOSOS” E “CARIDOSOS”

A partir das capas dos relatórios da Liga da Bondade analisadas pode-se inferir que a mesma tinha como uma das principais atribuições motivar os alunos e alunas a cumprirem com seus deveres, praticando “boas ações” dentro da moral e ética cristã, sustentada pela doutrina da Igreja Católica.

Segundo Andrade (2004), não havia restrições quanto ao acesso e participação dos alunos, mas estes deveriam dar bons exemplos e, por esta razão, as suas vidas eram observadas dentro e fora da instituição escolar. Portanto, para integrar a Liga era necessário ser bom aluno, bom filho, obediente e ter boa conduta em qualquer ambiente que estivesse. Já os alunos que não se enquadravam neste modelo, ou seja, que desrespeitassem os mais velhos; depredassem as casas, usassem palavras inadequadas, agredissem seus colegas e animais, não poderiam ingressar na Liga da Bondade.

Para participar da referida associação, Cunha (2010) nos diz que era necessário que seus integrantes fossem alunos perfeitamente bons, ou seja, aqueles que servissem de modelo aos colegas. Deste modo, fica nítido que a civilidade expressa e enobrece a dignidade e as perfeições de cada pessoa, seja por sua conduta ou seu comportamento. Neste caso, a bondade era determinada pelo julgamento e olhar alheio das orientadoras ou professoras. Na legislação as condições para ser membro da Liga da Bondade eram assim expressas: a) Ser bom alunos, isto é, ordeiro, assíduo, disciplinado e aplicado; b) Ser bom filho, isto é, obediente aos pais e amigo dos seus irmãos; c) Ter boa conduta em todos os lugares onde estiverem. (SANTA CATARINA, 1944). Sendo

assim, não poderiam “ingressar na Liga os alunos de maus costumes, como: o uso de palavrórios impróprios, maus tratos aos animais, andar em más companhias, brigar com os colegas, depredar casas e coisas pertencentes aos logradouros públicos, desrespeitar os mais velhos e descortesias com os seus semelhantes” (SANTA CATARINA, 1944).

Ao ingressar na Liga da Bondade era necessário que o(a) novo(a) integrante fizesse o seguinte juramento:

Assumo o compromisso de me tornar ainda melhor aluno, melhor filho e melhor amigo dos meus colegas; a respeitar os mais velhos, a zelar pelos bens públicos e a proteger os animais. Se eu falhar nesses propósitos, aceito a punição que me for aplicada (SANTA CATARINA, 1944).

Pode-se observar a presença deste mesmo juramento nos registros das atas da Liga da Bondade das três escolas analisadas: EEB Manoel Gomes Baltazar, EEB de Meleiro e EEB Professor Lapagesse. A cordialidade do espírito de colaboração era outra questão crucial. Na EEB de Meleiro, os sócios deveriam manter os princípios e o bom comportamento em todos os lugares por onde estivessem e ainda deveriam prestigiar aqueles que praticassem boas ações. Nesse sentido, ressalvas eram feitas para acabar com as “briguinhas” entre os colegas. No ano de 1958 a então diretora da escola, a Irmã Nívea Maria, diz que: *“A Liga da Bondade é uma Associação disciplinada a formar o bom caráter da criança e ao bom caminho”*.

Em contrapartida, os alunos e alunas que não cumprissem com as regras preestabelecidas pela Liga da Bondade eram punidos(as). As punições variavam de acordo com o nível das transgressões e eram severas, ficando assim prescritas na legislação:

- a) Por admoestação, se a falta for a primeira e não merecer maior punição;
- b) Por suspensão, por 3, 5, 9, 15 dias no caso de mau procedimento notório;
- c) Por suspensão por tempo indeterminado, no caso de necessitar colocar o sócio em observação, podendo voltar à Liga, uma vez desfeito o motivo que o levou a penalidade;
- d) Por eliminação no caso de desvio completo das finalidades da Liga (SANTA CATARINA, 1944).

As diferentes punições aos membros que transgrediam as regras da Liga da Bondade fazem pensar sobre o sentimento de culpa, tão aguçado na escola. Para Luckesi (1998, p. 135):

A partir do erro na prática escolar, desenvolve-se e reforça-se no educando uma compreensão culposa da vida, pois, além de heterocastigado, muitas vezes ele sofre ainda a autopunição. Ao ser reiteradamente lembrado da culpa, o educando não apenas sofre os castigos impostos de fora, mas também aprende mecanismos de autopunição, por supostos erros que atribui a si mesmo. Nem sempre a escola é a responsável por todo o processo culposos que cada um de nós carrega, mas ela reforça (e muito) esse processo.

Para evitá-las, era dada ênfase aos bons conselhos, as palavras amigas, ao bom comportamento e ao bom exemplo. Sobre o ato de punir e o sujeito vítima da punição a legislação ainda adverte: “Quando um sócio sofrer uma penalidade não pode, sob pretexto algum, haver comentários sobre o caso, a fim de não deprimir o caráter do colega diante dos demais” (SANTA CATARINA, 1944).

Para fazer parte da Liga da Bondade, permanecer como sócio(a) e não ser punido o novo membro deveria servir de exemplo para os demais, uma vez que “Por alunos bons, não devemos só encarar a sua vida escolar e, sim, levar muito em conta a sua vida externa, isto é, bons na rua, em casa, para os companheiros, enfim, crianças integralmente boas” (SANTA CATARINA, 1944).

Esta prescrição aponta para a reflexão proposta por Foucault (2000, p. 120) quando o autor afirma que “o sistema escolar é também inteiramente baseado em uma espécie de poder judiciário. A todo o momento se pune e se recompensa, se avalia, se classifica, se diz que é o melhor, quem é o pior. [...]”.

A criança tinha que ter um comportamento exemplar e para este fim a bondade era exaltada na tentativa de educar sujeitos obedientes. Fica evidente a tentativa em moldar as crianças, cabendo às professoras orientadoras este papel, a fim de que viessem a atender as necessidades da sociedade e da Igreja Católica. Neste sentido é possível afirmar que a escola encontra na Liga da Bondade uma forma de controlar e tornar os copos infantis mais dóceis. Portanto, não se tratava de estabelecer uma relação violenta, de dominação constante, mas sim de promover o “aumento do domínio de cada um sobre o seu próprio corpo” (FOUCAULT, 1992, p.127), a fim de torná-los(as) mais úteis e disciplinados(as).

O momento histórico da disciplina é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 1992, p. 127).

Houve, por parte da escola e da Liga da Bondade, a tentativa de disciplinar, evangelizar os estudantes e, principalmente, inculcar novos hábitos e valores no cotidiano das escolas, a fim de produzir alunos e alunas obedientes e disciplinados(as). Nas palavras de Cunha (2010, p. 13) “O nome LIGA DA BONDADE evoca uma qualidade dos bons, uma prática a ser exercida pelos cristãos, uma atitude da alma, que precisava ser legitimada pela publicização e constante repetição de sua exemplaridade, enfim, certo *habitus* a ser cultivado pelo ser moral”.

Analisando os decretos que surgiram em torno da Liga da Bondade, é perceptível o envolvimento e a pretensão do trabalho exercido pelos(as) professores(as), pois estes(as) deveriam ser mais autênticos(as) e enérgicos(as). Isso implicou na imposição de regras, gostos, costumes. De modo geral, a Liga da Bondade tinha por intuito tornar o trabalho do professor eficiente e dinâmico, para isso havia imposição de normas, de maneiras e gestos.

Nestas instituições havia formas de controlar as ações dos membros participantes e o monitoramento era uma delas. Com este intuito, era designado para cada classe um monitor ou uma monitora, tendo como responsabilidade a realização de registros, em uma caderneta fornecida pela associação, sobre os acontecimentos diários, bem como as boas ações praticadas pelos colegas. Mas, a eles e a elas não cabia apenas esta atividade, deveriam também exercer um bom comportamento não só na escola, mas em todos os lugares por onde estivessem, para que assim pudessem servir de exemplo aos colegas.

Para primar pela prática da bondade e execução plena do êxito desejado, eram dadas orientações para que todos trabalhassem em equipe para manutenção da ordem e disciplina. De modo que, os alunos e alunas desobedientes ou rebeldes fossem direcionados a seguir o caminho do bem.

Em parâmetros gerais, as três associações da Liga da Bondade, apesar de pertencerem a distintos educandários, tinham um objetivo único: a formação do caráter dos discentes, conduzindo-os ao “bom caminho”, a fim de serem bons estudantes, isto é: organizados, pontuais, disciplinados e estudiosos. O objetivo era que fossem responsáveis, que apresentassem boas condutas e que incutissem o ânimo nos outros colegas para práticas de boas ações e boas condutas. Era comum os(as) sócios(as) expedirem cartas para os membros da Liga da Bondade de outras escolas, a fim de socializar e compartilhar as experiências.

Ao lançar um olhar mais criterioso sobre as atas da Liga da Bondade das escolas EEB Manoel Gomes Baltazar, EEB de Meleiro e EEB Professor Lapagesse, percebe-se que os membros destas associações aproveitavam algumas datas comemorativas, tanto religiosas quanto civis, para desenvolver campanhas e arrecadar fundos para ajudar não só os necessitados, mas para manter a própria escola. Portanto, em relação às campanhas voltadas para a escola, pode-se inferir que o governo estadual provavelmente não disponibilizava recursos suficientes para a compra de materiais necessários para a realização das atividades pedagógicas, nem mesmo para dar suporte às famílias de baixa renda, pois na sua maioria as campanhas se resumiam a ajudar os mais necessitados. Um fato curioso que é válido ressaltar ao



analisar as tabelas de campanhas; é que essas campanhas eram impostas pela própria escola, sendo elencada no calendário escolar no início do ano letivo. Estas campanhas eram realizadas pela Liga da Bondade durante todos os anos letivos. Nas Tabelas 05, 06 e 07 são descritas algumas atividades que as Ligas realizavam conforme relatórios pesquisados.

**Tabela 05** – Campanhas desenvolvidas pela Liga da Bondade E.E.B. Manoel Gomes Baltazar

<u>1959</u>	<u>1963</u>	<u>1967</u>	<u>1968</u>	<u>1969</u>
Campanha Natal dos Lázaros;  Campanha das Missões	Campanha Missionária; *Campanha Natal dos Lázaros;  Campanha para compra de brinquedos.	Colaboração para o benefício da Associação da Liga da Bondade com bingos, rifas e teatros;  Campanha Natal dos Lázaros.	Campanha de roupas aos alunos necessitados; *Campanha para merenda e festa escolares;  Campanha Natal dos Lázaros; *Campanha para ajudar nas despesas dos tambores para o desfile cívico;	Campanha do material escolar; *Campanha das roupas usadas; *Campanha para merenda e festas;  Campanha das Missões; *Campanha do dia das mães; *Campanha do dia das crianças.

**Fonte:** Dados coletados a partir dos registros das Atas da Escola

**Tabela 06** – Campanhas desenvolvidas pela Liga da Bondade E.E.B. de Meleiro

<b><u>1953-1954</u></b>	<b><u>1955-1959</u></b>	<b><u>1960-1962</u></b>	<b><u>1963-1966</u></b>	<b><u>1967-1970</u></b>
Campanha Natal dos Lázaros;  Organização de rifa e um baile em prol da casa dos professores de Santa Catarina	Campanha de rifas;  Campanha da garrafa e do ovo;  Campanha Natal dos Lázaros;	Campanha Natal dos Lázaros e das Santas Missões;  Campanha do Selo;  Campanha de rifas e venda de pirulitos e doces;	Campanha Natal dos Lázaros e das Santas Missões;  Campanha do Selo;	Campanha de agasalhos e roupas usadas;  Campanha Natal dos Lázaros e das Santas Missões;  Campanha de roupas/tecidos preto para confecção de bermudas para Educação Física;

**Fonte:** Dados coletados a partir dos registros das Atas da Escola

**Tabela 07** – Campanhas desenvolvidas pela Liga da Bondade E.E.B. Professor Lapagesse

<b><u>1962</u></b>	<b><u>1963</u></b>	<b><u>1964</u></b>	<b><u>1965</u></b>	<b><u>1966</u></b>
Campanha de agasalhos, calçados e roupas usadas;  Campanha de uniformes;	Campanha de agasalhos e roupas usadas;  Campanha do Natal dos Lázaros;	Campanha de agasalhos e roupas usadas;	Campanha de agasalhos, calçados e roupas usadas;  Campanha para arrecadação de donativos; *Campanha do Natal dos Lázaros;  Campanha das Missões;	Não constam registros de campanhas no referido ano;

**Fonte:** Dados coletados a partir dos registros das Atas da Escola

Inúmeras eram as campanhas, mas o que chama a atenção é que não alteravam muito de escola para escola. Uma das campanhas que aparece invariavelmente no final do ano letivo era a “Campanha para o Natal dos Lázaros”. Ao buscar nos registros bíblicos encontra-se a figura de Lázaro reproduzido em Lucas 16:19-31 na parábola: O Rico e o Lázaro. O Rico é representado por aquele que se veste de púrpura, aquele que passou toda a sua vida a se fartar lindamente e a desprezar os pobres, já Lázaro representa os excluídos da sociedade, é um homem pobre e leproso (BIBLÍA, 1973). Assim, deduz-se que o nome Campanha dos Lázaros seja referente a este personagem bíblico.

É notável que ao realizar as campanhas, a escola desenvolvesse nas turmas o espírito de competitividade, a fim de angariar mais fundos. Os donativos arrecadados eram distribuídos aos estudantes mais carentes e às famílias mais necessitadas, assim seus membros propagavam um espírito caridoso exprimindo o amor ao próximo. Em alguns registros destas associações ficavam evidenciados os nomes dos alunos carentes que seriam beneficiados com as doações, ficando clara, assim, a transparência em relação aos donativos arrecadados.

Desse modo, as campanhas marcam a necessidade de servir ao próximo, fazendo com que todo o esforço empregado durante o ano valesse a pena, principalmente quando atingida uma das instruções para os/as sócios da liga, ou seja, “levantar a moral dos nossos alunos, baseados no princípio de que se os caracteres não se plasmam, modificam-se com a prática dos bons hábitos, transformando, gradativamente, os pequenos costumes em virtudes permanentes” (SANTA CATARINA, 1947, art. 576, § 1º). Fica explícita a intenção

desta associação em formar estudantes virtuosos, disciplinados e caridosos.

O espírito caridoso é algo almejado pela Igreja Católica, pois é um indicativo de princípios morais e uma das práticas mais representativas da boa essência do ser humano. Incutindo nos seus adeptos os sentimentos de amor ao próximo, bondade, perdão, compaixão. Historicamente, o discurso da caridade tem sustentado a ação da Igreja Católica junto aos mais necessitados. A caridade, enquanto amor ao próximo tem sido disseminada em várias passagens bíblicas, ao propor a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, certamente com a finalidade de evitar conflitos e revoltas dos mais explorados. Nesse sentido o decreto sobre a atividade missionária da Igreja propõe que:

A caridade cristã a todos se estende sem distinção de raça, de condição social ou de religião. Ela não espera vantagem alguma nem gratidão. Foi com amor gratuito que Deus nos amou. Assim também os fiéis por sua caridade mostrem-se solícitos por todos os homens, amando-os naquele mesmo afeto que levou Deus a procurar o homem. A imitação de Cristo que percorria todas as cidades e aldeias, curando toda doença e enfermidade em sinal da vinda do Reino de Deus, a Igreja por seus filhos se liga aos homens de qualquer condição e particularmente aos pobres e aflitos, dedicando-se a eles prazerosamente (SILVA, 2006, p. 328 apud CF. 2 COR 12,15).

A partir do relato de Silva (2006) vemos a pretensão que se tem em torno da caridade, para expor à sociedade um “caráter nobre e bondoso”, tendo como princípio básico o “amor ao próximo”, para que homens e mulheres se constituam a partir das “virtudes da bondade,

humildade e perdão mútuo”. Para tanto, ser bondoso é possuir uma “inclinação natural” para praticar o bem, é não medir esforços para ajudar o próximo.

Analisando as atribuições legais e os trabalhos realizados pela Liga da Bondade posso inferir, ao concordar com Rabelo (2008, p. 384) que:

O Estado de Bem Estar Social no Brasil não alcançou a magnitude que teve nos países desenvolvidos. Durante muito tempo as políticas públicas voltadas para a educação, saúde e assistência social foram executadas a partir de ações engendradas no conjunto das obras de caridade. Estes serviços não eram vistos como um direito e sim como um favor. Na medida em que o país vai se modernizando e os problemas sociais vão se agravando, o Estado começa a construir uma rede de políticas públicas para atender parcialmente a população nas áreas mencionadas.

Diante das campanhas e, principalmente, da Campanha do Natal dos Lázarus, pode-se afirmar que as ligas analisadas seguiam rigorosamente as prescrições apontadas na legislação. Além disso, intencionavam construir um sujeito com espírito bondoso, caridoso, fazendo com que as atitudes de alunos e alunas participantes fossem úteis para a escola, sociedade e Igreja Católica. No entanto, não bastava serem caridosos(as) e bondosos(as) apenas nas ações implementadas pelas ligas, mas era preciso serem na escola e fora dela, ou seja, no dia a dia de cada um(uma). A partir destes registros recorri às memórias de ex-integrantes da Liga da Bondade com o intuito de perceber o significado desta experiência na vida destes sujeitos, seja na condição de aluno, aluna ou professora orientadora.

#### 4 LEMBRANÇAS SOBRE A LIGA DA BONDADE

Neste capítulo serão abordadas e problematizadas as reminiscências a respeito da Liga da Bondade, a partir das entrevistas realizadas com os(as) participantes registrados nas atas. O roteiro de entrevista consta em anexo. De cada escola foi escolhida uma professora orientadora, um aluno e uma aluna, tendo como critérios de escolha: maior tempo de permanência e, também, a preferência a pessoas que ainda moram nas localidades pesquisadas.

Conforme Grazziotin e Almeida (2012) para usar a história oral na pesquisa é necessário ter pleno conhecimento do que se propõe fazer. Esse conhecimento implica sensibilidade, cumplicidade, e principalmente fidelidade ao que se escuta. É por meio da história da oral que se aproxima a história da memória. Acredita-se que a história oral dá maior dimensão não oficial às investigações educacionais, por viabilizar narrações de indivíduos que fazem parte da pesquisa. Sendo assim, é a história oral que possibilita uma aproximação das verdades produzidas pelos sujeitos sobre as experiências vividas.

Há, no entanto, que considerar as limitações do documento oral, pois se trabalha com a interação entre a narrativa, a imaginação e a memória, permeadas pela subjetividade. A fala é suscetível às vicissitudes de cada momento. Todavia, não significa que a memória seja intangível; pelo contrário, ela permite a aproximação de verdades que se quer produzir sobre o vivido. E guarda o mérito de trazer à tona nuances do passado, que podem estar esquecidas e que, por vezes, se encontram inatingíveis em outras formas de documentação, além de dar visibilidade aos sujeitos em construção da história, produzindo-se assim um discurso de verdade. (GRAZZIOTIN;

ALMEIDA, 2012, p. 36).

No decorrer das entrevistas percebeu-se que as memórias relacionadas correspondiam a tempos distantes, visto que os sujeitos participaram da Liga da Bondade quando estavam no quadro da escola primária. Em muitos casos, os(as) entrevistados(as) recordavam-se das experiências vivenciadas pela Liga da Bondade, porém tinham vagas lembranças do nome da associação da qual faziam parte. No próximo item serão problematizadas as memórias de sujeitos que fizeram parte da Liga da Bondade, ou seja, as professoras orientadoras, alunos e alunas.

#### 4.1 MEMÓRIA DAS PROFESSORAS ORIENTADORAS

Neste item serão discutidas e problematizadas as memórias das professoras orientadoras sobre o funcionamento da Liga da Bondade nas escolas pesquisadas. Foram realizadas entrevistas com três professoras, sendo uma de cada unidade escolar; Oraide Carvalho Coral da EEB de Meleiro, Aurora Izé da EEB Manoel Gomes Baltazar e Vitória Terezinha Esmeraldino da EEB Professor Lapagesse. Nos registros encontrados, consta que a professora Oraide foi orientadora da Liga da Bondade da EEB de Meleiro, nos anos de 1954 e 1956; a professora Aurora Izé da EEB Manoel Gomes Baltazar, em 1955, e a professora Vitória Terezinha Esmeraldino da EEB Professor Lapagesse, em 1964.

É importante lembrar que a memória já foi tida como um fenômeno basicamente biológico, onde as percepções, ideias, movimentos e falas eram registrados nas células cerebrais. Contudo, percebeu-se ao longo dos anos que a memória é muito mais que uma

simples nota no cérebro. Ela se tornou algo que influencia diretamente o cotidiano do ser humano, seu comportamento e a maneira como se relaciona com os demais. (CUSTÓDIO, 2012).

Ao analisar os depoimentos, foi observado que nenhuma das professoras lembrou com detalhes sobre o funcionamento e sua participação na Liga da Bondade. As atividades desencadeadas por esta associação são lembradas, mas o nome da associação Liga da Bondade em si não. Em diversos pontos das entrevistas surgem confusões entre as várias associações auxiliares da escola existentes e também esquecimentos.

A memória, compreendida por Eclea Bosi (1994), não é sonho, é trabalho. Trabalhar com memória é trazer a tona lembranças sobre um passado que não se faz presente como de fato aconteceu. O pesquisador precisa ter este olhar reflexivo, para compreender as memórias dos sujeitos que descrevem períodos e ambientes característicos.

A associação mais citada foi a do Pelotão da Saúde, também chamado de “Farmacinha”. De acordo com a professora Vitória Terezinha Esmeraldino:

[...] os alunos tinham que dar assistência aos que precisavam; aos que se machucavam, levar ao conhecimento da gente e, às vezes, na hora do recreio eles corriam pra lá e pra cá, brincavam muito, às vezes se machucavam, então tinha a farmacinzinha, eles faziam o curativo. (Professora Vitória Terezinha Esmeraldino).

A professora Oraide Carvalho Coral, ao lembrar vagamente dessa associação, assim se refere: “O pelotão da Saúde é o



que a gente tinha e nele tinha que trabalhar mesmo valendo, mas quase não lembro”. Sobre a Liga da Bondade, a professora diz não lembrar.

Já a professora Aurora Izé cita o Jornal Escolar, outra associação auxiliar, recorda também sobre alguns assuntos que deviam ser abordados na escola:

A gente dava as matérias que eram exigidas, matemática, português, ciências, e sempre tinha uma horinha disponível, ai tinha o jornal escolar, ai tirava aqueles minutos para falar de outros assuntos, de cuidados de higiene, de como tratar os amigos, os colegas, as pessoas mais velhas, mais ou menos essas coisas assim.

Ela, assim como a professora Oraide Carvalho Coral da EEB de Meleiro, mencionou o Pelotão da Saúde, argumentando que “também tinha na época, ficava lá embaixo, era onde ficava uma caixinha com os primeiros socorros, com os medicamentos”. Quando questionada a respeito da Liga da Bondade ela diz: “Lá no colégio não tinha nada sobre isso [...]”.

A professora Vitória Terezinha Esmeraldino da EEB Professor Lapagesse é a única que consegue lembrar algo sobre a sua participação na Liga da Bondade e revela: “Lembro-me da Liga da Bondade, a gente usava um boton com um coração, que representava a bondade, a Liga da Bondade. Mas só isso que eu me lembro”. Questionada sobre outras associações auxiliares da escola, a professora lembra-se de algumas como o Pelotão de Saúde, a Biblioteca entre outras.

Sobre o local de funcionamento da Liga da Bondade, as professoras alegam não ter um local específico para as reuniões, no

entanto lembram-se de algumas conversas que eram realizadas com os estudantes a fim de orientá-los.

Às vezes era no salão paroquial, outras vezes era na escola, não tinha um lugar fixo porque era onde dava certo, às vezes num salão de baile ali, onde acumulava bastante pessoas, era tudo casebrezinho simples né, ninguém tinha casarona, era só mesmo pra não chover, pra ir pra roça (Professora Oraíde).

Às vezes era num final de aula, na própria sala. [...] fazia uma reuniãozinha na própria sala de aula (Professora Aurora).

No próprio colégio, na biblioteca que às vezes a gente conversava alguma coisa assim. [...] Ah, era raro. Não tinha, porque geralmente a gente orientava dentro da sala de aula, porque eram alunos da gente, então a gente dava já orientaçãozinha àqueles que gostavam mesmo. Eles perguntavam e a gente dava a resposta que eles necessitavam. Não tinha assim reunião mesmo, reunião, a gente reunia quando havia necessidade de orientá-los (Professora Vitória).

Sobre a periodicidade das reuniões a professora Aurora descreve que as mesmas aconteciam quando a Diretora da EEB Manoel Gomes Baltazar considerava-as necessárias, e que os professores nessas horas eram “como ajudantes dela”. Quem resolvia qualquer problema na escola era a Diretora. Quando a mesma marcava reunião, cada membro falava seus problemas, e os professores instigavam as crianças a falarem também.

De acordo com a professora Aurora a diretora era a principal coordenadora dessas atividades, incluindo a Liga da Bondade. Em um dos depoimentos, a professora menciona que a Diretora

chamava e distribuía funções, não sendo um convite propriamente dito. Quando indagada sobre o ingresso na Liga da Bondade, ela assim se manifestou: “eu acho que foi assim, a irmã precisou de alguém, porque ela ia ficar também participando, até acho que ela era a principal, como freira, como diretora da escola”. Então, ela pegou mais duas para ajudar, aí fui eu e outra. (Professora Aurora). Já a professora Vitória, sobre o mesmo assunto, comenta: “Naquela época não fazia muito eleição para essas coisas, a diretora chamava: você vai fazer assim, assim...”.

Quanto à participação na Liga procurou-se saber como era a inserção dos alunos e alunas; se existia alguma determinação, estímulo ou mesmo “pressão” de familiares ou ainda da escola para que participassem da Liga da Bondade. De acordo com as entrevistadas, as crianças eram convidadas pelas professoras ou direção da escola para participarem e o convite e escolha dos membros ocorria com base no comportamento, ou seja, os(as) que apresentavam melhor comportamento eram envolvidos. Conta a professora Oraide que [...] “a gente escolhia as pessoas mais ‘calminhas’ e mais ‘bem educadas’, tinha muitos rebeldes, já desde pequeno, tinha outros já com outro tipo de educação”.

Visto que o “bom comportamento” era quesito central para fazer parte da Liga da Bondade, os alunos e alunas que dela participavam tinham um papel importante sobre o comportamento em geral das outras crianças, à época.

Tínhamos que trazê-los sempre na rédea curta, não perdoar nada, chamar a atenção, as boas maneiras, então dizíamos: “olha ali o teu colega como é que ele é, que maravilha, olha aí a roupa dele, isso aí não precisa a mãe dizer, tu mesmo te

arruma rapaz”. A gente dava o exemplo do outro que era mais organizado... (Professora Oraide).

Na época era muito bom, eram umas crianças que vinham assim de casa, com uma boa educação, pelo menos era o que a gente sentia na sala de aula. [...] Ah! A postura deles, assim em relação aos coleguinhas, ou seja, como eles se comportavam, como cumprimentavam as pessoas, agradeciam, essas coisas. (Professora Aurora).

De acordo com as lembranças das professoras, fica nítido que só participava da Liga da Bondade os melhores alunos e alunas da escola, para poderem servir de exemplo para os demais. Assim esses “bons alunos” poderiam auxiliar no bom andamento da escola e disseminar boas maneiras e bons costumes por meio do comportamento exemplar, correto certamente obtido por meio de diferentes sistemas disciplinares, como afirma Foucault (2000, p. 149):

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma “infrapenalidade”; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença.

Para Foucault (2000, p. 143) o ato de disciplinar não surte o efeito de apropriação, mas de adestramento. “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumento de seu exercício”. É possível alegar que a Liga da Bondade produzia estudantes

disciplinados, moldando seus comportamentos ao utilizar os “bem comportados” como modelos a serem seguidos por aqueles(as) considerados(as) rebeldes.

É recorrente nas narrativas das professoras que os(as) alunos(as) membros da Liga da Bondade serviam como exemplo de bom comportamento para os(as) demais e que, em alguns casos, estes serviam como incentivo para os que tinham “mau comportamento” se redimissem e passassem a participar da Liga também. Esse procedimento remete para uma afirmativa de Thomaz Szasz (1994), em seu livro *Cruel Compaixão* ao elencar alguns pontos sobre o comportamento humano. Ele argumenta que esse deve ser coordenado com o comportamento dos outros seres humanos. Ele acredita que “essa coordenação é assegurada de duas maneiras – autocontrole e a coerção externa” (SZASZ, 1994, p. 191). Para ele, são esses elementos morais e os sistemas políticos que controlam a coerção externa de forma superior.

No decorrer das entrevistas, as professoras se referiram várias vezes ao comportamento dos estudantes, fazendo um comparativo com os dias atuais.

Ah era meio globalizado, porque às vezes um aluno mau elemento não existia, na época eram todas criancinhas pequenas, eram todos educadinhos, com respeito, porque já vinham de casa, os pais eram rígidos, hoje em dia já não tem mais isso. Então dependia, até se tivesse um que era mais saliente e outro mais assim que não obedecesse muito, esse também seria escolhido para ser corrigido. (Professora Aurora).

Analisando as falas das professoras das escolas rurais (EEB Manoel Gomes Baltazar e EEB de Meleiro), percebe-se que para

os pais a educação escolar era algo que não fazia parte da sua cultura. Para a realização da matrícula, as professoras iam até as casas dos alunos e alunas e os padres reforçavam a importância da matrícula durante as missas. Fato esse não comentado pela professora da escola situada no meio urbano (EEB Professor Lapagesse).

As atividades que são lembradas pelas professoras orientadoras são as campanhas do Natal dos Lázaros e atividades de ajuda aos “mais necessitados”. O objetivo da Liga da Bondade, conforme as professoras era formar alunos “bons” e “responsáveis”, além de educá-los para a vida em sociedade. Uma das professoras cita que, em muitos casos, os alunos “precisavam” desses auxílios para que soubessem se comportar quando chegassem à cidade:

Era assim, para mostrar que a escola funcionava com boa educação, e que o mundo lá fora era diferente do que eles esperavam e, por isso, nós estávamos introduzindo a maneira com que eles deveriam chegar numa cidade, e não ficassem assim abismados de verem coisas, e de não saber o que estavam vendo (Professora Oraíde).

A fala da professora Oraíde refere-se à postura dos alunos e alunas de uma escola rural. A realidade vivida por eles(as) à época, remete aos tempos em que a cidade era algo longínquo do campo, não havia muitos meios de transportes, e o que existia era para ser usado na lavoura. Diante disso, as pessoas do campo iam à cidade somente quando muito necessário e, as crianças, raríssimas vezes. Esse fato fazia de um passeio na cidade algo extraordinário, tornando um evento corriqueiro como algo espetacular.

Em nenhum dos relatos são citados os monitores, figuras mencionadas nos relatórios, inclusive os registros das atas da Liga da

Bondade apontam a presença de uma caderneta, onde os monitores anotavam as boas ações da sua turma para depois serem apresentadas e discutidas nas reuniões. Entretanto, as professoras afirmam não lembrar, das ditas cadernetas.

Essa caderneta nunca existiu na minha época, pode ser depois que eu saí. Não tinha... Mas, tinha sim o fiscal da classe, aí eles notavam quando fulano fez alguma coisa, como eles ainda não sabiam ler, não sabiam escrever, que era o caso dos meus alunos. Agora 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> eles sabiam, pode ser até que tinha, mas não tinha uma agenda para eles anotarem. Aí no dia da reunião do grupo maior era contado o que acontecia. (Professora Aurora).

Uma das professoras afirma que os estudantes anotavam nos cadernos o que tinham realizado na escola, para mostrar para os pais o que haviam aprendido, a fim de informá-los que a educação estava valendo à pena e que as crianças estavam aprendendo a ser “mais educadas”.

É isso, para mostrar para a mãe que estavam aprendendo, que estavam bem educados, que estavam aprendendo a tratar bem as pessoas, que poderiam levá-los para a praça, para cidade que a mãe não passava mais vergonha com ele. (Professora Oraide).

Em uma das entrevistas, é visível o quanto as professoras tentavam amenizar os problemas, evitando levá-los para os pais. Quando afirmam que ao terem algum problema conversavam com os alunos e alunas e tentavam resolver ali, sem muitas reuniões para os pais não precisarem sair do trabalho.

Na fala da professora Vitória, ela afirma que cada classe da

sua escola tinha um integrante da Liga da Bondade. Sobre o papel da Liga, a professora descreve:

[...] prestar amparo, pode-se dizer, àqueles que necessitavam, ou mesmo com o conhecimento, a gente sabia um pouquinho mais, a gente orientava as crianças. Quantas eu levei pra minha casa, pra ajudar a se desenvolver mais. (Professora Vitória).

Com relação às campanhas realizadas pela Liga da Bondade, a professora Aurora não lembra especificamente de uma ou de outra, contudo cita que os integrantes da Liga estavam sempre dispostos a auxiliar os necessitados. A professora menciona a Campanha dos Lázaros e descreve como acontecia

Eu lembro só dessa dos Lázaros, daí era comentado, assim, que eram pessoas que não tinham condições de trabalhar, e que sofriam muito, mas eu não lembro como a arrecadação era feita, se era pedido assim para os alunos trazerem dinheiro, mas o nome eu lembro bem que era comentado. [...] Era falado nas classes, cada professora falava sobre isso, explicava como que era e pra que vinha esse dinheiro, e ai eles falavam para os pais, tinha os que traziam, tinha os que não podiam também, tinha bastante pobreza. (Professora Aurora).

No documento chamado Plano de Trabalho para 1950 entregue às escolas, encontram-se citações sobre a importância da participação da escola na campanha Natal dos Lázaros: “Volta, também, o Departamento de Educação as suas vistas para os filhos dos Lázaros [...] Para eles, o Departamento de Educação empenha-se no suavizar a sua existência, pondo em prática o princípio da solidariedade humana”



(SANTA CATARINA, 1949, p. 31). E o documento segue afirmando que todo o grupo escolar deve estimular as crianças a contribuírem para que o Natal dos Lázarus tenha êxito.

Foi percebido na análise sobre a composição da Liga da Bondade que havia maior participação de meninas do que meninos nas diretorias. Nas respostas, uma das professoras afirmou que as meninas eram mais calmas, por isso eram mais convidadas que os meninos. Na escola do Maracajá se percebe maior distinção entre os meninos para com as meninas. Na descrição da professora as meninas eram “mais dóceis” e os meninos “bois bravos”. Assim como os meninos, das escolas localizadas no interior, ajudavam os pais na roça e tinham que ser mais “durões”, as meninas, por sua vez, auxiliavam a mãe nos afazeres domésticos e apresentavam melhor socialização na comunidade escolar. Entretanto, a professora Oraide descreveu que não havia diferença entre meninos e meninas em sua escola, mesmo sendo uma escola situada no interior. Brincavam juntos, lanchavam e voltavam a brincar. Em sua resposta, a professora Vitória fala que as atividades de meninos e meninas eram iguais, sem distinção, se fossem jogar vôlei, todos iam juntos. Quando questionada sobre a porcentagem de meninas ser maior que de meninos na participação na Liga da Bondade, a professora Vitória afirma que realmente tinha muito mais meninas por elas se relacionarem melhor, os meninos eram mais retraídos, mas mesmo assim tinha alguns meninos que participavam. Mesmo havendo a alegação de que não havia diferença entre os meninos e meninas no ambiente escolar, a desigualdade de gênero é evidenciada.

Mesmo com a alegação de que não havia diferença entre meninos e meninas no ambiente escolar, a desigualdade de gênero é

evidenciada, uma vez que a escola é atravessada pelo gênero, como afirma Louro (1997). Neste sentido, a escola é um espaço que, historicamente, foi atravessada pelo gênero e reproduz estereótipos masculinos e femininos, que vão sendo naturalizados cultural e socialmente. De acordo com Bittencourt (2012, p. 111):

Nossa constituição, enquanto seres humanos, já vêm formatada desde o nascimento, num processo em que imprime as marcas sociais nas crianças, definindo que as meninas devem ser delicadas, comportadas, vaidosas, elegantes, frágeis e os meninos devem ser ativos, autoritários, esportivos e agressivos.

Para Pena (2003) o modelo de aluno “bom” para a escola é o aluno passivo e obediente, ficando assim o comportamento “feminino” tradicional mais ajustado a esse padrão. Neste sentido, é importante sinalizar que a sociedade procura fixar determinados atributos como essencialmente femininos.

Quanto à participação na Liga da Bondade, somente estudantes e professoras participavam, a comunidade não fazia parte. A professora Aurora chega a comentar que a comunidade nem sabia da existência da Liga da Bondade.

Quando havia interesse de algum estudante em ingressar na Liga da Bondade, o processo acontecia da seguinte forma: as professoras e alguns integrantes ficavam observando aqueles(as) alunos(as) que desejavam ingressar, caso se demonstrassem bem “comportados(as)”, “generosos(as)” e “bondosos(as)” eram convidados(as) para fazerem parte, caso contrário não tomavam parte dos trabalhos. Há indícios de que, às vezes, as professoras indicavam os

alunos e alunas de acordo com o comportamento em sala de aula, contudo não era da vontade do estudante de participar da Liga, é o que demonstra o depoimento da professora Aurora: “Mas não tinha exigências assim, às vezes eram escolhidos pelas próprias professoras, esse, fulano e fulano, muitas vezes não era da vontade da criança”.

Ao analisar o que consta no decreto 2.991 de abril de 1944, ou seja, “dentre as associações postas em prática pelos nossos educandários, a fim de mais amplamente difundir os ditames da Escola Nova”, que tinha como princípios difundir a democracia e autonomia nos(as) alunos(as), o fato citado no parágrafo anterior se contrapõe, visto que estes(as), muitas vezes, não tinham voz ativa, sendo obrigados(as) a cumprir o que a escola propunha (SANTA CATARINA, 1944).

Os(as) integrantes da Liga da Bondade tinham algumas atribuições enquanto membros. Estes(as) deveriam auxiliar as crianças que precisassem de qualquer tipo de ajuda. Deveriam estar dispostos a auxiliar quando houvesse briga, assim como aconselhar e disseminar a “bondade”, tornando a escola um ambiente apaziguador.

Pode-se deduzir que a Liga da Bondade era pouco divulgada e, em algumas escolas, não era conhecida com esse nome; contudo, os estudantes tinham o conhecimento da existência um grupo na escola, provavelmente o Pelotão de Saúde, que auxiliava aos que necessitavam de ajuda. Os escolhidos eram reconhecidos no ambiente escolar como exemplos e com maior responsabilidade que os demais. Isso ficava mais evidente na hora dos acidentes escolares, ou seja, no momento em que se feriam por conta de suas travessuras. As professoras Aurora e Vitória esclarecem este detalhe em seus respectivos depoimentos:

[...] mostrar que eles tinham responsabilidade, como que iam mexer nos remédios, fazer as coisas tudo direitinho? Eles tinham as suas responsabilidades, não estar correndo no meio, porque eles gostavam de correr pra lá e pra cá na hora do recreio, então eles já tomavam outra medida, outra atitude. (Professora Aurora).

[...] Os que estavam na minha sala sabiam, entendiam, porque eles tinham que socorrer no período em que trabalhava, tinham os meninos e meninas que ajudavam os demais, que caíam ou se arranhavam, ou alguma coisa, fazia o curativozinho, porque nós tínhamos a farmaciazinha, e eles faziam isso. Eles prestavam auxílios aos outros meninos. (Professora Vitória).

Questionei as professoras sobre o uso de uniforme diferenciado pelos(as) integrantes da Liga e as respostas foram unânimes, ou seja, em nenhuma escola os membros da Liga da Bondade usavam uniformes. A professora Aurora comenta que em um desfile de sete de setembro, os(as) alunos(as) foram convidados(as) “a desfilarem todos de branco para representar o Pelotão da Saúde, mas a Liga da Bondade nunca teve uniforme”.

Existia apenas o uniforme escolar, de acordo com a professora Oraide: “Era só o uniforme da escola, e quando chovia podia vir sem uniforme, não era obrigado, ou a mãe tinha muito serviço e não dava de lavar roupa, podia vir sem uniforme”.

Nas reuniões da Liga da Bondade, segundo as entrevistadas, não havia discussões de assuntos pré-determinados. As crianças relatavam o que havia acontecido durante o período, contando as “boas e más ações”. Sobre brincadeiras nas reuniões, as professoras afirmam que não havia, tudo tinha horário, hora da reunião e hora da

brincadeira, entretanto não havia regras nas reuniões.

Em determinado ponto, um dos relatórios cita a expulsão de um dos membros. Fato intrigante, pois nenhuma das professoras lembra sobre expulsão na Liga da Bondade. Numa fala, a Professora Vitória relembra que para chamar a atenção de alunos(as) da Liga ou mesmo da sala de aula, eram chamados(as) em particular para não haver constrangimento.

Um fato que chama muito a atenção nos relatórios são as ações da Liga da Bondade vinculadas à Igreja Católica, visto que uma das escolas era dirigida por freiras, e as campanhas retratadas nos relatórios levam o nome de uma passagem bíblica. Questionadas sobre essa relação, as professoras afirmam desconhecer. Algumas justificam a inexistência ou a escassez de outras religiões na época, a Igreja Católica tinha grande força e influência na escola e também nas comunidades.

O trabalho de Lucio Vânio Moraes (2008) discute a ligação entre a Igreja Católica e a instituição escolar. Como sua pesquisa abordou, entre outros itens, a Liga da Bondade, é possível fazer algumas interlocuções. Para o autor:

A auto-vigilância é fabricada nos discursos normativos católicos por todo o corpo de funcionários do educandário. Professores, catequistas, frei e as religiosas, baseados no que o Catecismo diz sobre a onipresença, onisciência de Deus, reforçavam que Ele está com os olhos em tudo e em todos e conhece o interior e os pensamentos de cada ser humano. Pode-se escapar dos olhos dos humanos, mas Deus, “onipresente e onisciente”, estaria vigilante. (MORAES, 2008, p. 212).

Ainda conforme observações de Moraes, o pensamento em coisas ruins já era pecar, por que diante da igreja isso era pecado e a pessoa estava condenado ao inferno. Nessa época as teorias defendidas pela Igreja Católica, como a existência de céu e inferno, eram muito fortes. Moraes comenta sobre a diretora Leonis pregava que as professoras deveriam trabalhar as leis da Igreja com os alunos, com a intenção de formar alunos dóceis, menos agressivos, disseminando o Evangelho (catolicismo). O autor ainda argumenta que: “Verifica-se nos documentos que, para ela, “religião e escola” são as alavancas dos bons costumes, divulgação da moral cristã e constituição de estudantes dóceis” (MORAES, 2008, p. 214). Portanto, diante das informações reitera-se a forte ligação entre Igreja Católica e escola, visto que participar das ações vinculadas à Igreja era tido como sinônimo de bondade.

Sobre o papel que exerciam como membros da Liga da Bondade, as professoras comentaram que procuravam conversar sobre assuntos relacionados a valores dentro da sala para que os(as) estudantes levassem os mesmos para suas vidas, dentro e fora dos portões da escola.

As entrevistas com as professoras deixam uma grande dúvida: será que a Liga da Bondade existiu formalmente ou apenas os(as) estudantes eram chamados(as) para assinarem as atas que compunham os relatórios a serem encaminhadas para o Departamento de Educação de Santa Catarina? Talvez as memórias dos alunos e alunas esclareçam.

#### 4.2 MEMÓRIAS DOS EX-ALUNOS E DAS EX-ALUNAS

Após a discussão das memórias das professoras orientadoras sobre a experiência da Liga da Bondade, nesse segundo momento serão relatadas e problematizadas as falas de três alunos e três alunas que fizeram parte desta associação. Foram feitas entrevistas com dois alunos de cada escola pesquisada, representando o gênero feminino e o masculino.

Da EEB Manoel Gomes Baltazar foram Mirian da Silva Hoepers que participou da Liga Bondade em 1968 e João Carlos dos Santos participante em 1969; da EEB Meleiro Vera Maria Silvestri Cruz que participou em 1956 e Divo Pasqual Bristot que teve sua participação em 1961 e da EEB Professor Lapagesse Maria Helena Carvalho de Souza que participou da Liga em 1965 e Carlos Alberto de Carvalho participante em 1966.

Muitos ainda residem nas cidades onde estudaram na década de 1960. Os fatos marcantes mencionados durante as entrevistas são relacionados à vida escolar, apenas duas alunas lembraram-se da Liga da Bondade com mais detalhes, como reuniões, cotidiano, frequência, atas, entre outros.

Questionado sobre suas lembranças o ex-aluno Carlos Alberto de Carvalho justifica que talvez tenha entrado no último ano da Liga da Bondade e que, provavelmente, seja esse o motivo de não recordar de nada sobre esta associação. Da mesma forma, João Carlos dos Santos lembra-se do seu tempo de escola, mas nada lembra sobre a Liga da Bondade.

Como eu comentei entrei na escola em 1966, talvez numa fase final da Liga da Bondade, numa

fase que não tivesse mais reuniões, talvez já não chamasse tanto atenção. Em função do tempo, como eu entrei em 1966 eu não me recordo se tinha algum tipo de papel dessa Liga, não me chamou atenção. (Carlos Alberto de Carvalho).

Deixa eu ver, em 1969 eu tinha 12 anos, eu estava no 5º ano. Nessa época eu participava da igreja como coroinha... Na escola... A liderança que a gente tinha na escola, no meu caso como aluno, eu era assíduo, era acionado para algumas coisas devido o cuidado e a responsabilidade que a gente tinha com o estudo. Mas, sinceramente eu não tenho lembrança definida do que a gente fazia. (João Carlos dos Santos).

A aluna Vera Maria Silvestri Cruz, mesmo tendo contato com os registros da Liga da Bondade, não se lembra das ações que eram desenvolvidas; entretanto, ela se lembra das associações em geral:

Eu olhando aqui as atas eu fiz parte da Liga da Bondade, mas não me recordo das ações, eu me lembro que a gente fazia parte das associações, mas não me recordo bem das ações. Pelo que diz a ata, era o incentivo a ter um bom comportamento, sermos boas pessoas no caso, e isso era forte, muito forte na escola. E na época, por exemplo, na Semana Santa, elas incentivavam muito a religiosidade, a gente ia à missa junto com elas, elas acompanham todas as catequeses. As famílias eram muito católicas também, automaticamente frequentava a igreja constantemente, mas era cobrado se foi na missa, se não foi, esse fez a primeira comunhão, se não fez, eles cobravam. (Vera Maria Silvestri Cruz).

Sobre a composição das diretorias da Liga da Bondade, Carlos Alberto de Carvalho menciona a existência de líderes que representavam as turmas:



Como sempre se tinha um líder, esse líder representava a turma perante a direção da escola, como não lembro se havia coordenadores, acho que era diretamente na direção da escola, onde existia a participação de um líder de classe para repassar as informações para os demais da classe, aquilo que os alunos tinham solicitado. Na época era só mimeografo, não tinha *data show* nada, o conteúdo era passado na lousa, os alunos copiavam, os livros, a biblioteca era muito pequena, bem diferente de hoje. Bom, em termos de diretoria eu não lembro se tinha uma diretoria na escola representando todos os alunos, acho que cada turma tinha um líder que se representava diante do professor e direção da escola. (Carlos Alberto de Carvalho).

A aluna Maria Helena Carvalho de Souza afirma não se lembrar da Liga da Bondade, contudo relata que participava de grupos de trabalho voluntário, onde grupos de cinco pessoas faziam o trabalho de recolher mantimentos para as “pessoas carentes”. Para compor os grupos eram escolhidos os estudantes que mais se “destacavam” na escola.

O aluno Divo Pasqual Bristot recorda de uma situação em que foi chamado em caráter emergencial para uma reunião, sendo a única que se lembra de ter participado. Ele cita que quem o chamou foi a Diretora da escola, e a reunião se deu em forma de diálogo amigável entre os participantes. Lembra-se também que somente alunos com “bom comportamento” participavam dessas reuniões, estes eram educados e não brigavam com os colegas, segundo ele.

João Carlos dos Santos lembra-se que se reuniam na cantina da escola, para decidirem ações a serem feitas quando tinham datas comemorativas. Eram realizados eventos comemorativos e os

recursos arrecadados eram destinados à escola. A aluna Miriam tem lembrança de muitas rifas que eram confeccionadas e vendidas.

Sobre o fato de as meninas serem a maioria nas diretorias da Liga da Bondade, os ex-alunos justificam argumentando que o comportamento feminino sempre foi mais ativo para determinadas ações, como o auxílio ao próximo. Em relação à possível distinção de atividades realizadas por meninos e meninas no cotidiano da escola, os ex-alunos afirmam que não havia diferenciação; João Carlos alega que as meninas sempre estiveram mais à frente das atividades, pois eram mais educadas:

É como eu comentei não tinha discriminação, meninos e meninas participavam igualmente das mesmas atividades. Como gincanas, por exemplo, tinha sempre lá as festas juninas que tinham os grupinhos que faziam as coletas das prendas, eu me lembro naquela época que cada turma tinha que ser melhor que a outra turma, então havia um esforço por parte de todos os alunos pra participa e representa melhor a sua turma. Bem, considero que sim, em gincanas, em festas juninas e nas atividades que eram desenvolvidas. (Carlos Alberto de Carvalho).

A aluna Maria Helena de Carvalho Souza afirma que havia mais incentivo para as meninas participarem do que para os meninos. A aluna lembra que existia uma diferenciação entre meninos e meninas em todas as atividades. Os alunos de gêneros diferentes não sentavam juntos, os meninos inclusive, se excluía mais.

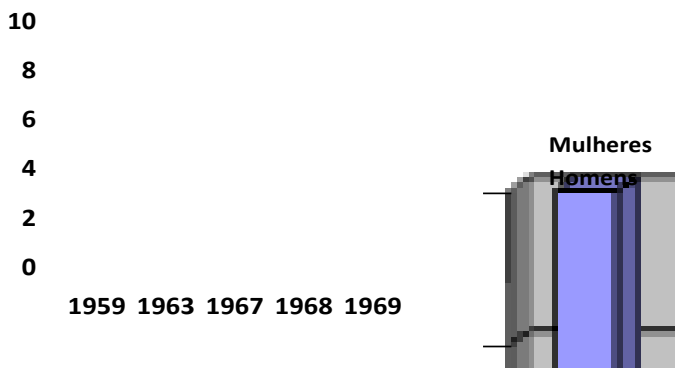
Mesmo concordando com Carlos Alberto de Carvalho, Mirian da Silva Hoepers traz outra impressão que talvez ajude a pensar sobre as relações de gênero no espaço escolar.

Eu acho que não tinha discriminação, pelo menos eu não sentia isso, eu não sentia isso, meninos e meninas eu acho que era tudo igual, sentava na mesma carteira, na mesma cadeira, eu acho que como não tinha discriminação dentro da sala de aula, creio que também não tivesse para isso aí não, acho que era indiferente. Eu acho que não há diferenciação, é que a menina se identifica mais, para pedir o agasalho, para separar, para entregar, acho que a menina se identifica mais com esse trabalho, deve ser por isso. (Mirian da Silva Hoepers).

A aluna Vera Maria Silvestri Cruz faz uma ressalva interessante quanto à participação de meninos e meninas nas associações auxiliares da escola. Em sua opinião, era visível a maior participação dos meninos no Clube Agrícola, por exemplo, onde se aprendia a mexer com a terra, fazer canteiros, enquanto as meninas participavam de grupos que envolviam mais assistencialismo.

Ao fazer um levantamento nas atas sobre a composição das diretorias da Liga da Bondade de cada escola pesquisada foi possível verificar que realmente as meninas participaram em maior número. Os gráficos abaixo mostram esta predominância:

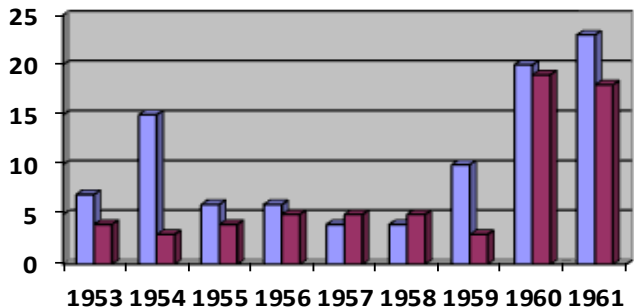
**Gráfico 01: Participantes da Liga da Bondade na Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar (1959-1969)**



*Fonte:* Relatório da Liga da Bondade do da Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar

*Nota:* Total de 45 participantes

**Gráfico 02: Participantes da Liga da Bondade na Escola de Educação Básica de Meleiro (1953-1970)**



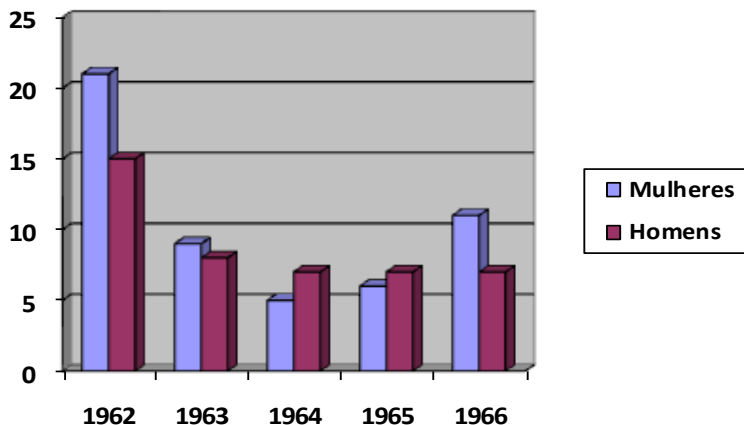
20  
18  
16  
14  
12  
10  
8  
6  
4  
2  
0

1953 1954 1955 1956 1957 1958 1959 1960 1961

Fonte: Relatório da Liga da Bondade do da Escola de Educação Básica de Meleiro

Nota: Total de 215 participantes

**Gráfico 03: Participantes da Liga da Bondade na Escola de Educação Básica Professor Lapagesse (1962-1966)**



*Fonte:* Relatório da Liga da Bondade do da Escola de Educação Básica Professor Lapagesse

*Nota:* Total de 89 participantes

Analisando as entrevistas e os gráficos, posso afirmar que a maior participação das meninas tem a ver com os atributos femininos que estão calcados na construção dos papéis feminino e masculino, ou seja, no gênero. O conceito de gênero é trazido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996, p. 321) da seguinte forma:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de ‘masculino’ e ‘feminino’ como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre

os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade.

Sobre o papel da escola em relação a esta questão Louro (1997, p. 89) afirma: “o que fica evidente, sem dúvida, é que a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais do masculino e do feminino”. No caso da Liga da Bondade, a desigualdade de gênero fica evidenciada, pois a sua composição expressava literalmente a ideia de que meninas eram mais “bem comportadas” e também “mais bondosas”. A bondade parece ser um atributo feminino, na sua “essência”.

Questionada sobre como os alunos ingressavam na Liga, Maria Helena respondeu que era uma indicação da sala.

Ao serem indagados sobre o conhecimento das famílias e comunidade sobre a existência das Associações Auxiliares da Escola um dos ex-alunos entrevistados lembra que nem todos os filhos na mesma família tinham acesso ao estudo, portanto, a educação não era prioridade em algumas famílias da época, em função das contingências.

Alguns ex-alunos lembraram de reuniões que participavam. Os encontros, na maioria, aconteciam na própria escola, contudo em alguns casos as reuniões aconteciam em clubes da cidade ou ainda no salão da Igreja Católica.

Geralmente aconteciam algumas no colégio, outras no Tupã Clube, único local que existia para reuniões, festas, eventos. (Divo Paschoal Bristot).

Eu me lembro não era na secretaria, não era na direção, tinha uma sala de professores e tinha um local como se fosse reservado na biblioteca onde os alunos podiam fazer reuniões porque tinha uma

mesa grande. Talvez com monitores, alunos que representassem alguma turma. (Carlos Alberto de Carvalho).

Era numa dependência da escola, era na escola mesmo, com uma professora presente, sempre, nunca as crianças sozinha, não lembro a gente ter ficado algum dia sozinha. Sempre tinha, acho que entre elas já havia uma divisão, cada uma se responsabilizava por uma atividade, ou elas convidavam porque já conheciam, não sei, para agrupar as crianças e para coordenar estes trabalhos. (Vera Maria Silvestri Cruz).

Sobre a frequência das reuniões ninguém recordou claramente. Alguns deduziram que poderiam ter acontecido semestralmente, ou mesmo trimestralmente. Nas lembranças, as reuniões eram coordenadas pela diretora, professoras ou por alunos.

Quanto ao uso de um uniforme específico ou algo que identificasse o grupo, os(as) entrevistados(as) afirmaram que não havia essa exigência:

Nós tínhamos uniforme, nosso uniforme era calça azul e camisa branca e as moças eram saias plinçadas, este era o uniforme da escola, não havia um uniforme específico para esses encontros, nós usávamos o uniforme da escola. Era só para a escola mesmo, na escola era obrigatório. Se não fosse de uniforme olha, tinha que conversar com a diretora e dar um motivo muito convincente, se não, não participava, ela não deixava entrar. Era um exemplo, sinceramente, eu tenho saudade daquele tempo. (Divo Paschoal Bristot).

Marcon (2010 apud Craik, 2003) afirma que o uniforme sempre foi utilizado principalmente como meio de controle. O uniforme traz consigo imposições de regras sobre ele, assim como identidade, unidade, hierarquia, *status*, papéis, entre outros.



Assim como o uso do uniforme, o bom comportamento era exigido também, ficando evidente nos relatos certa rigidez na cobrança. Para fazer parte da Liga da Bondade não era diferente; como citado anteriormente, os(as) alunos(as) convidados(as) para participarem dessa associação deveriam ser exemplo em “bom comportamento” e “bondade”.

Sim, respeitar as pessoas mais velhas, de colegas de salas aos supervisores, diretores, era um respeito mútuo, caso contrário tinha punição, não tinha colher de chá, não tinha passar a mão na cabeça. Na escola e fora dela, claro que a escola exigia que tivessem esse comportamento dentro da escola, mas que ele iria se refletir fora dela. Nós tínhamos que ter respeito, higiene, se fosse sujos pra lá, ia para de baixo da torneira de água fria. (Divo Paschoal Bristot).

Este depoimento remete para a ideia de que o espaço escolar caracteriza-se, também, como uma estrutura de normalização, uma vez que o código disciplinar, os castigos e os prêmios cumprem um papel importante nesta estrutura, colocada em funcionamento pelos professores e por outras autoridades cujos poderes são, em última instância, uma delegação do corpo social. (FERNANDES, 2005).

Há indícios de que mesmo havendo regras no ambiente escolar, havia transgressões por parte dos alunos e alunas. Isso demonstra o quanto o poder é relacional, pois onde “há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 1992, p. 241).

O depoimento de Mirian da Silva Hoepers é bastante ilustrativo, dando noção das travessuras:

Havia regras, por exemplo, o nosso colégio era no morro, e era muito perigoso porque a parte do colégio era plano, depois tinha o morro e tinha pedras, ali naquelas pedras não podia ir, era proibido ir ali, mas eu ia sempre. Ia pro castigo, ficava cheirando parede, ajoelhada ali porque fui lá, eu não andava lá em cima, eu corria em cima das pedras, era um perigo, era um perigo assim sem tamanho, mas a gente não via esse perigo. (Mirian da Silva Hoepers).

A fim de garantir o bom comportamento dos estudantes na escola, os castigos eram utilizados como importante estratégia. Contudo é visível que a memória dos alunos se confunde entre cotidiano escolar e Liga da Bondade. Conforme Decreto 2.991 de 1944, as punições se resumiam em advertências e em último caso, expulsão.

Sim, tinha o tempo do gabinete, quem faltava com respeito ia lá naquele quarto, diz que era um quarto escuro, eu nunca fui, graças a Deus, tinha professora que colocava o cara de castigo em cima dos grãos de milho, outras que tinham umas régua dessas e davam nos dedos. Tinha uma punição, é o que deveria ter até hoje. Se tivesse até hoje o país seria outro em termos de educação, porque nosso país está uma bagunça. Tem que ter punição, se não tem punição as pessoas não respeitam, tu vê hoje nas escolas tem professor que não tem mais controle sobre os alunos, porque não pode encostar a mão num aluno, não pode ofender verbalmente. É um excesso de liberdade. (Divo Paschoal Bristot).

Nas atas da Liga da Bondade há registros sobre expulsões

de alguns membros; no entanto, os(as) entrevistados(as) não tem essa recordação. Mirian da Silva Hoepers assim se manifesta: Não me lembro de ninguém ser expulso da Liga, não lembro. Mas claro que exigiam, quem estava ali na Liga da Bondade teria que dar exemplo (Mirian da Silva Hoepers). Do mesmo modo, Vera Maria Silvestri Cruz assim narra: Não, eu não lembro de ninguém expulso não, acredito que não, porque os bagunceiros nem entravam nessas associações.

Um fato muito nítido na memória dos alunos são os eventos realizados na escola, fica a dúvida se esses ocorriam no âmbito da Liga da Bondade ou em outras associações. Rifas, bailes, campanhas de agasalhos e “Natal dos Lázaros” são alguns dos mencionados.

Eu lembro das rifas que a gente vendia, e lembro também dessa campanha dos Lázaros, eu não lembro exatamente como que era, mas era doação em dinheiro que se fazia e depois era mandado ou pro seminário ou pro... Enfim, a gente entregava para a paróquia, eu não lembro como e pra quem que a gente entregava isso, mas eu lembro que era feito sim. Natal dos Lázaros era para alunos carentes, isso tudo eu lembro que era feito sim. A gente fazia a campanha do agasalho, mas agora de que maneira que isso era feito, eu sei que tinha muitas crianças bem pobres lá, então a gente arrecadava esses agasalhos e dava para os alunos, primeiro para os alunos dali, também não era a gente que fazia isso, que dava as doações, de certo os professores, as outras pessoas, a gente arrecadava e depois dividia com o auxílio dos professores é que era distribuído né. Lembro de material escolar também, que era feito campanha também para material escolar, o que sobrava do ano passado da gente lápis, lápis de cor, essas coisas a gente levava para o colégio, para poder aproveitar para outros alunos. (Mirian da Silva Hoepers).

Nos relatórios é possível constatar a forte influência da Igreja Católica nas escolas pesquisadas. Em duas delas, a direção da escola era regida por religiosas. Questionados(as) sobre a ligação entre Igreja Católica e Liga da Bondade, as respostas se dividiram. Os(as) ex-alunos(as) afirmam que essa forte presença existia realmente, pois a presença de outras religiões era pequena.

[...] a igreja participava, tinham contato significativo com a escola. (Divo Paschoal Bristot).

Apesar de o Lapagesse ser muito próximo ao centro, próximo à Igreja Matriz, não tinha nenhum padre, nenhuma freira dando aula na escola, não existia nenhum aluno que fosse ligado diretamente à igreja e em nenhum grupo, pelo menos naqueles tempos não existia. Apesar de muitos alunos irem fazer a primeira comunhão, acho que logo em seguida, um ou dois anos depois, eu fiz a minha primeira comunhão, por exemplo, em 1967 ou 1968, aí havia um conagração desses alunos que iriam fazer a primeira comunhão, então era a única coisa religiosa que existia sobre isso. Claro que a influência de outras igrejas, era só Assembléia de Deus, mas não era tão marcante com a igreja católica naquela época. (Carlos Alberto de Carvalho).

Os padres tinham conhecimento da Liga da Bondade, porque a ação das irmãs não era descolada das ações da igreja, provavelmente talvez fosse uma meta da igreja católica que se desenvolvesse esses tipos de ações, já que pregava bastante a religiosidade, elas incentivavam a gente na Semana Santa a gente fazer um ramallete espiritual, que eram boas ações, fazer penitências, rezar, deixar de comer um bombom, alguma coisa que gostasse muito, pela religião, então provável que fosse uma norma dela maior, mas como a

gente era criança não tinha conhecimento disso mais aprofundado. Eu só lembro que lá no mês de maio tinha Ação de Nossa Senhora, aí tinha novenas, várias novenas, a gente ia com os pais, e aí no final do mês tinha a coroação, e aí eu coroei a Nossa Senhora em um ano. Aí a gente cantava e colocava a coroa na Nossa Senhora. E eu me lembro de que a gente rezava muito na escola, mais no começo da aula. (Vera Maria Silvestri Cruz).

Novamente fica evidente a influência que a Igreja Católica exercia sobre a escola, pois a presença de padres e freiras era frequente, entretanto não fica claro se existia uma relação direta entre a Liga da Bondade e a Igreja Católica.

De maneira geral, percebe-se que a aluna Miriam tem em sua memória as campanhas realizadas naquela época, os eventos organizados pela escola. O aluno João Carlos tem *insights* de algumas atividades realizadas. A aluna Vera lembra com mais propriedade da Liga da Bondade e suas ações. O aluno Divo, Carlos e a aluna Maria Helena confundem o cotidiano escolar com a Liga da Bondade. Ao que tudo indica, poucas foram as lembranças que ficaram sobre a Liga da Bondade, enquanto uma organização formal no cotidiano escolar, vivenciada pelos sujeitos da pesquisa, apesar dos documentos existirem, terem seus nomes e registros das reuniões. O que surge são lembranças vagas, fragmentadas, às vezes confusas ou mesmo silêncios.

Michael Pollak (1988, p. 8) afirma que “as fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”. Neste sentido, posso afirmar que a memória, mesmo sendo carregada de significados construídos a partir das

experiências vivenciadas, não é linear, o ontem e o hoje se entrecruzam frequentemente, por isso a memória é uma leitura incompleta da realidade, por esta razão trabalhar com a memória exige considerar além das lembranças, os esquecimentos, os silêncios e aquilo que não foi dito.

## 5 CONCLUSÃO

As Associações Auxiliares da Escola ganharam destaque em um cenário político de intensas transformações sociais no Brasil, aonde os governantes da época queriam “abrasileirar” a sociedade e dar características nacionais aos estrangeiros que aqui moravam.

Em meio a inúmeras estratégias propostas, a escola foi o instrumento que se demonstrou mais eficaz para concretização destes ideais nacionalistas. Desta maneira, as Associações Auxiliares da Escola tinham o intuito de inculcar valores e princípios, moldar comportamentos e formar o bom cidadão.

Inicialmente, a Lei que instaurava nas escolas as onze associações procurava fortalecer princípios que o governo acreditava ser essencial aos estudantes. Há um vasto número de leis, decretos e circulares que regulamentaram e organizaram as Associações Auxiliares da Escola, dentre elas a Liga da Bondade.

A Liga da Bondade era um grupo de estudantes orientado por professoras que representavam a direção do estabelecimento. Pregava, por meio de seus princípios, além da educação moral, a prática de boas maneiras e boas ações. O(a) aluno(a) deveria servir de exemplo aos(às) demais colegas, sendo bom(boa) aluno(a), bom(boa) filho(a), obediente e apresentar excelente conduta dentro e fora da escola.

A pesquisa sobre a Liga da Bondade possibilitou várias aproximações em relação à cultura escolar dos três estabelecimentos envolvidos no estudo. Pude perceber que a cultura escolar é algo criado na escola e pela escola, em um ambiente que não se limita apenas no repasse de conhecimentos, mas comportamentos e concepções que deixam diferentes marcas nos sujeitos que dela fazem parte. Além disso,

cada escola produz sua própria cultura, na relação de seus sujeitos com o meio ao qual está inserida.

Nos registros encontrados sobre a Liga da Bondade, nas três escolas públicas estaduais abarcadas neste estudo “pouco” aparece sobre nacionalismo e patriotismo, porém é perceptível estes valores nas entrelinhas dos registros.

Os relatórios mostram ações desenvolvidas pela Liga da Bondade acompanhadas de seus interesses e finalidades, bem como a propagação dos símbolos direcionados ao catolicismo, aos valores da moral cristã. Por meio das ilustrações existentes nas capas, foi possível observar uma forte presença da Igreja Católica no cotidiano escolar. Dentre essas, chama a atenção as capas dos relatórios da Liga da Bondade da escola EEB Manoel Gomes Baltazar, onde a presença da Igreja Católica é mais evidente.

Certamente, os alunos e alunas eram vistos(as) como importantes ferramentas para alcançar a família, ou seja, fazendo com que os pais estivessem também em contato com a Igreja, pois se as crianças estivessem envolvidas, logicamente seus pais também estariam. Igreja e Estado caminham juntos, mesmo que a constituição republicana tenha homologado que o Estado é laico. Na prática, Igreja e Estado continuaram juntas, prova disso é a Liga da Bondade, que pretendia moldar comportamentos e formar sujeitos “virtuosos” e “caridosos”.

Na composição da Liga da Bondade, a desigualdade de gênero também fica evidente, pois sua composição expressa um número significativo de participações femininas. Os valores parecem estar ‘calçados’ na ideia de que as meninas eram mais “bem comportadas” e também “mais bondosas”.



No decorrer da pesquisa surgiu a dúvida em relação ao funcionamento da Liga da Bondade conforme o que estava prescrito na lei. Nos documentos encontrados há o registro de uma grande participação de alunos(as) e professores(as), descrevendo as atividades que os(as) mesmos(as) produziam. Contudo, nas entrevistas pouco foi lembrado sobre as ligas, sendo confundidas, várias vezes, com outras atividades cotidianas. As Atas da Liga da Bondade descrevem acontecimentos que os(as) alunos(as) não lembram, como eleição para diretoria, expulsão de integrante por “mau” comportamento. Esses fatos colocam em questão a forma de funcionamento da Liga da Bondade, levando a crer que as reuniões e os registros ocorriam informalmente, a fim de cumprir com as obrigações de uma legislação existente. Nas entrevistas perceberam-se relatos isolados de eventos, atividades que estavam registradas nas atas, mas a participação efetiva na Liga da Bondade não é lembrada. Nesse sentido, pode-se afirmar que a memória é uma leitura incompleta da realidade e que lembrança e esquecimento são “faces da mesma moeda”.

Entre as atividades mais registradas nas atas está a Campanha do Natal dos Lázaros, o que me leva a afirmar que as escolas intencionavam construir um sujeito com espírito bondoso, caridoso, fazendo com que as atitudes de alunos e alunas participantes fossem úteis à escola, à sociedade e à Igreja Católica. A imposição do catolicismo enquanto religião ficou evidente, não só nos registros, mas também nas entrevistas. Posso inferir que a Liga da Bondade serviu para atrair mais fiéis e, também, para manter os que já eram.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria da Conceição Lima de. **A Liga de Bondade: um estudo sobre o conformismo coletivo na escola.** In: 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004, Caxambu, MG. Sociedade, democracia e educação: qual universidade? 2004. p. 1-10. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt14/p143.pdf>> Acesso em 19 abr. 2011.

BÍBLIA: **Novo Testamento.** São Paulo: Paulinas, 1973. 722 p.

BITTENCOURT, Rosania Maria Silvano. **Meninos e meninas: uma análise do Menino Maluquinho, o filme, sob o olhar do gênero.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012.

BOSI, Ecléa **Memória e sociedade: Lembrança de Velhos.** São Paulo: T. A Queiroz: EDUSP/SP, 1994.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 868 de 18 de Novembro de 1938.** Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário, 1938.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº. 4.244 de 09 de Abril de 1942.** Expede a Lei Orgânica do Ensino Secundário, 1942.

CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

COSTA, Iara Andrade. **Políticas Públicas no Processo Educacional de Joinville/SC – 1930-1970.** Campo Grande/MS: Editora UNIDERP, 2005.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Civilidade em textos: Estudo sobre um jornal manuscrito infantil (1945-1957)** FAED/UDESC, 2010.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Narrativas de memórias e a Pesquisa em História em Educação.** In: IX ANPED SUL. Universidade de Caxias do Sul. jul/ago 2012.

EEB MANOEL GOMES BALTAZAR. **Ata da Liga da Bondade.**

Maracajá, SC, 1959. Manuscrito.

EEB MANOEL GOMES BALTAZAR. **Ata da Liga da Bondade.** Maracajá, SC, 1963. Manuscrito.

EEB MANOEL GOMES BALTAZAR. **Ata da Liga da Bondade.** Maracajá, SC, 1967. Manuscrito.

EEB MANOEL GOMES BALTAZAR. **Ata da Liga da Bondade.** Maracajá, SC, 1968. Manuscrito.

EEB MANOEL GOMES BALTAZAR. **Ata da Liga da Bondade.** Maracajá, SC, 1969. Manuscrito.

EEB DE MELEIRO. **Ata da Liga da Bondade.** Meleiro, SC, 1953-1970. Manuscrito.

EEB PROFESSOR LAPAGESSE. **Ata da Liga da Bondade.** Criciúma, SC, 1962-1966. Manuscrito.

FERNANDES, Rogério. **Cultura de Escola: Entre as coisas e as memórias.** Artigo, Revista Pró-Posições, v. 16, n.1, jan/abr, 2005.

FIORI, Neide Almeida. CARVALHO, Eduardo Búrigo. **Tortuosos caminhos da Intervenção de SI:** Política, Nacionalismo Cultural e Estrangeiro no Brasil. UNISUL: Revista Tema Livre, 2001. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com/sc12.html>. Acesso em 30 de jun. 2013.

FISCHAMAN, Roseli. **Ensino religioso em escolas públicas:** subsídios para o estudo da identidade nacional e o direito do outro. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da (Org.). Formação do Educador, dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo, Ed. UNESP, Vol. 2, 1996.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas.** Ed. Martins Fontes - SP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir. Nascimento da Prisão.** Trad. Raquel Ramallete. 23a Ed. Vozes - RJ, 2000.

GINZBURG, Carlo. “**Sinais: Raízes de um paradigma indiciário**”. In: Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GRAZZIOTTIN, Luciane Sgarbi S. ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do Tempo e Recantos da Memória: Reflexões metodológicas sobre História Oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Editora Revista dos Tribunais LTDA. São Paulo, 1990.

JULIA, Dominique. **Acultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, jan/jun, 2001.

KREUTZ, Lucio. **A Nacionalização Compulsória das Escolas dos Imigrantes (1937-1945)**. Revista do Programa de Pós Graduação em Educação. Mestrado. Universidade do Sul de Santa Catarina, v.3, n. 5, Jan/Jun, 2010.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Estruturalista**. 6ª ed. Editora Vozes. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1997.

LOUSADA, Isabel. **Ligas de Bondade**. Repositório Universidade Nova: Centro de Estudos de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa, v. 1, p. 18-20, 2010. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/4302>> Acesso em: 18 abr. 2011.

LUCKESI, C.C. **Prática Escolar: do erro como fonte de castigo ao erro como fonte de virtude**. Serie Ideias, n. 8. São Paulo: FDE, p.133-140, 1998.

MARCON, Mônica D'Andréa. **Aspectos Históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940 – 2000 Caxias do Sul)**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação. Centro de Filosofia e Educação. Universidade de Caxias do Sul, 2010.

MARTINSON, Célia Carmem. **Institucionalização da escola pública em área rural – Joaçaba – SC (1938 – 1961)**. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2009)- UNISINOS, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Educação, São Leopoldo: Rio Grande do Sul, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual da História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MELO, Orlando Ferreira de. **Comentário sobre a monografia** “A educação em Santa Catarina”. Revista de Estudos Pedagógicos. vol. XXV, jan/mar, 1956.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do Ensino**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

MORAES, Lúcio Vânio. **Memória escolar e campo religioso: Identidade e imaginário católico na Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar em Maracajá – SC (1959 – 1976)** Dissertação de Mestrado. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. CANDAU, Vera Maria. **Educação Escolar e Cultura(s) construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, v. 23, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>. Acesso em 30 de jun. de 2013.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Memória e Sociedade: ciência poética e referência de humanismo**. Revista de Psicologia USP. Jan/Mar. São Paulo, 2008.

OTTO, Franciele. **As associações auxiliares da escola e a forma de transmissão das dimensões valorativa e moral da sociedade catarinense: O caso das Ligas da Bondade (1935-1950)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

PENA, Maria Valéria Junho. (Coord.) **A questão de Gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Banco Mundial, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 02, nº 3, 1989.

PRATES, Fernanda Ramos Oliveira. OLIVEIRA, Julia Vieira Tocchetto de. TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **“Associações Auxiliares da Escola”**: Vestígios de sua incorporação à cultura dos Grupos Escolares Lauro Müller e Alberto Torres (1946 - 1956). In: IX ANPED SUL. Universidade de Caxias do Sul. jul/ago 2012.

RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão: Pedagogias Missionárias no Sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX**. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Tese. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SANTA CATARINA. **Circular nº 32 de 02 de abril de 1943**. Destinase aos senhores inspetores e diretores de estabelecimentos de ensino. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Imprensa Oficial do Estado: Florianópolis, 1943.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.991 de 28 de abril de 1944**. Aprova as instruções para as associações auxiliares da escola nos estabelecimentos estaduais, municipais e particulares. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Imprensa Oficial do Estado: Florianópolis, 1944.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 3.733, de 12 de dezembro de 1946**. Expede Regulamento para serviço de Inspeção Escolar. Departamento de Educação. Imprensa Oficial do Estado: Florianópolis, 1946.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 3.735, de 17 de dezembro de 1946**. Estabelece o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina. Departamento de Educação. Imprensa Oficial do Estado: Florianópolis, 1946.

\_\_\_\_\_. **Plano de Trabalho para 1950**. Secretaria da Justiça, Educação

e Saúde. Departamento de Educação, Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, 1949.

SANTOS, Ademir Valdir dos. **O Estado Novo, o período pós 1945 e as escolas primárias catarinense: (dê)s nacionalização do estrangeiro?** Revista HistedBR On-line. Campinas. n. 32. dez. 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.138-179.

SEEMANN, Jörn. **Algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas.** Revista da Casa da Geografia de Sobral. v 4/5. Sobral, 2003.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidade de pesquisa.** Educar: Revista da UFPR, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006.

SILVA, Mônica Ribeiro. **Reformas educacionais e cultura escolar: A apropriação dos dispositivos normativos pelas escolas.** Caderno de Educação: Revista da FaE/PPGE/UFPEl, Pelotas, n. 32, p. 123-139, jan./abr. 2009.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A memória em questão: Uma perspectiva histórico-cultural.** Revista Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, jul. 2000.

SOUZA, Raquel. **Relações raça e Gênero em jogo: a questão reprodutiva de mulheres negras e brancas.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, 2004.

SZASZ, Thomas. **Cruel Compaixão.** Trad. Ana Rita P. Moraes. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNGLAUB, Tânia Regina Rocha. **Ecossistemas de memória da melodia nacionalista entoada em escolas Catarinenses**. Anais da 33ª Reunião da ANPED. Caxambu: ANPED, 2008.

VALDEMARIN, Vera Teresa. SOUZA, Rosa Fátima de. **Apresentação cultura escolar**. Caderno CEDES, v. 20, n. 52, p. 5 - 9, 2000.

\_\_\_\_\_. (Orgs). **A Cultura Escolar em Debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Coleção Educação Contemporânea. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. Apoio Unesp/FCLAr.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas Educativos, Culturas Escolares y Reformas: Continuidades y cambios**. 2ª ed. Madrid, 2006.

ZEN, Mariane Werner. **Brasileiros pelas letras: a ação educativa presente nos clubes de leitura e bibliotecas escolares de Santa Catarina. O caso do Grupo Escolar Alberto Torres, Brusque, SC (1938-1950)**. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

## **FONTES ORAIS**

Aurora Izé. Entrevista concedida a Mariane Rocha Niehues. Criciúma, 03/07/2012.

Mirian da Silva Hoepers. Entrevista concedida a Mariane Rocha Niehues. Forquilha, 03/07/2012.

João Carlos dos Santos. Entrevista concedida a Mariane Rocha Niehues. Balneário Arroio do Silva, 09/05/2012.

Oraide Carvalho Coral. Entrevista concedida a Mariane Rocha Niehues. Meleiro, 05/04/2012.

Divo Pasqual Bristot. Entrevista concedida a Mariane Rocha Niehues. Araranguá, 23/04/2012.

Vera Maria Silvestri Cruz. Entrevista concedida a Mariane Rocha Niehues. Criciúma, 20/04/2012.



Vitória Terezinha Esmeraldino. Entrevista concedida a Mariane Rocha Niehues. Criciúma, 07/05/2012.

Carlos Alberto de Carvalho. Entrevista concedida a Mariane Rocha Niehues. Criciúma, 07/05/2012.

Maria Helena Carvalho de Souza. Entrevista concedida a Mariane Rocha Niehues. Balneário Rincão, 15/11/2013.

## **ANEXOS**

## TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Sob o título **CULTURA ESCOLAR E A LIGA DA BONDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO SUL DE SANTA CATARINA (1953-1970)**, esta pesquisa culminará na elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso/Dissertação ou Tese, a partir da entrevista com professores, alunos e coordenação da \_\_\_\_\_, que atuaram entre os anos de \_\_\_\_\_, coletando assim, dados e informações acerca da experiência destes sujeitos em relação à Associação Liga da Bondade.

Os dados e resultados individuais da pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma expressão oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado, a não ser que o(a) autor(a) do depoimento manifeste expressamente seu desejo de ser identificado(a). A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevista.

A pesquisadora responsável é a acadêmica **MARIANE ROCHA NIEHUES**, matriculada no *Curso de Mestrado em Educação, da Universidade do Extremo Sul Catarinense* – UNESC, sob orientação da Profª. Drª. Giani Rabelo, da mesma instituição. Os envolvidos se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o(a) participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através do telefone (48) 96068881.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos da pesquisa e ter sido esclarecido todas as minhas dúvidas, eu \_\_\_\_\_, portador da identidade de número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha participação e depoimentos para a pesquisa realizada no *Curso de Mestrado em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense* – UNESC, desenvolvida pela aluna **MARIANE ROCHA NIEHUES**, para que sejam usados integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso de referências em outras pesquisas e publicações ficando vinculado o controle das informações a cargo desta acadêmica da Universidade.

(    ) Solicito que seja resguarda a minha identificação.

(    ) Desejo que a autoria de meus depoimentos seja referida.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevo a presente declaração.

\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Pesquisador(a)

Local/Data

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 – Como era a forma de ingresso na Liga da Bondade? Por que você ingressou na Liga da Bondade? Participou espontaneamente ou foi a partir de alguma determinação (colégio ou família)?

2 - Seus familiares também frequentaram a Liga da Bondade? Havia mais incentivo para os meninos ou as meninas participarem da Liga da Bondade?

3 - Quem poderia ingressar na Liga da Bondade? Pertencer à religião católica era um critério para o ingresso na Liga da Bondade? Havia membros de outras religiões? Havia algum tipo de restrição? Como era feito a escolha dos membros participantes? Todos que tivessem interesse poderiam participar?

4 - Onde aconteciam às reuniões? Qual a frequência? Quem coordenava os trabalhos da Liga da Bondade?

5 - Como era a relação coordenação e membros da Liga da Bondade?

6 - Existia alguma diretoria? Quem participava? Como era eleita? Quais os cargos existiam?

7 – Qual era o papel da Liga da Bondade? Quais os objetivos e finalidades desta associação? Quais atividades eram realizadas da Liga da Bondade? Havia campanhas? Quais?

8 - Qual a relação da Liga da Bondade com a Igreja Católica local? O padre conhecia o trabalho da Liga da Bondade? Os membros da Liga da Bondade assumiam alguma atividade na Igreja Católica?

9 – As atividades eram diferenciadas para meninos e meninas? Como se dava o tratamento de meninos e meninas?

10 – Quais eram as obrigações dos membros da Liga da Bondade? O que cada um tinha que fazer?

11- Havia algum tipo de exigência quanto ao comportamento dos membros dentro e fora da Liga da Bondade? Algum membro foi expulso? Por quê?

12 - Nas reuniões e atividades da Liga da Bondade havia espaço para brincadeiras? Se havia quais brincadeiras você lembra? Havia regras nas reuniões? Alguém desobedecia?

13 – Os(as) outros(as) alunos(as) sabiam da existência da Liga da Bondade? Como? A comunidade sabia da existência? Como?

14 - Havia exigência de algum uniforme para participar da Liga da Bondade?